

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

DIEGO BRAGA SERPA

**ANARQUIA OU LIBERDADE?**

**A categoria de federalismo no Império do Brasil (1821–1834)**

CURITIBA

2017

**DIEGO BRAGA SERPA**

**ANARQUIA OU LIBERDADE?**

**A categoria de federalismo no Império do Brasil (1821–1834)**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Direito do Estado no curso de Pós-Graduação em Direito do Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Luís Fernando Lopes Pereira

**CURITIBA**

**2017**

S486a

Serpa, Diego Braga

Anarquia ou liberdade?: a categoria de federalismo no Império do Brasil (1821-1834) / Diego Braga Serpa; orientador: Luís Fernando Lopes Pereira. – Curitiba, 2017. 130 p.

Bibliografia: p. 121-130.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-graduação em Direito. Curitiba, 2017.

1. Federalismo - Brasil. 2. Direito constitucional - História - Brasil. I. Pereira, Luís Fernando Lopes. II. Título.

CDU 342.24

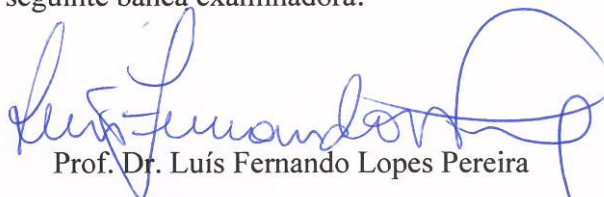
**Catalogação na publicação - Universidade Federal do Paraná  
Sistema de Bibliotecas - Biblioteca de Ciências Jurídicas  
Bibliotecário: Pedro Paulo Aquilante Junior - CRB 9/1626**

## TERMO DE APROVAÇÃO

DIEGO BRAGA SERPA

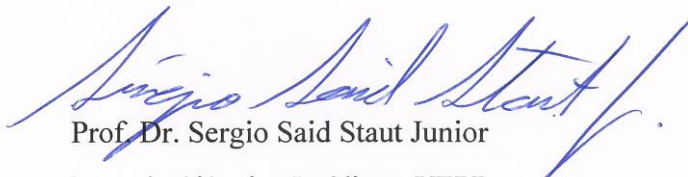
ANARQUIA OU LIBERDADE? A CATEGORIA DE FEDERALISMO NO IMPÉRIO DO  
BRASIL (1821-1834)

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Direito do Estado no Curso de Pós-Graduação em Direito, Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:



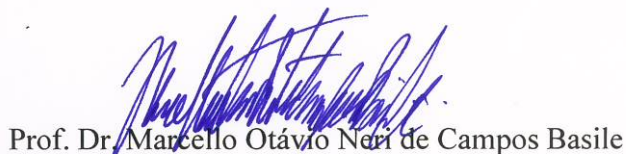
Prof. Dr. Luís Fernando Lopes Pereira

Orientador — Setor de Ciências Jurídicas, UFPR



Prof. Dr. Sergio Said Staut Junior

Setor de Ciências Jurídicas, UFPR



Prof. Dr. Marcello Otávio Neri de Campos Basile

Departamento de História e Economia, Instituto Multidisciplinar, UFRRJ

## **AGRADECIMENTOS**

A minha mãe, Rilderlei, pelo apoio e compreensão incondicionais. Ao meu pai, Edmilson, pelo gosto de questionar e procurar saber.

A Rut, pelo amor e pelo companheirismo diário, mesmo com o velho Atlântico meses a fio entre nós.

Ao amigo Rafael Hayashi, pelos conselhos sinceros e pela verdadeira torcida.

Ao amigo Judá Lobo, pelas conversas e indicações sempre preciosas.

Ao meu orientador, o professor Luís Fernando Lopes Pereira, exemplo desde a graduação.

Aos professores Sérgio Staut e Marcelo Basille, membros da banca avaliadora, pelas valiosas sugestões e críticas, e por se debruçarem sobre um trabalho ainda tão imperfeito.

Aos companheiros da história do direito de Curitiba.

Dijo Tennyson que si pudiéramos comprender una sola flor sabríamos quiénes somos y qué es el mundo. Tal vez quiso decir que no hay hecho, por humilde que sea, que no implique la historia universal y su infinita concatenación de efectos y causas.

(Jorge Luis Borges, *El Zahir*)

## RESUMO

O federalismo é uma marca indelével da história constitucional brasileira. Mas que federalismo? Voltando-se aos primeiros momentos dessa história, o presente estudo busca possíveis contornos para o federalismo nos anos de fundação do Império do Brasil. Sua questão central é — o que era, ou poderia ser, federalismo naquele contexto histórico? Guiado por essa dúvida, articula o federalismo como uma categoria num sistema ou linguagem normativa em franca mutação durante anos cruciais para a consolidação do constitucionalismo e da própria nação brasileira. Utiliza a metodologia contextualista de Quentin Skinner e J. G. A. Pocock para apreciar os registros da imprensa e do parlamento, instâncias máximas de produção da cultura juspolítica liberal luso-brasileira, tentando inferir os limites retóricos e transformações da categoria de federalismo dentro de sua particular linguagem política. A análise sugere que a categoria de federalismo, tradicionalmente definida como uma doutrina que fundamenta a união de autoridades independentes para fins ofensivos ou defensivos (a confederação), passa a ser pregada como fundamento do autogoverno local e, por fim, como forma de propaganda republicana. Durante o 1.º Reinado, é utilizada pelas parcialidades políticas como indutora de duas outras categorias caras àquela particular linguagem: a anarquia e a liberdade. A categoria de federalismo esteve no centro do conflito político que precipitou a queda de d. Pedro I e, a partir daí, nas candentes discussões de reforma constitucional durante a Regência. Nesse momento, parece romper com os limites de um conjunto de regras que implicaria em anarquia ou em liberdade para ser proposta, pela tendência política “moderada”, como um princípio assumível em variáveis graus, podendo ser aplicado adequadamente à monarquia.

Palavras-chave: **História das categorias. História constitucional. Federalismo. Império do Brasil.**

## ABSTRACT

Federalism is an unavoidable characteristic of Brazilian constitutional history. But which federalism? This study analyses federalism during the first years of the Empire of Brazil (1822-1834). Its central question is what was, or could be, federalism in that specific historical context. Guided by this doubt, it apprehends federalism as a category in a system or normative language undergoing great changes in that crucial period for the consolidation of Brazilian liberal constitutionalism. To grasp the rhetorical limits of this category, the study uses the contextualist methodology proposed by Quentin Skinner and J. G. A. Pocock to read the files of the press and the parliament, the instances that produce the liberal juspolitical culture in the Luso-Brazilian world. The analysis suggest that the category of federalism, traditionally defined as a doctrine that supports the union of independent authority to offensive or defensive objectives (the confederation) is latter used as the basis for local government and as a way to advertise republicanism. Involved in heated discussions by the end of the 1820s and in the center of the political conflict that gave rise to d. Pedro I abdication, the category of federalism, at first equivalent to the adoption of a set of rules that would implicate either anarchy or liberty, would be proposed as a principle that can be assumed in different degrees of decentralization.

**Keywords:** Intellectual history. Constitutional history. Federalism. Empire of Brazil.



## SUMÁRIO

1	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	9
2	<b>O LIBERALISMO LUSO-BRASILEIRO E O FEDERALISMO</b> .....	18
2.1	TRANSFORMAÇÕES DA CULTURA JUSPOLÍTICA LUSA.....	18
2.2	O CONSTITUCIONALISMO DO SOBERANO CONGRESSO E O FEDERALISMO.....	30
2.3	O FEDERALISMO NA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE DE 1823.....	35
2.4	O FEDERALISMO DE CIPRIANO BARATA.....	47
2.5	EM BUSCA DE UMA CATEGORIA DE FEDERALISMO PARA A INDEPENDÊNCIA.....	52
3	<b>O FEDERALISMO NA CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR</b> .....	56
3.1	CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR: CONTEXTO E CIRCUNSTÂNCIAS.....	56
3.2	AS DOUTRINAS DE GERVÁSIO E CARVALHO.....	61
3.3	A CONFEDERAÇÃO DE FREI CANECA.....	70
3.4	A CATEGORIA DE FEDERALISMO CARVALHISTA.....	80
3.5	CONTRAPROPAGANDA À CONFEDERAÇÃO.....	82
4	<b>O FEDERALISMO NA CRISE DO 1.º REINADO E NOS ANOS INICIAIS DA REGÊNCIA</b> .....	89
4.1	OCASO DO 1.º REINADO E CAMPANHA FEDERALISTA.....	89
4.2	O FEDERALISMO EXALTADO.....	101
4.3	OUTROS FEDERALISMOS — MODERADOS E CARAMURUS.....	113
5	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	117
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	121

## INTRODUÇÃO

Já nos anos finais do Império, em meio ao surto republicano que se agrava com os esforços abolicionistas, Joaquim Francisco de Assis Brasil<sup>1</sup> publicou um apaixonado livro com o fim de demonstrar a superioridade da República federal sobre a Monarquia. Rebatendo as máximas da Monarquia constitucional (“um absolutismo enrustido”) e contrapondo as críticas unitaristas de que o federalismo levaria à anarquia e à desagregação, o então estudante de direito afirmava de forma categórica que a humanidade inteira caminharia para o federalismo. Destino de que não se furtaria, por certo, o Brasil: “o nosso país está como a grande república de Washington, mais do que nenhum outro do mundo, disposto [...] para [...] as fecundas instituições da república federal”<sup>2</sup> (BRASIL, 1885, p. 15, 206, 220-221)

A ideia federalista decorreria do reconhecimento da autonomia dos diversos grupos humanos. O federalismo, cuidando dos interesses gerais, permitiria que os indivíduos resguardassem a possibilidade de igualmente satisfazerem seus próprios interesses. “É a unidade sem prejuízo da variedade, como no seio da natureza ela existe e se manifesta em todos os seres vivos” (BRASIL, 1885, p. 193 e 201). Só a federação poderia amansar as rivalidades entre as províncias brasileiras e possibilitar-lhes o desenvolvimento de seus potenciais, conservando o Brasil “com o esplendor das grandes nações e com a sólida firmeza e agilidade das pequenas” (BRASIL, 1885, p. 227), evocação às ideias de Alexis de Tocqueville (2005, p. 178 ss.).

A federação, todavia, não seria ideia nova na política nacional. Já “nos últimos tempos do primeiro Império, alguns periódicos patrióticos, afrontando a odiosa tirania do imperador, pregavam abertamente as doutrinas da república federal”. A federação teria constituído o empenho “dos nossos melhores e mais adiantados espíritos”, e estaria consagrada no projeto original da Câmara dos Deputados que redundara no ato adicional à constituição (1834). Inconformada, a Monarquia teria desvelado sua índole centralizadora já na lei de interpretação do ato (1840), que o teria deturpado. Uma Monarquia federal, portanto, seria uma ideia despropositada; “só a república pode ser sinceramente federal” (BRASIL, 1885, p. 89, 231,

---

<sup>1</sup> Filho de estancieiro, Assis Brasil nasceu em 29 de julho de 1857 em São Gabriel, RS. Teve contato com a doutrina republicana ainda durante a adolescência, nos seus estudos colegiais. Em 1878, ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo, tomando parte ativa na propaganda republicana pela qual era conhecida essa instituição acadêmica. Publicaria, durante os anos de formação, *A república federal* (1881). Foi deputado provincial em diversas legislaturas, deputado em duas constituintes (1891 e 1934) e diplomata (MOREIRA, 2010).

<sup>2</sup> Neste trabalho, ante a diversidade de fontes, parte das quais transcrita com grafia atualizada, optei por atualizar todas as citações. Também atualizei os nomes próprios segundo a grafia atual. Mantive, todavia, a pontuação original (ou, em qualquer caso, a da transcrição) e a grafia dos títulos das obras.

232). O alvo da assertiva eram os que pregavam a possibilidade de uma Monarquia federativa, como o partido liberal de São Paulo, que se dava a missão de “desenvolver e completar o pensamento do Ato Adicional, constituindo a monarquia federativa”, já que a “federação das províncias, longe de repelir, favorece o elemento monárquico, tornando-o mais compatível com a índole democrática dos povos americanos”.<sup>3</sup>

O libelo de Assis Brasil se inseria nos instantes finais de um debate travado já havia algumas décadas. Se o tomarmos como uma disputa entre centralização e descentralização, teria sua faceta mais sofisticada nas obras do visconde do Uruguai (2002, 1.<sup>a</sup> edição em 1862; 1865) e de Tavares Bastos (1870).<sup>4</sup> Este último, por sinal, inspira muitos dos argumentos de Assis Brasil. A intensificação de tal debate, a partir da década de 1870, leva todas as tendências políticas do Império a tomarem posição quanto à ideia federal. Antes dos republicanos, para quem a federação constituiria a aspiração máxima, as tendências políticas chamadas de progressistas e de radicais já a defendiam (CARVALHO, 2011; CARVALHO, 2009, p. 31 ss.). Mas foi com a edição da lei Áurea que o tema tornou-se tão premente ao ponto de Joaquim Nabuco e Rui Barbosa só vislumbrarem saída para o Império na adoção do federalismo monárquico (CARVALHO, 1993, p. 67).

Traço em comum dos debates em torno de federalismo, centralização e descentralização da segunda metade do século é a sempre presente referência aos debates do 1.<sup>o</sup> Reinado e da Regência, em especial ao ato adicional de 1834. Exemplo tem-se no discurso ouvido no Senado da parte do senador liberal Manoel Pinto de Sousa Dantas, em 26 de setembro de 1888:

Esta política de descentralização, esta política de autonomia, esta política de federação ou de governo local, chamem-na como quiserem, vai dia a dia ganhando terreno neste Império. As províncias de S. Paulo, do Pará, da Bahia, de Pernambuco, de Minas Gerais, do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Sul, enfim, quase todas as províncias, pelos meios públicos de manifestação, — pela imprensa, pelos *meetings*, nas assembleias provinciais, nas representações trazidas aos poderes públicos — todas elas agitam-se, movem-se em torno desta ideia — de descentralização ou federação.

E, em sequência:

O Ato Adicional preparou as províncias para governarem-se [...] não foi senão um primeiro passo dado, o mais importante nessa época [...], o mais avançado que podia ser dado para a descentralização, para a autonomia, para a federação das províncias. (BRASIL, 1888, livro 6, p. 217).

<sup>3</sup> Reproduzida no periódico curitibano *Dezenove de Dezembro* de 27 de junho de 1888.

<sup>4</sup> Sobre o debate entre Uruguai e Tavares Bastos, v. Gabriela Nunes Ferreira (1999).

Com efeito, federalismo e ideias conexas — autogoverno, federação, confederação — têm um longo histórico de presença nos debates políticos daquilo que se tornaria o Império do Brasil no curso da primeira metade do século XIX. Tais ideias têm lugar na Capitania de Pernambuco, em 1817 (MELLO, 2004); nas Cortes de Lisboa, em 1822 (BERBEL, 1999; CARVALHO, 1993); nas províncias setentrionais brasileiras, segundo as cartas de d. Leopoldina à Corte de Viena (HOLLANDA, 2010, p. 15); na Assembleia Constituinte de 1823 (como veremos); na Confederação do Equador (MELLO, 2004); nas disputas políticas na Corte antes e durante o período regencial (BASILE, 2008) e, já na metade do século, nas reivindicações dos praieiros (MOSHER, 2008).

Tomemos o caso do período regencial. Em seus *Estudos práticos sobre a administração das províncias no Brasil* (1865), o já referido visconde do Uruguai faz longa resenha sobre o processo de concepção e tramitação do ato adicional de 1834 e de como, a partir dele, as recém-criadas Assembleias Provinciais passaram a exercitar suas novas competências. Refere que, nos anos de 1830 e 1831, ideias de federação haviam progredido no Império. D. Pedro I em pessoa viajara à província de Minas Gerais para advertir contra essas doutrinas. Sua abdicação ao trono, 45 dias depois, teria aberto o espaço para a discussão dessas ideias na Câmara e a adoção do ato adicional.

Mas, como se pergunta o visconde do Uruguai, “o que se entendia então por federação?”. Apesar de todo o debate sobre a categoria de federalismo durante o período, envolvendo espaço e opinião pública em todas as suas facetas — parlamento, imprensa e ruas —, um contemporâneo como Uruguai confessa não ter encontrado, examinando a discussão sobre o ato adicional, ideias “fixas e claras” sobre um sistema federativo aplicável ao Brasil. Refere então que haveria muitos a se voltarem ao sistema dos Estados Unidos da América, que ele considerava francamente inaplicável a uma monarquia que havia pouco deixado de ser “absoluta”, num país imenso e pouco povoado (SOUSA, 1865, p. XII-XIII). A equivocidade do termo também seria aludida nos debates da Câmara sobre o ato adicional. Nestes, o jornalista e deputado de tendência “moderada” Evaristo da Veiga afirmaria haver “um abuso da palavra entre nós, que nos induz a gravíssimo erro: chama-se federalista aquele que não é senão democrata, e chama-se unitário aquele que é chamado na América do Norte federalista”, isto seria, aquele que advoga por laços de união mais pronunciados entre as províncias (sessão de 26 de junho de 1834 — BRASIL, 2016).

A dubiedade persiste. As investigações mais recentes sobre o tema também não esclarecem plenamente a definição de federalismo aplicável àquela época de início da

construção nacional. José Murilo de Carvalho (1993), em texto de síntese sobre o federalismo no Império, analisa a questão principalmente nos termos do debate entre Uruguai e Tavares Bastos, concluindo que o federalismo brasileiro significava essencialmente a descentralização. Todavia, sua conclusão volta-se (e é própria) especialmente ao 2.º Reinado. Evaldo Cabral de Mello (2014, p. 14) dirá que, ao tempo da independência, “não havia ideias precisas” sobre o federalismo. “Federação” seria empregado como sinônimo de confederação, ou, com objetivos *ad terrorem*, de república ou democracia. Miriam Dolhnikoff (2005) afirmará, com base num conceito de federalismo atual, que o ato adicional de 1834 introduziu o federalismo no Império, resvalando, portanto, em anacronismo. Marcello Basile (2008, p. 92), analisando a questão federal na imprensa, afirma que o termo federação era usado geralmente como sinônimo de descentralização ou de autonomia provincial. Os trabalhos de Ivo Coser (2008, 2014), embora avancem nalgumas propriedades semânticas, acabam por igualar a “federalista” todos aqueles agentes que se manifestam de alguma maneira em favor da “federação” nos debates parlamentares, assumindo que as definições apresentadas sobre o termo constituem necessariamente o núcleo do que seria ali o suposto federalismo brasileiro. Coser acaba por desconsiderar, de pronto, as manifestações daqueles que se opunham ao federalismo, para não falar de outras fontes.

Exceção, no aprofundamento da ideia de federalismo, é o recente trabalho de Silvia Fonseca (2016), já sob a perspectiva da história dos conceitos de Reinhart Koselleck. Tratando do federalismo entre a independência e 1835, observa que a ideia de federalismo comportava acepções muito diferenciadas — desde a aliança entre governo ou cidades autônomos, formando uma confederação, até a união de diversos estados com constituições próprias, compartilhando-se a soberania entre os entes originais e o novo ente formado, “conforme sugeria o federalismo dos EUA”. Afirma que a defesa do federalismo, desde o contexto da independência, pode ser ligada à noção de liberdade republicana<sup>5</sup> como oposição à escravidão política, por sua defesa de autonomia, de tropas locais, de gerenciamento local dos próprios recursos, de analogia entre o corpo individual e o corpo político, de governo *sub leges e per leges*. Defende que, embora não houvesse correlação direta entre a federação e uma determinada forma de governo, a associação entre República (governo eletivo) e federação

---

<sup>5</sup> No sentido captado pelos trabalhos de Quentin Skinner (1996 e 2010), a liberdade republicana dos filósofos que chama de “neorromanos” (esp. James Harrington e John Milton) é formulada como aquela que desapareceria com a mera existência de um poder arbitrário, transformando homens livres (*liberis homines*) em escravos, tal como definida no Digesto justinianeu. Os direitos civis de um homem livre deveriam ser *mantidos de forma independente*, não apenas usufruídos segundo a liberalidade de um soberano.

passaria a ser mais explícita a partir da década de 1830, manejada sobretudo pelos jornais pernambucanos. Nestes, seriam articulados conceitos da tradição republicana (liberdade, autonomia, virtude, cidadania) e utilizada a figura da incompatibilidade entre a monarquia e o Novo Mundo (FONSECA, 2016, p. 243, 259-260).

Sem pretensão de uma análise mais profunda da obra de Fonseca, é de se observar, contudo, que alguns dos elementos que aponta para vincular a defesa do federalismo à liberdade republicana são também encontrados na tradição liberal luso-brasileira. A contraposição entre liberdade e escravidão era um lugar comum do discurso do liberalismo luso-brasileiro (NEVES, 2003, p. 131). Talvez até proviesse da mesma fonte em que o colheram os neorromanos (o Digesto), por caminho provavelmente diverso. Nesse discurso liberal, também estavam incluídos o governo constitucional e a autonomia, decerto não como autonomia local, mas como independência da nação (nação lusa, depois nação brasileira). Com efeito, há quem argumente que o liberalismo e republicanismo ibéricos apresentavam-se completamente desvinculados da tradição republicana anglo-saxã e até de seu antecessor intelectual, Nicolau Maquiavel, autor muito rechaçado pela escolástica peninsular (ARRANZ NOTARIO, 2009, p. 139-140). Não se pode descartar, por outro lado, a possibilidade de contato entre os republicanos brasileiros e a doutrina republicana anglo-saxã por caminhos próprios, especialmente no caso de Pernambuco, em que atuaram indivíduos ligados à maçonaria inglesa ou com relações nos Estados Unidos da América(v. 3.1). Para terminar, a analogia entre corpo individual e corpo político era uma das imagens fundamentais na visão que o antigo regime português tinha de si, como uma sociedade corporativa (v. 2.1).

Essas constatações, ainda que bastante apressadas, dão uma amostra do quão fértil era a cultura política daquela sociedade na qual fluxos de modernização atuavam ao menos desde a metade do séc. XVIII, porém em que a visão corporativa da sociedade e suas consequências, nomeadamente o peso dos poderes locais, teriam uma larga persistência. É possível argumentar que a continuidade dos poderes locais gerados por esse caráter difuso e periférico que marcava o Império português, percebido em análises mais antigas e mais recentes (BOXER, 1969; RUSSELL-WOOD, 2014; FRAGOSO, 2015), seria um dos fatores a complexificar a consolidação da nação no Brasil, só ocorrida na segunda metade do séc. XIX (BARMAN, 1988; GRAHAM, 2001). Assim como outras noções do vocabulário político moderno que se inseriam nesse processo, o federalismo também não escapou de interações, distorções e acomodações em seu contato com os interesses estabelecidos.

Partindo dessas considerações e guiado fundamentalmente pela dúvida de Uruguai — “o que se entendia então por federação?” — pretendo neste trabalho realizar uma aproximação dos contornos dessa categoria constitucional nos primeiros anos do Império, ainda que muito primitiva e desprovida de qualquer intenção de esgotar o tema. Adoto como recorte temporal os anos de 1821-1834, da instalação das Cortes de Lisboa, após a revolução constitucionalista do Porto, até a passagem do ato adicional de 1834, a qual teria, em certa medida, esfriado as discussões sobre federalismo na Regência. O recorte é propositadamente largo para permitir a visão, mesmo que tênue, das linhas de força que conformaram a categoria naquele momento fundante. Ainda que arriscada, essa opção tem o potencial de prover rastros, picadas ou, com sorte, um esboço de mapa para trabalhos de mais fôlego.

Um dos pressupostos da abordagem é que o federalismo pode ser entendido como uma *categoria* que se integrava naquele constitucionalismo do século XIX, de faceta tipicamente política (FIORAVANTI, 2009). O federalismo é aqui visto como uma categoria constitucional, não só porque sua discussão se dá em arenas formalmente constitucionais (no parlamento, constituinte ou não, e nas mais variadas instâncias da opinião pública) como toca um problema essencialmente constitucional, a divisão de poder.

Categorias são modelos de organização da realidade, de capacidade ativa, estruturante, criadora do conhecimento; e que são palco de lutas sociais, podendo ser conquistadas ou perdidas (HESPANHA, 2010). As categorias podem ser ditas dispositivos intelectuais que, objetivamente, constituem os sentidos possíveis. Como objetos de confronto social, as categorias movem-se, são distorcidas, adaptadas, conformadas, mas apenas nos termos de uma sua gramática. É o próprio sistema de categorias que seleciona as regras da luta, admitindo ou afastando determinados argumentos e determinando os limites de seu uso. Como a argumentação e a retórica constituíam um dos pilares do ensino propedêutico da Universidade de Coimbra e, em geral, da educação de todo o mundo luso, esperava-se que todas as pessoas estivessem conscientes das “armas”, das regras de uso dos argumentos (CARVALHO, 2000). Dentro das regras da retórica, cada argumento, cada tópico, atrai e afasta outros tópicos; de forma que lançar um tópico (isto é, uma base consensual para uma discussão) conveniente pode acabar atraindo outros tantos inconvenientes (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2014). Além disso, as intenções de quem fala podem não ser a única chave do que é dito, eis que a lógica interna do discurso não deixa de fornecer outras leituras. Os argumentos existem nas memórias tópicas de uma cultura local e têm um escopo demonstrativo limitado, organizando-

se segundo relações objetivas. Conforme sugere José Murilo de Carvalho (2000), a retórica deve ser considerada uma das chaves para a cultura letrada desse mundo.

Seria, ademais, essa “indisponibilidade do discurso” que autorizaria uma história autônoma das categorias (HESPANHA, 2010, p. 29-30). O modelo compreende que haveria matrizes gerais, históricas e integrantes do que poderia ser dito um “senso comum”. Tendo espaços de incerteza e limites de variação, essas matrizes são tendencialmente coerentes; podem ser ditas, então, categorias de senso comum, um senso que comanda os cálculos pragmáticos do cotidiano e, além disso, pesa duramente sobre a vida das pessoas. Esse modelo interpretativo propõe-se a elucidar a tensão entre as categorias culturais dominantes e as alternativas, bem como ponderar seus equilíbrios. Além disso, explicitar a matriz de transações que se realizam entre o modelo de senso comum e os impulsos induzidos pela situação concreta. Isto porque um determinado sistema de ideias, posto em contato com um ambiente inóspito, é deformado por ele, e é obrigado a desenvolver elementos teóricos que o tornem adequado ao ambiente. Determinados interesses (que também são mediatizados pelo sistema de categorias que organiza a realidade social), perdendo seu enquadramento teórico, buscam justificação nos quadros da nova teoria, para poderem sobreviver. Essa teoria, por sua vez, altera-se para abrigar tais interesses. Se nem interesses nem teoria podem ser sacrificados, eles têm de aprender a coexistir.

Como principais fontes, utilizei periódicos da Corte e das províncias, panfletos políticos, os diários das Cortes de Lisboa (1821-1822), da Assembleia Constituinte (1823) e da Assembleia Geral. Creio que as fontes sejam representativas da cultura jurídico-política do período, marcada pela figura do jurista eloquente, pela oralidade (registrada no parlamento) e pela fugacidade dos debates (LOBO, 2016; FONSECA, 2006). Representam, ademais, extratos diferentes de uma mesma cultura — enquanto os debates na tribuna parlamentar, por sua seletividade, são registros da alta cultura, a imprensa representa um espaço mais pervasivo, contemplando também manifestações da baixa cultura. Esses extratos não são isolados ou orientados numa via de mão única (partindo, como se poderia pensar, da alta cultura à baixa cultura), mas relacionados num esquema de circularidade, em que ambos influem-se mutuamente (PEREIRA, 2014). Por razões de economia da pesquisa, optei por analisar os periódicos mais representativos do debate sobre o federalismo, conforme referências no parlamento e noutros periódicos, guiando-me também pelos trabalhos dos já citados Marcello Basile (2004) e Silvia Fonseca (2016). É quase dispensável dizer que, durante a pesquisa,



deparei fontes (especialmente periódicos e panfletos) com explícita pertinência ao tema que, por seu volume e pela carência de tempo, não pude integrar à análise.

Analiso as fontes a partir das proposições metodológicas do já mencionado Quentin Skinner (1969) e de seu colega John Pocock (2013). Como afirma o primeiro, qualquer texto de caráter político formula perguntas e respostas a partir de um determinado quadro mental de noções e princípios — uma linguagem normativa — que aceitam, contestam ou repelem ideias e convenções predominantes num determinado momento. Sua proposição básica é que as questões para que se voltam os autores em cada época devem ser definidas, fundamentalmente, na apreensão da linguagem normativa disponível para esses autores. Essa linguagem permite dar parâmetros às discussões e fornece um horizonte de possibilidades de escolha para a expressão e discussões de ações políticas, assim sendo um dos fatores que as determinam.

Considerando que as discussões sobre o novo vocabulário político constitucionalista desenvolveram-se no âmbito de uma certa “esfera pública”, cumpre algum esclarecimento conceitual. A esfera pública seria a esfera dos privados “reunidos em um público” para discutir com a autoridade pública as leis do intercâmbio de mercadorias e do trabalho social, leis da troca na esfera fundamentalmente privada, mas publicamente relevante (HABERMAS, 2014). Assim, seria equivalente a um espaço informal de sociabilidade política que medeia entre os particulares e o Estado, fundamentando-se no uso público da razão. Compreenderia, de todo modo, apenas espaços informais (não-institucionais) de participação, tais como a imprensa, os espaços literários ou de discussão pública (como, para o período estudado, as boticas, cafés e livrarias), as petições e os atos de protesto. Não abrangeria espaços institucionais como o parlamento, os partidos, o voto e o acesso à Justiça. Seria na esfera pública que os indivíduos, como opinião pública, fonte legítima do poder discutem os assuntos públicos, expressando suas preferências e interesses. O modelo, por certo, tem seus problemas e limitações. Além de, por exemplo, estabelecer uma dicotomia absoluta entre público e privado e desvalorizar a oralidade e participação das camadas populares, para o caso brasileiro, como registra Basile (2004, p. 17), complicam-no o elevado analfabetismo e a constância, em grau variável, de práticas repressivas contra a liberdade de expressão e de manifestação. Ainda assim, pode ser dito razoavelmente adequado como chave interpretativa para compreender o processo de desenvolvimento da imprensa e da participação política, tendo sido aplicado por Marco Morel (2016) para o Rio de Janeiro dos anos 1820 a 1840.

Mas também considero apropriada a avaliação de Judá Lobo (2016) sobre a opinião pública como uma categoria das constituições políticas (ao lado de sistema representativo e

separação de poderes), consistente em responsabilidade pela publicidade dos atos, conformato como um “tribunal da responsabilidade moral”. A opinião pública, no ideário constitucional da época, estreitaria o vínculo representativo e estabelecia limites ao poder constituído, na medida em que censuraria a reputação dos agentes políticos ao realizar-se em várias instâncias de discussão pública, como a imprensa, o parlamento, os cafês e as ruas, nas quais manifestava-se em duplicidade — estabelecendo limites e servindo de canal de demandas inovadoras. Mostraria, assim, o viés dinâmico das constituições políticas típicas do século XIX e a importância da discussão pública nesse processo constitucional em movimento. Essa definição permite enquadrar os registros das discussões parlamentares, os artigos de opinião dos periódicos e demais fontes relacionadas à discussão pública como indícios daquela realidade histórico-jurídica. Assim, podem-se apreender particularidades de um determinado momento histórico e analisar questões relacionadas a sua história constitucional e cultura jurídica. Essa possibilidade é especialmente interessante quando se considera que os discursos alternativos à teologia moral e ao direito são minoritários durante toda a modernidade ibérica (HESPANHA, 2009, p. 41-42). Todos os outros tipos de discurso valer-se-iam das categorias do direito para suas disputas.

O trabalho é dividido em três capítulos. No primeiro, analiso a categoria de federalismo no contexto das Cortes de Lisboa (1821-1822) e da Assembleia Constituinte do Império (1823). O segundo é dedicado à formulação dessa categoria pelos personagens da Confederação do Equador (1824). Por fim, analiso-a no período que vai da abertura da Assembleia Geral (1826) à passagem do ato adicional de 1834, especialmente nos finais do 1.º Reinado. Cabem, por fim, algumas considerações finais.

## 2 O LIBERALISMO LUSO-BRASILEIRO E O FEDERALISMO

### 2.1 TRANSFORMAÇÕES DA CULTURA JUSPOLÍTICA LUSA

A categoria de federalismo assoma durante as discussões dos dois órgãos que talvez sejam os primeiros a incorporar, em algum grau, a noção de representação moderna no mundo luso — as Cortes de Lisboa e a Assembleia Constituinte do Império do Brasil. Em ambos os casos, a categoria aparece, em geral negativamente, no contexto da divisão de poder, na nova ordem constitucional, entre os corpos políticos — os municípios, as províncias, os reinos de Portugal e do Brasil. Insere-se, ademais, num sistema de categorias em franca mutação desde que a revolução constitucionalista permitiu a expansão de uma incipiente esfera pública em que panfletos manuscritos e impressos, periódicos e movimentos de *povo e tropa* manifestavam uma opinião pública tendente à responsabilização pela publicidade. Para acessar o âmbito da categoria de federalismo em meio ao sistema de categorias, isto é, em meio à particular linguagem política que ali se desenvolvia, é necessário contextualizar as transformações particulares pelas quais passava sua cultura juspolítica.

O plano da alta cultura jurídico-política no mundo luso fora, até ao menos a metade do séc. XVIII, dominado por uma compreensão ideal de organização política que se pode denominar de “sociedade corporativa”.<sup>6</sup> Essa compreensão derivava da crença, formulada especialmente pela escolástica, de que à criação divina era ínsita uma ordem natural, hierarquizada e desigual. Cada elemento — coisas, animais e humanos — tinha seu lugar e sua finalidade específica na obra de Deus, formando um todo harmônico orientado a um fim último dado pelo criador. Um dos corpos inseridos nessa ordem eram as sociedades humanas, e eram elas próprias compostas de outros corpos, como as famílias ou a igreja. Para desempenhar os objetivos que lhe eram próprios, cada corpo tinha assegurada, pela natureza das coisas, sua autonomia político-jurídica, sua parcela de jurisdição (*iurisdictio*). O poder político estava assim naturalmente repartido entre os diversos corpos que, juntos, formavam o corpo maior da sociedade.

A coroa, como cabeça do corpo social, tinha também sua função específica. Não se tratava de manejar todo o poder político; seria monstruoso um corpo feito só cabeça. Sua

---

<sup>6</sup> Essa visão, desenvolvida como hipótese por António Manuel Hespanha em sua tese de doutorado e posteriormente publicada como livro (1994), tem sido comprovada e expandida por estudos mais recentes sobre diferentes aspectos da realidade social do Império português (FRAGOSO, 2015; FRAGOSO; GOUVÊA, 2010; FRAGOSO; GUEDES; KRAUSE, 2013). V. revisão em António Hespanha (2012).

função, na verdade, era a de representar (na acepção de antigo regime, isto é, de fazer ver) a unidade do corpo social como um todo e de manter a harmonia entre suas partes. Recompôr a harmonia, quando abalada por algum conflito, era realizar uma justiça distributiva, consistente em “dar a cada um o que é seu” (*suum cuique tribuere*) — dar o que lhe cabe segundo a ordem natural objetivamente existente, preservando os privilégios e os direitos adquiridos (*iura radicata*). Trata-se, assim, de um modelo de administração passiva ou reativa. Exercer o poder político, nesse modelo, é pronunciar-se sobre os conflitos que lhe são levados pelos corpos a partir de um procedimento metódico e regulado, o *iudicium*, em que deverá ser assegurada a pluralidade de pontos de vista sobre a questão, ouvindo-se os interessados e ponderando-se seus argumentos. Por isso, nesse modelo, a atividade política é, em essência, jurisdicionalista.

O direito assumia, assim, uma posição central na sociedade corporativa, como um saber prudencial (*iurisprudencia*, jurisprudência). Saber que era essencialmente doutrinário, plural, exemplar, e caracterizado por uma flexibilidade que primava por soluções locais e particulares. Portanto, não se identificava com o que era prescrito pela coroa, mas na decisão das questões conforme a sensibilidade jurídica local. Também dava azo a infinitos meios de recursos, possibilitando suspender a execução de comandos, ordens ou normas superiores durante anos, enquanto a apelação, súplica ou embargo era apreciado, num efeito paralisador. Fazer política era assunto jurídico e operado pelos juristas, em conformidade com os estilos do direito (HESPANHA, 2006).

Um dos tópicos centrais para a legitimação do poder na sociedade corporativa era a aproximação entre a *respublica* (a comunidade política) e o mundo doméstico. A imagem da família, grupo humano natural e auto-organizado, unido por vínculos de afetividade, espalhava-se por todo o discurso social e servia de paradigma para a organização política. A família era a unidade básica e o modelo da sociedade. Assim como as virtudes morais cristãs, os sentimentos domésticos, transformados em deveres no direito comum, numa espécie de economia antidoral (isto é, dos deveres morais, não devidos numa visão estritamente jurídica) ou da graça, prestam-se a alicerçar (e limitar) o exercício do poder. Da economia, governo da casa, passa-se à política, o governo das coisas públicas. É recorrente o uso da ideia de filiação para explicar o modelo das relações entre o rei e os súditos. O rei é chefe da casa, casado com a república e pai dos vassallos. Essa analogia, logo veremos, será posteriormente muito utilizada para legitimar um modelo de administração ativa, em que o rei governa o reino assim como o pai governa a casa.

A “constituição” social, portanto, estava indisponível aos quereres da sociedade, pois inscrevia-se na própria ordem da natureza. Afastar-se dela era incorrer em tirania no exercício

do poder (*tiranía in exercitio*). O que eventualmente podia ser pactuado entre o rei e o reino — e apenas aí cabia a ideia de pacto — era a forma de governo, isto é, a monarquia, a aristocracia, a democracia, ou um governo misto, conforme a tipologia dada por Aristóteles (*Política*, livro III, IX; 2006, p. 105 e ss.). Todavia, mesmo esta escolha, uma vez definida, radicava-se, não comportando mais alteração. O direito, assim, encontrava fundamento na própria natureza das sociedades humanas, não podendo ser afastado ou modificado (senão completado, aperfeiçoado) pelo poder político. A leitura dessa ordem natural cabia ao jurista, como operador de um saber prudente. O poder era conferido aos reis tendo em vista o bem da sociedade. Devia fazer e distribuir justiça, sustentar e defender a religião. A eventual escolha popular do governante não fazia mais que concretizar numa pessoa uma disposição divina que já estava expressa na ordem natural, de que a *respublica* era um reflexo.

A expressão dessa mentalidade no plano administrativo permite caracterizar o Império português como uma monarquia corporativa polissinodal e pluricontinental (FRAGOSO, 2015; FRAGOSO; GUEDES; KRAUSE, 2013). Isto quer dizer que se tratava de uma monarquia estruturada num reino único, em que o rei era a cabeça do corpo social no aquém e além-mar, mas em que havia uma multiplicidade de poderes que concorriam e negociavam entre si. Era por meio desses poderes periféricos, em especial dos municípios, entendidos como repúblicas (comunidades políticas) autogovernadas, que as conquistas eram mantidas. A periferização do poder, o localismo e o caráter circunstancial dos arranjos políticos são características sistêmicas do sistema político corporativo, pela abertura que dá às normas da vida local. Uma multiplicidade de poderes políticos, muitas vezes contraditórios e descoordenados, era potencializada pelas distâncias e dimensões do Império, em cujos extremos o poder da coroa se dissolvia num ambiente ainda mais pluralista e centrífugo, em favor dos poderes locais e dos funcionários régios que, acobertados por essa lógica, tomavam todo tipo de decisões e iniciativas ousadas.

Se o pluralismo político já se verificava na pequena área do reino, o imenso território dos domínios americanos, “de fronteira”, era povoado por comunidades habituadas a viver por si próprias, com base em seus usos, onde os poderes locais faziam a lei e utilizavam-se da Justiça para afastar os inconvenientes, onde as autoridades eram desobedecidas e vinculavam-se à vida local, usurpando jurisdições concorrentes e mais elevadas, buscando favores e envolvendo-se em conflitos. O “sentido” da colonização portuguesa é assim muito percebido como a enorme falta de domínio do centro sobre a periferia - falta de sentido, sentido teológico (difundir a religião). Os arranjos centrífugos e localistas constituídos no reino tendiam a se

reproduzir, de forma exponenciada, em todos os domínios portugueses ao redor do globo, como identificaram, por exemplo, Charles Boxer (1969) e John Russell-Wood (2014). Não descartando mudanças nas dinâmicas de poder, esse seria o caso em que se achariam, mesmo em finais do séc. XVIII, as “províncias da América, conhecidas pelo nome genérico de Brasil”, no dizer de d. Rodrigo de Sousa Coutinho (*apud* BARMAN, 1988, p. 11), um território fragmentado em vários eixos — na geografia, na política e na economia. Sobre tal fragmentação pretendiam agir os planos desse ministro reformista.

A prevalência do secular modelo corporativo começa a ser estremecida, no mundo luso, a partir da segunda metade do século XVIII, em que passa a difundir-se a ideia de um governo “ativo”, no qual o rei, como pai da comunidade política, deveria promover, de forma despótica, a implantação de máximas racionais e universalizáveis (HESPANHA, 2006). Trata-se do modelo do estado de polícia, ancorado nos desenvolvimentos alemães e franceses de uma ciência do governo ou “ciência da polícia”, *Polizeiwissenschaft* (SEELAENDER, 2009, 2011). Saindo dos limites da economia (o governo da casa d’el-rei, que admitia medidas arbitrárias com o fim de prever, prover e promover a riqueza), o poder de arbítrio do rei passa a se afirmar como realizador de uma “boa ordem” na comunidade política, atendendo não mais à razão ponderada do direito, mas à razão de estado, à oportunidade e à conveniência. A diferença é palpável — de um governo jurisdicional, tendente a preservar uma ordem estabelecida, passa-se a um governo político que, para promover uma ordem racional, pode desconsiderar os direitos e privilégios dos corpos, ancorado num direito público que coloca a razão de estado acima da razão dos particulares. Para isso, vai ser recorrente a menção à graça, uma das áreas do governo de antigo regime, por meio da qual o rei (por cima dos direitos radicados) aperfeiçoava a ordem distribuindo dádivas, assim como Deus o fazia por meio do milagre. Da mesma forma, a figura paterna do rei, que se valia de um poder despótico para bem administrar a casa (HESPANHA, 2009, p. 11; HESPANHA; SUBTIL, 2015).

O modelo do estado de polícia é faceta da afirmação do grande paradigma jurídico da modernidade, o jusracionalismo ou jusnaturalismo racionalista, de base individualista e voluntarista (VILLEY, 2009, p. 171 e ss.; HESPANHA, 2006). Tributário da escolástica franciscana de Guilherme de Occam e Duns Scotto, esse paradigma enxergava, antes da sociedade, dos corpos e dos *status*, o indivíduo, idealizado e homogeneizado; antes da ordem estabelecida, da razão (*ratio*) ponderada, uma vontade (*voluntas*) que dava fundamento às situações jurídicas e políticas. Tal vontade seria quer divina (manifestada pelos reis, delegados de Deus na terra), quer humana (consubstanciada num pacto entre os seres humanos que

constituía a sociedade). De sua quase completa indisponibilidade, a constituição e o direito tornam-se disponíveis, são agora alteráveis num dado momento. Esquemáticamente, o paradigma desdobra-se em três correntes típicas. No providencialismo, formulado especialmente na obra de Jean Bodin (*Les six livres de la république*, 1576), o poder é visto como produto da livre vontade de Deus, exercitada na terra pelas dinastias reinantes. Mesmo o exercício tirânico do poder seria expressão da vontade divina, de forma que não haveria possibilidade de resistência dos súditos. Por sua vez, no que pode ser denominado contratualismo absolutista, em que se destaca o pensamento de Thomas Hobbes (*Leviathan*, 1651), o poder do governante é resultado da vontade dos súditos, os quais, para que lhes fosse garantida a segurança, renunciariam aos seus direitos em favor daquele por meio de um pacto. O soberano, então, ficaria livre para exercitar todos os poderes segundo seu arbítrio, devendo apenas manter a generalidade e qualidade abstrata de seus comandos para não cair no governo despótico. Para terminar, o contratualismo liberal, exemplificado na obra de John Locke (*Two treatises of government*, 1689), em que o conteúdo do contrato estaria limitado pela natureza de seus objetivos — instaurar uma ordem social e política que pudesse maximizar a felicidade dos contratantes, de forma que os direitos naturais permaneceriam eficazes mesmo depois de instaurada a sociedade civil.

No caso português, o paradigma jusracionalista encontrará afirmação mais palpável, em sua vertente absolutista ou despótica iluminada, na política do ministério de Sebastião José de Carvalho e Melo, o marquês de Pombal, entre 1750 e 1777 (MAXWELL, 1997). Adotando um discurso reformista, o pombalismo reagirá ao que via como “irracionalidade” e atuará contra o pluralismo político e a descentralização, procurando reduzir os poderes periféricos e transformá-los em delegações de poder do centro (HESPANHA, 2006, p. 140). A coroa tentará submeter o direito e os juristas a um controle mais estrito. A literatura passa a difundir os ideais da unidade do poder na figura real, da generalidade e abstração de direito e justiça, da “nacionalização” das estruturas sociais e políticas. O particularismo e a desigualdade jurídica passam a ser esconjurados por irracionais. Atendendo ao papel crucial do direito na configuração política daquela sociedade, a “lei da boa razão” (1769) busca reformar o quadro de suas fontes, pondo em plano secundário a doutrina e a jurisprudência em favor do direito emanado do soberano. A lei deixa brechas, todavia, com a possibilidade de aplicação do “uso moderno do direito romano” (cuja doutrina medieval era o sustentáculo do direito comum) e do direito das nações “polidas e civilizadas”, ao novo direito iluminista (e posteriormente liberal) dos estados alemães e italianos. Permanece nas mãos do jurista a seleção do direito aplicável.

Também mostra o fim de privilegiar o novo direito pátrio a reforma dos estudos da universidade de Coimbra (1772), não obstante de aspecto mais amplo. A reforma pretende incluir na formação da elite e dos futuros funcionários régios as ideias do século, embora na vertente aprovada pelo ministério e, na prática, com a marca de muitas continuidades em relação ao ensino jesuítico que, até a expulsão da ordem — ocorrida a mando de Pombal em 1759 — fora o arcabouço da educação no Império português.

A partir da reforma da universidade, o jusracionalismo e o ideal do governo ativo consolidam-se gradualmente como a posição dominante na alta cultura político-jurídica do Império português. Continuando o clima pombalino, os ministros da rainha d. Maria I, especialmente o citado d. Rodrigo de Sousa Coutinho,<sup>7</sup> fomentarão numerosos projetos de reformas e melhoramentos — da agricultura, das minas, do comércio, do fisco e também da estrutura administrativa do Império, na intenção de fazê-lo grande e poderoso (LYRA, 1994). A coroa patrocinará viagens e estudos, conectando com seus projetos reformistas as novas cabeças que saíam de Coimbra, algumas das quais nascidas na América Portuguesa e que teriam parte importante em seus sucessos, como José Bonifácio Borges de Andrada,<sup>8</sup> José da Silva Lisboa (que iniciaria a publicação de seus *Princípios de Direito Mercantil* em 1801)<sup>9</sup> e Hipólito José da Costa.<sup>10</sup>

---

<sup>7</sup> D. Rodrigo de Sousa Coutinho (Chaves, 1755 — Rio de Janeiro, 1812) foi um dos mais destacados representantes da ilustração portuguesa. Secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos (1796-1801), quando elaborou um plano de reformas (1797) que reforçaria a importância dos domínios americanos em nome da integridade do Império. Após a transmigração da Corte, retornaria ao gabinete como ministro da Guerra e Negócios Estrangeiros (1808-1812) e receberia o título de Conde de Linhares. Foi responsável pelos tratados de 1810 com o Reino Unido. Por suas afinidades com os britânicos, era dito líder de um “partido inglês” na alta administração do Império, rivalizando com Araújo de Azevedo, do “partido francês” (NEVES, 2008).

<sup>8</sup> José Bonifácio de Andrada e Silva (Santos, 1763 — Niterói, 1838) foi o mais exitoso ilustrado luso-brasileiro da geração do final do séc. XVIII. Oriundo de família enriquecida pela comércio, formou-se em direito e filosofia na Coimbra reformada (1787). Pelo brilhantismo que demonstrava nas ciências naturais, ingressou na Academia de Ciências de Lisboa (outra instituição pombalina) e obteve o custeio de uma viagem pela Europa (iniciada em 1790) para aperfeiçoar-se em mineralogia e história natural, na qual faria fama por suas descobertas e ingressaria em mais de uma dezena de sociedades científicas. Retornaria dez anos depois a Portugal para uma carreira de estadista. Participou ativamente na luta contra a invasão francesa. Aposentando-se, voltou a sua terra natal após 37 anos de ausência. Logo se envolveria na vida política local, assumindo, como ministro do Reino do Brasil e dos Negócios Estrangeiros (1821), um dos principais papéis nos acontecimentos da Independência (CALDEIRA, 2002; NEVES, 2008c; DOLHNIKOFF, 2012).

<sup>9</sup> José da Silva Lisboa (Salvador, 1756 — Rio de Janeiro, 1835), de origens relativamente humildes, formou-se em Coimbra em direito canônico e filosofia (1779). Retornou à Bahia para assumir as cátedras locais de filosofia e língua grega, nas quais se aposentou em 1797, tomando um cargo na administração municipal. Sua fortuna mudaria com a transmigração da Corte, quando teve parte no decreto de abertura dos portos (1808) e foi nomeado censor régio, entre outras funções, entre as quais chanceler da Relação da Bahia. Monarquista convicto, participaria de várias polêmicas impressas no contexto da independência. Participou da Constituinte (1823) e foi nomeado senador (1826), cargo que exerceu até sua morte. Traduziu escritos de Edmund Burke e foi um dos principais propagandistas das ideias de Adam Smith no Império, publicando obras diversas sobre economia política (ROCHA, 2001; NEVES, 2008d; KIRSCHNER, 2009).

<sup>10</sup> Hipólito José da Costa Furtado Mendonça (Colônia do Sacramento, 1774 — Londres, 1823) é considerado autor do primeiro periódico “brasileiro”, embora iniciado ainda no contexto do Império luso e publicado em Londres —



Em linha com as pretensões centralizadoras, uma certa literatura do final do século criticará as liberdades locais e o poder jurisdicional das Câmaras, advogando a que fossem reduzidas a meros corpos “representativos”, no sentido antigo (HESPANHA, 2006, p. 271-275). Todavia, assim como as reformas pombalinas das fontes de direito davam margem às velhas práticas dos magistrados, a intenção centralizadora (também por isso) esbarraria nas arraigadas práticas dos poderes locais. Mesmo as reformas propostas por d. Rodrigo pouco saíam do papel (BARMAN, 1988, p. 25). Tomando o exemplo da América portuguesa, ao que tudo indica, persistiu a “confusão” dos corpos políticos. No dizer do próprio ministro, o Brasil não era mais que “designação genérica” do território. As capitanias do extremo norte, mesmo após a dissolução do estado do Grão-Pará e Maranhão (1772) e sua pretensa reorganização sob o vice-rei no Rio de Janeiro, continuavam a comunicar-se diretamente com Lisboa; era seu Tribunal da Relação que conhecia dos recursos delas oriundos (BARMAN, 1988, p. 21).

Ainda assim, como dito, nos meios letrados fixavam-se os ideais, quando não do despotismo ilustrado, ao menos do jusracionalismo. Nas cadeiras de direito natural da Universidade eram usados os compêndios contratualistas de Heinecke e Martini. O responsável pelas cadeiras de direito pátrio, Pascoal José de Melo Freire, assumia uma posição que pode ser dita a oficial do regime. Sua obra teria influência persistente sobre gerações de estudantes (HESPANHA, 2009, p. 45 e ss.). Melo Freire pregava, por exemplo, em suas *Institutiones Iuris Civilis Lusitani* (1853, 1.<sup>a</sup> edição em 1789), um direito público que desse ao imperante o poder para realizar todo o necessário a garantir a segurança interna e externa dos cidadãos, o verdadeiro fim da sociedade. Era o modelo, em síntese, de um governo ativo e reformador, em que os súditos e os corpos inferiores guardavam direitos políticos muito restritos. Atacando o que via como instituições feudais, como a tributação senhorial e municipal baseada nos usos, a concepção patrimonialista dos cargos públicos e a usurpação eclesiástica de poderes temporais, a doutrina de Melo Freire acabava por abrir portas mais amplas para o racionalismo, o contratualismo e a ideia de um direito público universal.

Pelo caminho que abria à doutrina iluminista, a influência desse modelo despótico será, paradoxalmente, uma das correntes fundadoras da cultura jurídica liberal no mundo luso. Os

---

o *Correio Braziliense ou Armazem Literario*, de impressionante duração (1808-1822). Formando-se em direito e filosofia em Coimbra no ano de 1798, receberia de d. Rodrigo a incumbência de viajar à Filadélfia para estudar o cultivo de vários gêneros agrícolas e adaptá-los ao Brasil. Em 1802, em missão para a compra de livros e equipamentos para a biblioteca pública, seria enviado a Londres, onde teria contato com a maçonaria. Este fato custar-lhe-ia a perseguição da Inquisição quando de seu regresso a Portugal, motivando sua fuga de volta à Inglaterra. Em seu periódico, livre da censura, comentaria a política de um ponto de vista liberal e centrado no Brasil, mas sem radicalismos (PAULA, 2001).

pressupostos da administração ativa, da supremacia da lei posta e do contrato social, temperados pela força da tradição corporativa, eram a base flexível que suportava diferentes anseios constitucionalistas — um que dava a soberania una e indivisível à nação, um que via a constituição como um pacto entre rei e reino e outro que a enxergava como produto do poder do soberano, na forma de uma carta outorgada. Não estranha que boa parte das figuras destacadas da revolução constitucionalista de 1820 fossem crias da mesma Universidade de final do século, entre os quais os magistrados Manuel Fernandes Tomás, Manuel Borges Carneiro e Francisco Trigoso de Aragão Morato.

Se algum impacto das novas ideias já era sentida no mundo português desde a revolução francesa, como dá indício a chamada “conspiração dos alfaiates” na Bahia de 1798,<sup>11</sup> são as mudanças provocadas pela transmigração da corte em 1807-1808 que fomentarão a “fermentação dos espíritos” (VALENTIM, 1993, p. 167 e ss., 387 e ss.). Ante o conflito que se desenhou na Europa entre França e Reino Unido, o projeto de transferência do centro do Império para os domínios brasileiros já era sugerido ao menos desde 1803 por d. Rodrigo, mas o ministério do conde da Barca,<sup>12</sup> avaliando de modo diverso a posição de vulnerabilidade geopolítica em que se considerava Portugal, preferirá tentar uma política de neutralidade até o último momento. Quando essa não é mais possível, chega a ensaiar uma adesão ao sistema continental de Napoleão, que só é abandonada com a notícia da invasão francesa, levando ao (último) recurso da viagem transoceânica. O fator que mais pesaria após a transferência era a definição do comércio dada pelo tratado de 1810 com os britânicos, um comércio livre-cambista que favorecia a estes últimos. O tratado servia inicialmente para escoar os produtos brasileiros ante o fechamento do continente, mas perduraria por circunstâncias como a perda de poder da

---

<sup>11</sup> A “conjuração baiana” ou “conspiração dos alfaiates” foi uma sedição ocorrida em Salvador em meados de 1798. Sua origem estaria num pequeno grupo de homens de algum status social (entre eles Cipriano Barata, de que trataremos mais à frente) que viriam divulgando ideais democráticos “afrancesados” desde fins de 1793, alcançando e maravilhando elementos do povo miúdo. A sedição, assim, teria irrompido como um movimento de homens socialmente discriminados, como mulatos, ex-escravos e artesãos (donde seu nome), tendente a implantar uma república igualitária e subverter as relações de poder. O movimento foi reprimido após a divulgação de panfletos manuscritos com escritos na tônica da revolução francesa. Das numerosas prisões, a maioria foi de negros e mulatos, que receberam as penas mais duras (TAVARES, 1975). Há indícios, todavia, do envolvimento de membros proeminentes da sociedade local, além de nexos com um enviado do Diretório francês, permitindo pensar o movimento — para além de insatisfações puramente regionais ou plebeias — no contexto de expansão da revolução francesa (MOREL, 2001, p. 63 e ss.; JANCÓS; MOREL, 2007).

<sup>12</sup> Antônio de Araújo de Azevedo (Ponte de Lima, 1754 — Rio de Janeiro, 1817), nascido em família nobre de sangue, abraçou ideais ilustrados durante sua educação (com passagem por Coimbra, onde não concluiu o curso). Ingressando na carreira diplomática, ascendeu ao gabinete, onde tentaria uma aproximação com a França napoleônica a partir de 1804, dito por isso de um “partido francês”. Acompanhou a Corte ao Brasil, mas foi substituído no gabinete por d. Rodrigo, face às circunstâncias políticas. Com a morte deste em 1812, retornaria ao ministério, fazendo planos de reformas ilustradas e trazendo a missão artística francesa à Corte em 1816. Feito conde da Barca em 1815 (NEVES, 2008a).

burguesia mercantil do continente, as pressões britânicas e as próprias posições políticas de d. Rodrigo. A balança comercial de Portugal seria muito afetada com a perda do exclusivo sobre o comércio brasileiro. Com o final das guerras napoleônicas, o descontentamento passaria a grassar.

As ideias liberais passariam a ter maior influxo em Portugal, desde a Espanha, a partir de 1808. O canal tinha sido aberto pela cooperação entre as Juntas locais formadas em ambos os países para combater a invasão francesa. Até 1810, vários periódicos transcreviam notícias do vizinho ibérico e do restante da Europa, abordando temas como “monarquia”, “liberdade” e “opinião pública”. Esse movimento vai ser contido pela censura e por prisões de indivíduos acusados de jacobinismo, mas o influxo não será de todo cessado (VALENTIM, p. 392 e ss.) A atuação de uma imprensa exilada, portanto livre do controle da censura régia, passará a levar às elites letradas informações que permitirão uma reflexão política antes reservada a círculos muito restritos. Destacavam-se periódicos como o *Correio Brasiliense*, de Hipólito José da Costa, e o *Investigador Português*, subsidiado pela legação portuguesa em Lisboa para combater o *Correio*, mas que apresentará uma gama ideológica mais ampla que as gazetas oficiais publicadas no Império.<sup>13</sup> Em 1819, um de seus redatores (José Liberato Freire) fundará um novo jornal que seria abertamente oposicionista, *O Campeão Português ou o Amigo do Rei e do Povo*. Quem mais fazia oposição às autoridades era, contudo, *O Português*, de João Bernardo da Rocha Loureiro, publicado desde 1814. A partir de Londres, onde eram editados, esses periódicos alcançavam o território português por meio de um serviço regular de pacotes, e o Brasil por meio de navios portugueses e ingleses. Contando com centenas de assinantes, os jornais conseguiam alcançar um público ainda maior pelo repasse de mão em mão nos círculos de sociabilidade, difundindo informações e amplificando o debate político. Sua circulação era acompanhada com receio pela corte, que tentou por vezes, e sem sucesso, reprimi-la. Bancados pela burguesia portuguesa (pelas assinaturas e por meio de aportes financeiros), seu êxito e duração davam indícios da desagregação do bloco social que apoiava a estabilidade do regime.

A imprensa exilada reunirá e catalisará os descontentamentos das elites mercantes da península, num liberalismo de vertente moderada, que assumia a defesa da liberdade de imprensa para o progresso do Império. Especialmente a partir de 1814, serão retratados os sentimentos de crise vividos em Portugal a partir da publicação de cartas dos leitores (assinadas, por vezes, com pseudônimos como “*mercator*” e “um capitalista”). Formulava-se uma visão

---

<sup>13</sup> Redigido, por sinal, pelos refugiados políticos Abrantes e Castro, Pedro Nolasco da Cunha e José Liberato Freire. Este último reforçará o liberalismo do jornal a partir de 1816 (VALENTIM, 1993, p. 395).

das razões da decadência portuguesa e, em seguida, apresentavam-se projetos para remediá-la. O maior culpado, apontavam os burgueses atrás dos pseudônimos, era invariavelmente o tratado de 1810. A partir daí, o alvo seria seu artífice, a Corte, representada em Portugal pela Regência. Os projetos de desagravo apresentados serão inicialmente de linha reformista, não pondo em causa a união das partes componentes do Império. Mas havia distinções — enquanto Hipólito José da Costa, em seu *Correio Brasiliense*, esposava reformas econômicas que, remediando os problemas da parte europeia, consolidassem o sistema e evitassem o perigos de ruptura, os jornais de redatores reinóis defendiam que Portugal voltasse a ocupar o lugar hegemônico. Com o agravamento da situação no reino europeu, esses jornais apresentarão uma linha mais aguerrida, assumindo um discurso “nacionalista” ou “patriótico”, antibritânico e, logo mais, antibrasileiro. Ressaltavam o que viam como a posição subordinada que a antiga sede do Império teria passado a ocupar no sistema, agravada pela ausência da figura real e do simbolismo que carregava. Mostrando a prevalência que tinha a imagem do rei como figura paterna, surge o tema da “orfandade” de Portugal. A notícia da aclamação de d. João VI em solo brasileiro trará ainda mais desalento. A nobreza sentia-se alijada da corte e, nas classes populares, ressurgia o sebastianismo. Segundo os periódicos publicados em Londres, a Corte desconsiderava os interesses de Portugal e privilegiava a América. Afora a insultuosa dependência da Inglaterra, Portugal ver-se-ia reduzido a estado de colônia de suas antigas possessões. Esse ponto, muito reiterado, abrirá caminho à ideia de que o reino estava degenerado por má-direção de seus negócios políticos. O Império deveria buscar, então, sua regeneração. As tensões em seu interior ganhavam o primeiro plano (ALEXANDRE, 1993, p. 392-441).

A “fermentação dos espíritos” mostra-se em 1817, em ambos os lados do Atlântico. Em Pernambuco, em que a elite se ressentia dos sucessivos aumentos de tributos e diminuição da autonomia local desde a chegada da Corte, uma revolução contestará a autoridade da coroa (v. 3.1). Em Portugal, uma conspiração de militares maçônicos será abafada pela Regência ainda em ovo, sem aparentes danos ao regime. Era sinal, todavia, que a tensão no continente aproximava-se de um ponto de eclosão. Próximo à virada da década, a situação chegaria ao cúmulo com uma crise agrária no Sul do reino, a depressão econômica generalizada e uma grave crise nos estoques financeiros da Regência, com atrasos alarmantes no pagamento do soldo dos militares.

Mas o toque final e decisivo é a revolução liberal espanhola, no início de 1820 (HESPANHA, 2009, p. 63 e ss.; VALENTIM, 1993, p. 445 e ss.). A generalização de uma

revolta militar forçaria Fernando VII, rei da Espanha, a jurar a constituição de 1812. Enquanto a diplomacia do Império luso tentava (sem sucesso) conseguir garantias de intervenção dos britânicos em caso de possíveis comoções decorrentes, a imprensa exilada comemorava o fim do “despotismo” na Espanha. Em Lisboa, porém de forma especial no Norte português, as notícias provocavam discussões pouco discretas e empolgavam os “espíritos inquietos” — militares subalternos, proprietários, negociantes, empregados menores, médicos e magistrados, mas também representantes do clero e da nobreza. Se o governo representativo era unanimidade apenas entre os mais liberais, todos queriam o retorno da Corte. A Regência sentia a aproximação de comoções inevitáveis e peticionava ao Rio medidas de estímulo à economia e, mais urgentemente, a desobrigação de remeter recursos para pagar as tropas portuguesas da campanha da Banda Oriental (ocupada a mando de d. João) e o envio de numerário para pagar os soldos atrasados. A medida que considerava mais imprescindível para fazer cessar a inquietação, todavia, era o retorno de uma das “pessoas reais”, petição que o próprio marechal Beresford, comandante britânico e virtual governante de Portugal, foi transmitir à Corte.

A atividade conspirativa que reunia um grupo de magistrados do Porto desde 1818, o “Sinédrio”, encontraria, então, mais condições de vingar. O grupo, que incluía Fernandes Tomás e Ferreira Borges, passaria a ser mais agressivo em seus contatos, principalmente com oficiais, a partir da adesão da Galiza à revolução espanhola. Também lograria o apoio informal de agentes espanhóis, com a aproximação de tropas espanholas da fronteira norte. Seu propósito imediato era a adoção de um governo constitucional. Caso o rei aceitasse a constituição e retornasse, a dinastia bragantina seria conservada; essa era a opção preferida. Na hipótese de negativa do Rio e de resistência ao movimento, não era descartada uma união com a Espanha liberal. A imprensa exilada mais radical reconhecia como opção mais vantajosa e natural a união com o Brasil, sob um sistema de “reciprocidade comercial”. Mas, caso Portugal não deixasse de ser “colônia”, não deixava de aventar a união constitucional com a vizinha. Apesar de espelhar um tom de ameaça, ante a total incerteza sobre o que esperar do Rio — o que incluía mesmo a possibilidade de uma intervenção britânica — a união com a Espanha parecia ser realmente aventada. O campo de possibilidades dos revolucionários, assim, desdobrava-se em união ibérica; mudança de dinastia, com elevação da casa de Cadaval a dinastia reinante (opção minoritária); e o regresso da Corte, com a aceitação da constituição e reforma das relações comerciais, opção mais almejada (ALEXANDRE, 1993, p. 458-463).

É a fidelidade à d. João VI, todavia, que dará a tônica de todas as proclamações revolucionárias, desde a primeira, lida à tropa que se reunia no Porto, sob os auspícios do

Sinédrio, em 24 de agosto de 1820. O auto de vereação extraordinária firmado no mesmo dia pela Câmara do Porto, por meio do qual foi formada a Junta Provisória, afirmava a fidelidade à religião católica e à dinastia real. Inicialmente um compromisso entre o grupo de Fernandes Tomás e os militares, essa junção da legitimidade tradicional com os anseios liberais apresentaria vantagens de ordem externa e interna. Externamente, aparecia como resposta antecipada a eventuais pressões da Santa Aliança sob o novo regime. No plano interno, serviria de chamariz para atrair os mais desconfiados ante à vaga liberal. Os discursos revolucionários repetiriam à exaustão a fidelidade ao rei, compromisso também expresso pelas futuras Cortes.

Mas também ficava expressa a necessidade de atender aos direitos e à independência dos portugueses, para o que se resgatava o exemplo das cortes históricas, especialmente as de Lamego, e as limitações que teriam imposto ao poder que o reino concedia aos reis — a condição de mandarem com justiça e sem tirania, caso em que os povos poderiam rescindir o pacto. Esse “tradicionalismo”, como veremos, possibilitava aos revolucionários dissociarem-se da então muito execrada revolução francesa. A nação, defendiam, só tinha a pretensão de recobrar suas antigas instituições, “regenerar-se”, agora de acordo com as luzes do século.

Com o fim da censura prévia, surgirá uma imprensa liberal que amplificará em Portugal os temas da imprensa exilada, especialmente os ataques ao tratado de 1810, ao Reino Unido e ao Brasil. O “nacionalismo” português apresentava-se também na recomendação de uso de tecidos nacionais, em oposição aos tecidos ingleses, e na medida da Junta de afastar todos os oficiais britânicos. Montados no objetivo de fazer cessar o estado de “colônia” a que Portugal se achava reduzido, o que percebiam como ofensa à “dignidade nacional”, os liberais mais radicais conseguiriam a convocação de Cortes num sentido moderno, com o fim de fazer a constituição, em outubro de 1820. A nação precisava ter poder de decisão para garantir seus interesses frente à coroa.

No contexto geral do mundo luso, o final da censura prévia fará surgir um amplo cenário de discussões, dos dois lados do Atlântico, sobre a nova ordem que se instaurava (NEVES, 2003; CARVALHO, BASTOS, BASILE, 2013; LUSTOSA, 2000). O debate antes restrito a círculos reservados, ou exercitado com cautela, agora ia às ruas com todo o vigor, em manifestações orais, manuscritas e impressas. Alta e baixa culturas voltavam-se ao novo vocabulário do constitucionalismo. Panfletos manuscritos eram pregados e arrancados dos muros dos centros urbanos do Império luso, e “periodiqueiros” liberais envolviam-se em polêmicas e combatiam aguerridamente com a pena aqueles que tachavam de “corcundas”, partidários do absolutismo. A “liberdade” se opunha à “escravidão” do despotismo, e a

constituição era a fonte de todos os bens. O debate levava a efeito uma ampla gama de ressignificações, distorções e adaptações entre aquele vocabulário que se injetava, o do constitucionalismo moderno, e o da velha ordem, acomodando velhos e novos interesses.

## 2.2 O CONSTITUCIONALISMO DO SOBERANO CONGRESSO E O FEDERALISMO

Reunindo-se em Lisboa a partir do início de 1821, as Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa professavam um liberalismo que dava a soberania à nação e as rédeas de seu destino a seus representantes (ALEXANDRE, 1993; BERBEL, 1999, p. 50 e ss.; HESPANHA, 2009, p. 53 e ss.). A nação exprimiria sua vontade soberana por meio da lei, o que determinava a superioridade do poder legislativo. Tal qual a soberania, que era una e indivisível, este poder deveria ser delegado pela nação à câmara única. Daí o epíteto logo aplicado às Cortes — o “Soberano Congresso”. As bases da constituição portuguesa, aprovadas em 9 de março de 1822, refletiam essa visão, definindo que a soberania residia essencialmente na nação (a “união de todos os portugueses de ambos os hemisférios”, art. 16), nação essa que era livre e independente e não podia ser patrimônio de ninguém (art. 20). Somente a nação, por meio de seus representantes “legitimamente eleitos”, poderia fazer sua constituição ou lei fundamental (art. 21). A lei era a vontade dos cidadãos, declarada pelos seus representantes nas Cortes (art. 24). Como decorrência dessa ideia, a iniciativa legislativa era exclusiva dos representantes da nação (art. 25), invioláveis e irresponsáveis por suas opiniões (art. 28). O rei nunca teria o veto absoluto, e nem mesmo o suspensivo perante aquele Soberano Congresso (art. 23); não poderia dissolver, tampouco prorrogar as sessões das Cortes (art. 27); nem mesmo assisti-las, com exceção de sua abertura e conclusão (art. 26). Às Cortes pertencia o direito de nomear eventuais Regências, aprovar tratados, bem como conceder ou negar a admissão de tropas estrangeiras e determinar questões monetárias (art. 29). No plano dos poderes políticos, o rei aparecia secundário, diminuído.

As bases continham também uma relação de “direitos individuais do cidadão” inspirada na Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão francesa (1789). Seu primeiro artigo consagrava a “liberdade, segurança e propriedade de todo cidadão”, com a eloquente ausência do direito de resistência, previsto ao lado destes em sua fonte inspiradora. A liberdade era definida como o poder fazer tudo o que não era proibido por lei, e conservada nos limites da lei (art. 2). Também nos limites da lei estava assegurada a livre comunicação do pensamento e a liberdade de imprensa (arts. 8 e 9). As bases estabeleciam, ademais, a igualdade perante a lei e

a inexistência de privilégios no pagamento de tributos (arts. 11 e 34), a admissão nos cargos públicos por virtudes e talentos (13), o direito de petição (14).

Carregando essa boa dose de modernidade, destacando-se o conceito rousseauiano de lei, as bases também expressavam os compromissos com a ordem existente. Ficavam consagradas a monarquia hereditária, ainda que constitucional (art. 18), e a religião católica romana (art. 17). Mais que isso, a inspiração dos revolucionários na constituição espanhola de 1812, a constituição de Cádiz, fornece uma importante pista para avaliar as continuidades com a sociedade corporativa. Em recente reavaliação sobre o caso gaditano, fundador do liberalismo liberal ibérico, Carlos Garriga e Marta Lorente (2007) salientam que essa constituição não só é ineficaz em destruir a pluralidade de jurisdições do antigo regime mas se move dentro de compreensões de um direito pré-constitucional, perfazendo-se como uma “constituição jurisdicionalista”.<sup>14</sup> Por isso, para ter efeito, deve ser jurada; e não só pelos indivíduos, mas também pelos corpos, como os antigos pactos políticos. A nação era feita de corpos, como deixava entrever um sistema eleitoral em que, apesar da base ampla, votavam nomeadamente os pais de família, sob o controle das antigas instituições municipais. Será o mesmo sistema adotado no mundo luso para a eleição dos deputados às Cortes. Também no tom historicista que manifesta, como revigorando uma ordem e instituições já existentes — que, como vimos, é largamente presente no caso português, partindo já dos vocábulos “Cortes” e “regeneração”. Dizem os revolucionários querer fazer voltar a monarquia ao seu antigo caminho de glórias, perdido pela má-condução dos negócios públicos.

Esse reforço no discurso de continuidade histórica em que se operavam as mudanças também guarda relação, conforme já se aludiu, com uma marca em geral compartilhada pela feição que o liberalismo assume no século XIX. Enfatizando uma soberania da nação, em oposição a uma do povo — implicando assim toda a carga de tradições que a conformavam, incluídas religião, dinastia reinante e hierarquias sociais —, o que se queria era pôr a salvo da vontade momentânea da massa aquelas opções assumidas historicamente. O exemplo a ser lembrado (como o seria, sempre negativamente, nas sessões das Cortes) era o da revolução francesa. Como diziam aqueles que, após a revolução na França, ficaram conhecidos por liberais (como Mme. de Staël e Benjamin Constant), cumpria tomar distância do jacobinismo e radicalismo, promovendo uma ordem estável e duradoura, mas defendendo as conquistas do constitucionalismo contra os legitimistas. Se os direitos civis seriam garantias, os direitos

---

<sup>14</sup> Ver também as avaliações de António Manuel Hespanha (2009, p. 64 e ss.) e Bartolomé Clavero (2013).



políticos seriam um poder. A liberdade, assim como o poder constituído, necessitava de limites; o poder dos muitos era considerado perigoso (COSTA, 2012, p. 179 e ss.).

É dentro desse quadro que se irão desenvolver os trabalhos das Cortes, dominados, em sua maior parte, pela linha que Valentim Alexandre (1993) chama de “integracionista”, liderada por Fernandes Tomás. Trata-se justamente da linha que compartilhava uma visão de nação una, como uma grande família (mais uma vez o modelo doméstico), na qual Portugal ocupava o centro. Daí se derivava, como se repetirá contra a opinião de alguns deputados do Brasil, que cada representante era-o da nação em sua inteireza, e não apenas da província ou reino no qual fora eleito. A linha integracionista conseguirá dominar até março de 1822 o debate da principal questão que se apresentava às Cortes, a da posição relativa das partes no Império ou, especificando-o mais, a posição relativa entre Portugal e Brasil. Com o retorno de d. João VI a Portugal e o estabelecimento da Regência de d. Pedro no Rio de Janeiro, aos poucos se desenha uma disputa entre aquela e o Soberano Congresso em que seria central a lealdade das capitânias (ora cada vez mais chamadas províncias). No mesmo dia em que ordenaria a imediata partida do Príncipe para a histórica capital, as Cortes editaram um decreto determinando a criação de Juntas provisórias em todas as províncias do Reino do Brasil. O decreto inspirava-se num passado especificamente para solucionar a situação da província de Pernambuco, então à beira da guerra civil. O único ponto contestado nas Cortes por alguns deputados do Brasil foi a criação da figura de um governador de armas apontado por Lisboa e independente do governo civil. Ainda assim, as províncias viam revigorada, ao menos teoricamente, sua quase completa autonomia em assuntos locais, que mingudara desde 1808, com a inovação de elegerem o governo localmente e as possibilidades criadas com a abertura comercial. Ao menos treze das dezessete províncias constituiriam Juntas provisórias para o seu governo (BARMAN, 1988, p. 81-88). A lógica dos integracionistas, todavia, não era vista como de opressão ao Brasil — sua pretensão era apenas desagrar Portugal e recolocá-lo em seu lugar no sistema do Império. O entendimento dessa linha era de que as posições de contestação que começavam a ser levantadas pela Regência e pelas províncias a sua volta tinham origem em mal-entendidos que se dissipariam com o desenvolvimento e esclarecimento sobre as medidas e intenções das Cortes.

É no início da crise da linha integracionista, com a chegada dos deputados da Bahia e de São Paulo (BERBEL, 1999, p. 111 e ss.), que teria mais presença nos debates a categoria de federalismo. Seu uso, em tom negativo, será aplicado às instruções dadas pela Junta de São Paulo aos deputados da província, as *Lembranças e Apontamentos do Governo Provisório da província de São Paulo para os seus deputados*, redigidas por José Bonifácio (SILVA, 2002).

As instruções guardavam alguma semelhança com o plano reformista de d. Rodrigo de Sousa Coutinho, no que privilegiavam os domínios americanos e previam a criação de uma delegação do poder executivo para fomentar sua união e desenvolvimento.

Segundo os apontamentos, o Império português deveria ser estruturado em torno da união dos “Estados” de Portugal e Brasil numa monarquia constitucional, com a sucessiva alternância da sede do Império entre os dois. Às Cortes, compostas de igual número de deputados de Portugal e do ultramar, deveria ser dada a atribuição de estabelecer leis gerais sobre a paz e a guerra, sem prejuízo da liberdade dos reinos. Deveriam ser fundados tesouros distintos — um de cada reino e um geral. Seria formado um corpo de censores para a vigilância dos três poderes, com igual número de conselheiros de Portugal e do ultramar. O Brasil contaria com uma delegação do poder executivo presidida pelo príncipe herdeiro quando a sede do Império não estivesse ali, bem como com um Tribunal Supremo de Justiça, um Conselho de Fazenda e uma Direção-Geral da Economia Pública. As instruções, todavia, não tocavam na questão dos governos provinciais.

O federalismo já tinha sido mencionado na sessão de 20 de agosto de 1821, em que o deputado Francisco Simões Margiochi (liberal, oficial da Armada e bacharel em matemática em Coimbra) afirmara que, caso as Câmaras ou as Juntas Provinciais quisessem deliberar em vez de obedecer às ordens do rei, estaria configurado um federalismo (DCGENP, n.º 156, 20/08/1821). Noutra ocasião, o deputado Pinheiro de Azevedo, recordando a administração portuguesa de alguns séculos atrás, descreveria o típico modelo corporativo, dizendo que as Câmaras eram como “pequenas repúblicas” com jurisdição e leis próprias, que estariam “confederadas debaixo do Império e proteção do Rei” (DCGENP, n.º 216, 03/11/1821). O federalismo, nesse sentido, seria associado à visão de autoridades independentes ou autônomas como eram as de antigo regime, coisa não mais aceitável na monarquia constitucional, como frisava Margiochi. A distinção entre deputados europeus e ultramarinos também seria, na ótica de um deputado integracionista, um inadmissível “princípio de federalismo” (dep. Miranda, DCGENP, n.º 223, 12/11/1821 e n.º 225, 14/11/1821). O termo também será usado por Fernandes Tomás para atacar a pretensão dos deputados baianos que queriam Relações julgando recursos de revista nas províncias, sendo rechaçado pelos deputados brasileiros (DCGENP, n.º 4, 31/01/1822).

Todavia, as propostas dos deputados paulistas, pondo em causa a ideia de um centro único de poder, tão cara aos integracionistas, seriam o alvo principal da acusação de federalismo. A delegação de poder executivo fora inicialmente considerada incompatível com

um país que esteve unido ao outro desde seu descobrimento, cabendo apenas em uniões surgidas em pactos confederativos (dep. Trigoso, DCGENP, n.º 11, 11/02/1822). A possível existência de duas autoridades legislativas, então, seria um “monstro político”, um “puro federalismo” incompatível com a monarquia constitucional e com os princípios do direito público (deps. Serpa Machado, Moura e Freire, n.º 41, 26/06/1822). Uma confederação como a que queriam os deputados brasileiros, ademais, importaria em desunião (DCGENP, n.º 46, 03/07/1822).

Os deputados brasileiros, por outro lado, além de nunca utilizarem o termo na defesa de suas propostas, rechaçariam todas as acusações de federalismo. Mesmo com dois corpos legislativos peculiares para Portugal e Brasil, eles dependeriam de um corpo geral, e isso não configuraria federação, “mas sim união, embora seja a máquina mais complicada” (DCGENP, n.º 41, 19/09/1822). Os deputados baianos desde antes frisavam que sua defesa de tribunais provinciais não importaria em “províncias confederadas” (DCGENP, n.º 4, 31/01/1822).

Para melhor avaliar a questão, contraste-se o projeto dos deputados paulistas com aquele apresentado por um pequeno e não duradouro jornal de província português, ainda antes do retorno de d. João VI ao reino (*O cidadão literato*, Coimbra, n.º 1, 01/1821, *apud* ALEXANDRE, 1993, p. 480). O periódico defendia que, caso o rei continuasse a resistir à viagem de volta, as Cortes deveriam fazer de Brasil e Portugal duas monarquias constitucionais, regidas por d. João VI e seu filho primogênito e ligadas por meio de um tratado assente em bases de comum interesse e recíproca utilidade. Trata-se praticamente das instruções da Junta de São Paulo, feitas a partir de um ponto de vista inverso.

Assim, parece plausível estabelecer um sentido comum de “federalismo” e “federação” como a doutrina que fundamenta a união de autoridades independentes ou autônomas para fins de comum interesse, semelhante ao sentido dicionarizado, na época, de “confederação”, a aliança de estados para fins ofensivos ou defensivos. O *Diccionario da Lingua Brasileira* de Luiz Maria da Silva Pinto, publicado em Ouro Preto em 1832, definia “Confederação” como a “aliança entre Príncipes para algum fim”, e “Federado” como “o mesmo que Confederado” (PINTO, 1832, p. 269 e 511). O *Diccionario da Lingua Portuguesa* de Antônio de Moraes Silva (1789, v. 1, p. 307), que conheceu expressivo sucesso e recebeu várias edições, trazia “Confederação” como “união de Príncipes, ou Estados, ou Cidades para algum fim comum de paz, ou guerra”, e “Federado” como “confederado”. Praticamente não apresentava mudanças em relação a sua fonte de inspiração, o muito anterior *Vocabulario Portuguez, e Latino* de Rafael Bluteau (1728, v. 1, p. 452), que definia “Confederação” como a “União de Príncipes, ou Estados, para se valerem uns dos outros contra os seus inimigos”. E dava exemplos de seu

uso: “Onde há nova ocasião de interesse, não há *Confederação*, que dure. *Vieira*” e “Buscavam na *Confederação* o interesse. *Varela*”. O federalismo, ao implicar a autonomia ou independência das partes, era incompatível com a ideia que se fazia de uma monarquia constitucional una. As tentativas dos deputados brasileiros em rechaçar a pecha de federalismo que era lançada sobre suas propostas parece indicar sua consciência desse fato.

A situação de tensão entre os deputados do Brasil e de Portugal cresceu à medida em que chegavam notícias das atitudes de d. Pedro como príncipe regente (ALEXANDRE, 1993, p. 639 e ss.). As notícias das representações apresentadas a d. Pedro instando-o que ficasse na América, especialmente aquela oriunda da Junta de São Paulo, que incluía termos gravosos contra alguns deputados, fazia o grupo de Fernandes Tomás assumir posições cada vez mais drásticas. A imprensa portuguesa toma parte de forma mais aberta nesse debate, afirmando a preeminência de Portugal sobre o Brasil e negando a possibilidade de que ele constitua nação independente. Nas Cortes, os integracionistas recuam ante às pressões da imprensa e da burguesia mercantil. Se não têm mais força para impor sua política, ao menos conseguem suspender qualquer decisão definitiva sobre a “questão brasileira”. Só quando tudo já estava perdido é que se formará uma ampla maioria de deputados portugueses para recusarem as propostas mais favoráveis ao Brasil, votarem a ordem final de regresso de d. Pedro e determinarem uma devassa contra todos que tiveram parte na representação da Junta de São Paulo. São essas determinações que, chegando ao Rio, precipitarão a ruptura final.

### 2.3 O FEDERALISMO NA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE DE 1823

Os trabalhos de Roderick Barman (1988) e Lúcia Bastos Neves (2003) identificam, no contexto da independência, dois grupos no seio da elite política e intelectual que ficariam em risco com a partida do príncipe regente — 1. os burocratas e oficiais das instituições criadas desde a chegada da Corte que ficariam, na melhor das hipóteses, com suas carreiras paradas; na pior, poderiam ser demitidos; 2. Os artistas, professores e outros profissionais liberais que tinham se desenvolvido na vida da corte e seriam privados de seu meio de vida. Sem a corte, o Rio não teria meios de custear essa comunidade intelectual. Esses dois grupos tinham semelhanças em seus quadros e seus interesses, mas também algumas distinções importantes em sua composição.

O primeiro grupo, denominado por Barman (1988, p. 76) de “lusobrasileiros”, era majoritariamente composto de graduados em Coimbra, nascidos em Portugal ou nos domínios

americanos.<sup>15</sup> Composto por um número expressivo de juristas, esse grupo assumia postura crítica diante das estruturas de poder estabelecidas, compartilhando um ideal reformista, mas sem formular propostas de mudança por meios revolucionários. Voltava-se para a transformação do Império sem seu esfacelamento, no ideal do grande Império luso-brasileiro (LYRA, 1994). Por sua formação e posterior integração dos quadros do alto funcionalismo, tratava-se de grupo privilegiado, com grande coesão e geralmente avesso a mudanças. Em Coimbra, seus representantes haviam tido contato com as ideias do iluminismo, mas raramente eram entusiastas de suas expressões mais radicais. Sua fidelidade era voltada ao monarca e seu Império, não importando onde ele residisse. A estrutura política que imaginavam era aquela representada nas citadas *Lembranças e Apontamentos* de José Bonifácio, uma monarquia dual que resguardasse a integridade do Império.

O segundo grupo, denominado de “radicais”, tinha uma visão política bem mais heterodoxa.<sup>16</sup> Quase todos nascidos no Brasil, só tinham contato com o mundo exterior por meio da palavra impressa. Eram filhos de famílias de menor poder econômico, mas que ansiavam ascensão social, recorrendo principalmente à carreira eclesiástica. Daí o peso de sacerdotes, pequenos funcionários e professores. A falta de universidades no Brasil os tinha privado de estudos mais avançados. Como a ordenação como padre fazia as vezes de melhores oportunidades de educação, os padres eram uma parte importante desse grupo. Em regra, os membros do grupo tinham galgado posições em virtude de suas habilidades intelectuais e talento. Assim, eram em geral mais abertos a novas ideias e mais propensos a caminhos menos explorados, e mais interessados nas ideias das revoluções americana e francesa. Desejavam uma monarquia que respeitasse a ideia de soberania popular. Sua primeira fonte de lealdade era o Reino do Brasil, e as doutrinas do nacionalismo os empolgavam. Defendiam seus ideais mesmo que isso implicasse no fim do grande Império.

Este segundo grupo se expressava principalmente nos periódicos que começavam a se estabelecer no Rio de Janeiro. A liberdade de imprensa presente nas bases da constituição foi declarada operativa no Brasil em 28 de agosto de 1821 por decreto do príncipe regente. Três semanas depois aparecia no Rio o primeiro jornal de opinião não censurado, o *Reverbero Constitucional Fluminense*, mantido por Joaquim Gonçalves Ledo, oficial do arsenal militar, e o padre e instrutor real Januário da Cunha Barbosa, ambos representativos do segundo grupo.

---

<sup>15</sup> Lúcia Bastos Neves (2003, p. 86-87) os denomina de “elite coimbrã”.

<sup>16</sup> Lúcia Bastos Neves (2003, p. 87-88) di-los “elite brasiliense”.

Pelos periódicos, o grupo lançava doutrinas no sentido de que a autoridade do governante deveria derivar do povo e que aquele deveria estar subordinado a seus representantes eleitos.

Segundo Barman (1988, p. 78), ligados que estavam os dois grupos ao *status* do Rio como corte e como pretense centro do reino criado em 1815, não podiam aceitar a autonomia das províncias que começava a se afirmar com o movimento constitucionalista. A desintegração do reino do Brasil, em sua visão, tinha de vir de planos maquiavélicos, e não demoraram a encontrar os culpados — os reinóis. No Rio, a desconfiança dos brasileiros frente aos reinóis e a política das Cortes aumentaria à medida que o ano de 1821 avançava.

Com o afrouxamento da repressão contra a Maçonaria, os radicais, já os primeiros a expressarem publicamente seu descontentamento em relação às Cortes, reviveram uma loja maçônica. A imprensa e a rede de sociabilidade da maçonaria impulsionavam o movimento político na Corte, dando um primeiro fruto numa conspiração pela independência já em outubro de 1821, incluindo panfletos espalhados pelas ruas. Os conspiradores, todavia, não contaram com o favor do príncipe, que condenou veementemente o movimento. Nos finais de 1821, os dois grupos se aproximavam, movidos pelo descontentamento com os andamentos dos negócios, e os observadores estrangeiros na Corte informavam que o povo da cidade dava por certa a separação caso governo e congresso não se estabelecessem no Brasil.

O decreto das Cortes ordenando o retorno do Príncipe Regente, que chegou à cidade em 9 de dezembro de 1821, foi a mola para que os dois grupos organizassem resistência aberta (BARMAN, 1988, p. 82 e ss.; BASTOS, 2003, p. 287 e ss.). Os radicais organizaram uma coleta de assinaturas para que a Câmara intercedesse junto ao príncipe pela sua permanência, que talvez não tivesse tanto impacto não fosse pelo apoio recebido dos luso-brasileiros, ameaçados que estavam pela possibilidade de abolição dos tribunais e assustados com o tratamento que as Cortes dispensavam à família real. Para os luso-brasileiros, a ordem do mundo luso só poderia sobreviver caso o príncipe desobedecesse as cortes. Tanto uns quanto os outros esforçaram-se para convencer o príncipe a permanecer, buscando a adesão de São Paulo e Minas. D. Pedro ia aos poucos deixando-se levar pela insistência. Recebendo a lista de assinaturas de uma delegação do Senado da Câmara, o príncipe diria seu famoso “Fico”.

A ideia de convocar uma Constituinte “brasílica” apareceria nas fileiras radicais, por meio do periódico *Correio do Rio de Janeiro*, de João Soares Lisboa.<sup>17</sup> É organizada uma coleta

---

<sup>17</sup> Nascido em Portugal, mas vindo ainda jovem ao Brasil, Soares Lisboa ficaria conhecido pelo seu *Correio do Rio de Janeiro*, com circulação iniciada em 10 de abril de 1822. Ao interpelar o príncipe regente em razão das eleições indiretas para a Assembleia, com as quais discordava, sofreria a primeira ação por abuso da liberdade de imprensa no país. Mais adiante, veiculando pensamentos considerados republicanos em sua folha, foi preso. Anistiado no início de 1824, embarcaria com destino à Europa; contudo, de passagem pelo Recife, decidiria juntar-

de assinaturas, com a apresentação de petição a d. Pedro em 24 de maio de 1822. O príncipe acede, condicionando-o à concordância das províncias. Reunindo-se, com apenas três eleitos, um muito postergado conselho de procuradores das províncias (ideia de Bonifácio), recomenda-se que o príncipe regente convocasse uma Assembleia Constituinte, o que é feito no dia 3 de junho. A convocação da Assembleia é uma vitória dos radicais, em que é proeminente Joaquim Gonçalves Ledo, um dos redatores do *Reverbero*, e agora membro do conselho de procuradores e figura de peso no Grande Oriente aberto em maio de 1822. Por outro lado, a convocação serviu também para atrair os notáveis das províncias a apoiarem d. Pedro com a promessa de que seriam representados e ouvidos junto ao poder central, ao mesmo passo em que as Cortes eram pintadas como intransigentes.

Após a ruptura com as Cortes, o conflito entre luso-brasileiros e radicais espalhava-se para a questão da aclamação do novo imperador, título escolhido por implicar tanto o monarca de grandes extensão quanto um componente de eleição. Correspondendo com suas visões, os radicais, por meio da Câmara do Rio, enviaram circulares às outras Câmaras recomendando a aclamação de d. Pedro sob a condição de que ele jurasse aceitação prévia da constituição a ser feita pela nova Assembleia Constituinte. Os luso-brasileiros, e especialmente José Bonifácio, não estavam dispostos a aceitar um tópico que diminuiria a autoridade do príncipe regente e reforçaria a dos radicais. Suas gestões parecem ter tido efeito, eis que a oferta da Câmara ao príncipe em 10 de outubro não traz nenhuma condição de juramento para a aclamação. Ainda assim, algumas câmaras chegaram a incluir o juramento em suas cerimônias de aclamação.

Aclamado o imperador, José Bonifácio tomou a ofensiva contra os radicais. Abriu uma devassa contra o grupo de Gonçalves Ledo e da maçonaria, sob a pecha de facção de demagogos, anarquistas e republicanos. Ledo fugiu do Brasil, José Clemente Pereira e Luís Pereira da Nóbrega foram expelidos, a maçonaria foi banida e jornais oposicionistas foram silenciados. O grupo dos radicais, tal como existia, sumiu. Afirmava-se não só a vitória de Bonifácio e dos luso-brasileiros, mas a preeminência do imperador e de sua autoridade providencial, reiterada em sua subsequente coroação (em 1.º de dezembro) seguindo o rito dos imperadores do Sacro Império. A presença dos oficiais da casa real (e ausência de público) reforçava, por outro lado, a marca da continuidade. Após sua coroação, o imperador também mostrou o caráter tradicional e de continuidade de sua autoridade com a distribuição de títulos

---

se aos carvalhistas, o grupo que levaria à frente a Confederação do Equador. Morreria em novembro, nos combates com o exército imperial (SODRÉ, 1966, p. 80-84).

de barão e a criação de uma ordem honorífica, a Ordem do Cruzeiro. O decreto de criação fazia expressa referência às ordens da monarquia portuguesa e conferia privilégios aos recipientes.

A discussão de ideias conflitantes sobre a fonte da soberania continuaria no centro da Assembleia Constituinte. Seus deputados haviam sido eleitos, sem possibilidade de escusa da nomeação, num escrutínio indireto, sob o requisito de reunirem “a maior instrução, reconhecidas virtudes, verdadeiro patriotismo e decidido zelo pela causa do Brasil”. Puderam votar nos eleitores todos os cidadãos casados e todos os solteiros acima de 20 anos, que não fossem “filhos-família”, com expressa exclusão dos religiosos regulares, dos estrangeiros não naturalizados e dos criminosos, bem como de todos os assalariados (excepcionados os guardalivros e 1.º caixeiros de casas de comércio, os criados da Casa Real que não de galão branco e os administradores de fazendas rurais e fábricas). Os dois escrutínios — de eleitores e de deputados — foram solenizados por missas do Espírito Santo em sua abertura e encerrados com a celebração de um *Te-Deum*. As Câmaras municipais, as instâncias de “representação” dos povos por excelência no antigo regime, puderam fornecer instruções aos deputados eleitos (BRASIL, 1887, p. 42-49).

A partir de 14 de abril de 1823, os 52 deputados que já haviam chegado à Corte passaram a reunir-se para verificar seus poderes e preparar a instalação da Assembleia. Na primeira sessão preparatória, estavam representadas as províncias de São Pedro do Rio Grande do Sul, São Paulo, Mato Grosso, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Ceará. Até seu fim, tomariam assento 88 dos 100 deputados previstos pela instruções, representando 14 províncias. Eram bacharéis em Coimbra e funcionários do Estado (49), militares (7), padres (17) e outras notabilidades de paróquia (13). Alguns haviam sido anteriormente eleitos (18) e mesmo comparecido às Cortes de Lisboa (6) (BRASIL, 2015, p. 67 e ss.; BARMAN, 1988, p. 108 e 274).

Em conjunto, representavam grande variação ideológica — de tradicionalistas, quase “corcundas”, a veteranos de 1817, simpatizantes do republicanismo. Na média, seu constitucionalismo era de feição moderada. Cuidava prevenir o despotismo, mas não apenas o despotismo do rei; também o despotismo do povo, quando este, dominado pelo princípio da “corcundas”, queria governar no lugar das autoridades. Pensavam que, em ambos os casos, em vez de poderes políticos separados e em equilíbrio, ter-se-ia um só sujeito, fosse monárquico ou popular. Nisso, seguiam Montesquieu (FIORAVANTI, 2001, p. 97 ss.), largamente citado na Assembleia, dentro da tradição do constitucionalismo ibérico. A soberania não era exatamente do povo, mas da nação. Ainda minoritária na Assembleia, estava a linha de



Benjamin Constant e suas ideias sobre veto e poder moderador (FIORAVANTI, 2001, p. 127 e ss.), especialmente nas palavras dos deputados Antônio Carlos de Andrada Machado<sup>18</sup> e Joaquim José Carneiro de Campos,<sup>19</sup> futuro marquês de Caravelas. Em síntese, “a constituição política” do Império deveria ser “a bem entendida divisão dos três poderes políticos do estado e suas atribuições”, com

a garantia da liberdade individual, e segurança da propriedade, da liberdade da imprensa, da igualdade de todos os cidadãos perante a lei, da igualdade da repartição dos impostos, sem distinção de privilégios nem de classes, da responsabilidade dos ministros e dos empregados do governo, e da publicidade da administração e aplicação das rendas do estado. (dep. Nogueira da Gama, sessão de 26 de maio de 1823; BRASIL, 1884, t. 1, p. 170).

A constitucionalização do incipiente Estado passava pela questão fundamental da divisão de poder na nação que se construía. Não só entre Assembleia e Imperador — ponto que, ao longo dos trabalhos constituintes, porá ambos em conflito aberto — quanto entre o governo do Rio que se queria afirmar central e as partes que o compunham (BARMAN, p. 97 e ss.).

Na fala do trono na sessão de abertura da Assembleia, o imperador reiterou o declarado em sua cerimônia de coroação — defenderia a pátria, a nação e a constituição, caso fosse digna do Brasil e dele, o imperador. As constituições baseadas naquelas de 1791 e 1792 seguiriam um modelo teórico e metafísico e por isso impraticável, como provariam a França, a Espanha e, mais recentemente, Portugal. Confiava que a constituição a ser feita mereceria seu imperial aceite e seria sábia e justa, assim como adaptada ao local e à cultura do povo brasileiro (Sessão de 03/05/1823; BRASIL, 1884, t. 1, p. 38-42). As palavras provocaram a Assembleia a manifestar que acreditava que faria uma constituição digna do Brasil, de si e do imperador, implicitamente afirmando que a constituição era algo que só a ela competia fazer (BRASIL, 1884, t. 1, p. 44-45; p. 50-55).

---

<sup>18</sup> Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva (Santos, 1773 — Rio de Janeiro, 1845), um dos irmãos Andrada, formou-se em Coimbra em direito e filosofia. Ingressou na magistratura como juiz de fora em sua cidade natal. Quando irrompeu a revolução pernambucana de 1817, era ouvidor de Olinda. Aderiu ao movimento e teve participação no governo, pelo que foi encarcerado na Bahia. Anistiado pelos liberais de 1820, foi eleito deputado por São Paulo às Cortes, sendo o principal responsável por transmitir e defender as propostas redigidas por seu irmão José Bonifácio. Na Constituinte de 1823, seria relator da comissão que elaboraria o projeto de constituição (NEVES, 2008b).

<sup>19</sup> José Joaquim Carneiro de Campos (Salvador, 1768 — Rio de Janeiro, 1836), formado em matemática, teologia e direito em Coimbra, seria indicado por d. Rodrigo preceptor de seus filhos. Iniciou carreira de estado e acompanhou a Corte ao Brasil. Seria eleito à Constituinte e, quando da queda de José Bonifácio do ministério (07/1823), iria sucedê-lo como ministro do Império. Integrou o primeiro Conselho de Estado e participou da redação do projeto de constituição que seria jurado por d. Pedro em 1824. Foi feito marquês de Caravelas e nomeado Senador em 1826 (GRINBERG, 2008).

Assumia no lugar dos radicais um grupo que lhe era, até certo ponto, semelhante em composição e posição política, que Barman denomina de “nativistas” (1988, p. 111). Eram pequenos profissionais e oficiais subalternos, padres, artesãos e outros do povo pequeno. Simpatizavam com o republicanismo e viam a nação como base da autoridade. Mas os grupos se diferenciavam num aspecto. Enquanto os radicais eram fiéis a uma ideia de nação brasileira, os membros desse partido eram ligados mais a sua terra natal, sua “pátria”, como então se dizia, que viam em geral como autossuficiente. O papel da nação deveria ser defender as pátrias de agressões externas e comoções internas. Em contraste com os radicais do Rio, os nativistas derivariam seu apoio das províncias.

A categoria de federalismo apareceria nos debates na sessão de 15 de setembro de 1823, três dias após o início da primeira discussão daquilo que pretendia sua máxima obra, o projeto de constituição. Os deputados já haviam vencido o primeiro artigo, que dizia ser o Império “uno e indivisível” e marcava seu território em termos geográficos. A expressão, porém, não foi do agrado de todos. O deputado Nicolau Vergueiro,<sup>20</sup> trasmontano radicado em São Paulo, entendeu-a desnecessária. Sua finalidade na Constituição francesa (uma das inspirações do projeto apresentado à Constituinte) era resolver “a grande questão de federação, que levou muita gente ao cadafalso”, questão ausente da Assembleia. O deputado Francisco Jê Acaiaba de Montezuma<sup>21</sup> já havia declarado que a expressão só teria utilidade num estado republicano, “em contraposição das formas, ou instituições republicanas, federativas”, sendo portanto desnecessária num estado monárquico-representativo (BRASIL, 1884, t. 5, p. 121 e 145).

---

<sup>20</sup> Nicolau Pereira de Campos Vergueiro (Bragança, 1778 — Rio de Janeiro, 1859) formou-se em direito em Coimbra em 1801 e, dois anos depois, migrou ao Brasil, estabelecendo-se como advogado em São Paulo. Casou-se numa família local, foi juiz de sesmarias e obteve uma delas na região de Piracicaba. Expandindo suas propriedades, passaria a plantar cana e comerciar escravos. Em meados do século, substituiria a cana por café e introduziria o sistema de parcerias com colonos europeus. Estreou na vida política como deputado às Cortes. Em 1828, seria nomeado senador por Minas Gerais (FARIA, 2008).

<sup>21</sup> Francisco Jê Acaiaba de Montezuma (nascido Francisco Gomes Brandão em Salvador, 1794 — Rio de Janeiro, 1870) contrariou a família, que o queria na carreira eclesiástica, fez estudos de medicina na Bahia e formou-se em direito em Coimbra (1820). Voltando a sua terra natal, envolveu-se nas polêmicas da independência por meio de uma folha (*O Constitucional*). Como vereador, combateria a designação, pelas Cortes, do general Madeira de Melo para comandante de armas da província. Envolvendo-se na sublevação do Recôncavo baiano em favor de d. Pedro, foi secretário da Junta de governo dos revoltosos. Alterou seu nome como prova de brasilidade, adotando também o apelido Montezuma, que ganhara em Coimbra. Na Constituinte, indispor-se-ia com o imperador por sua atuação combativa (GUIMARÃES, 2008).

Na apreciação do art. 2.º do projeto, que listava as províncias e ilhas que compreendiam o Império,<sup>22</sup> Antônio Ferreira França,<sup>23</sup> deputado pela Bahia, propôs que, junto a “compreende”, fosse inserido um advérbio que deixou alguns deputados em polvorosa — “confederalmente” (BRASIL, 1884, t. 5, p. 151).

Montezuma abriu a discussão afirmando que *foedus* seria amizade, aliança, boa-fé “e tudo mais que convém fazer a base das relações recíprocas da união, e integridade do Império”. Embora encontrasse mais aplicação nas repúblicas, o significado de “confederalmente” ficaria esclarecido pelo art. 1.º do projeto, que dizia ser o Império uno e indivisível. O deputado Manoel José de Sousa França,<sup>24</sup> fluminense, esclareceu que apoiou a emenda para que ficasse clara a conveniência ou não de certa “forma de governo administrativo” para as províncias. A forma de “governo federativo” conviria ao engrandecimento e progresso das províncias, mas os povos haviam escolhido um governo monárquico, sem a previsão de “constituições parciais e internas” e “constituição geral de federação de estados”. Por isso, a emenda seria incongruente (BRASIL, 1884, t. 5, p. 121 e 145).

Seus maiores opositores, todavia, seriam dois conterrâneos de Montezuma e Ferreira França — Luiz José de Carvalho e Melo<sup>25</sup> e José da Silva Lisboa, futuros viscondes da Cachoeira e de Cairu. Carvalho e Melo, dizendo-se espantado ao escutar “federalmente”, classificou a doutrina da emenda como algo que “só a inconsideração poderia ditar”. Segundo ele, federação, para os escritores políticos, seria a união de associações e estados independentes, por meio de uma constituição geral, com deveres dirigidos à prosperidade nacional, regulação das alianças ofensivas e defensivas, paz e guerra, despesas, contribuições e empréstimos necessários à segurança dos “Estados Unidos”, empresas de utilidade geral e relações diplomáticas. Não seria a forma de governo do Brasil, pois os povos já haveriam manifestado

---

<sup>22</sup> “Art. 2. Compreende as Províncias do Pará, Rio-Negro, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe d'El Rei, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, as Ilhas de Fernando de Noronha, e Trindade, e outras adjacentes; e por federação o Estado Cisplatino.” (BRASIL, 1884, t. 5, p. 150).

<sup>23</sup> Antônio Ferreira França (Salvador, 1771 — Salvador, 1848), formado em Coimbra em medicina, matemática e filosofia, retornaria ao Brasil para ser lente (professor) de geometria e medicina. Vereador do Senado da Câmara da Bahia em 1822, não abandonou seu cargo mesmo durante as guerras de independência (quando a cidade esteve dominada por forças pró-Cortes sob o comando do general Madeira), apesar de declaradamente a favor da “causa do Brasil”. Além da Constituinte, foi deputado às legislaturas seguintes, onde se notabilizou por suas opiniões “radicais” (BLAKE, t. 1, p. 161-162).

<sup>24</sup> Manoel José de Sousa França (Laguna, 1780 — Rio de Janeiro, 1856) era formado em direito (provavelmente em Coimbra) e advogava no Rio (BLAKE, t. 6, p. 144).

<sup>25</sup> Luiz José de Carvalho e Melo (Salvador, 1764 — Rio de Janeiro, 1826), bacharel em direito por Coimbra. Foi juiz de fora em Ponte de Lima (Portugal) e desembargador da Relação do Rio de Janeiro. Participando do primeiro Conselho de Estado, colaboraria com a redação do projeto de constituição que seria jurado por d. Pedro em 1824. Feito visconde da Cachoeira em 1824 (BLAKE, t. 5, p. 425-426).

sua vontade.<sup>26</sup> A voz unânime da nação decretara a monarquia constitucional, um Império indivisível com o fim único da prosperidade geral erguida sobre a base de uma constituição com leis fundamentais e regulamentares. Passar tal emenda seria atacar os direitos políticos dos povos, faltar a fé dos juramentos e sair dos limites das procurações recebidas pelos deputados; desmanchar os laços que ligariam os brasileiros, com cada província fazendo seu governo e sua federação; seria esquecer da vontade das províncias, que não mostraram querer outra forma de governo, “nem o podiam já fazer por lhes não ser lícito resilir do pacto social celebrado, sem haver motivo justificado” (BRASIL, 1884, t. 5, p. 151-152).

O deputado Joaquim Manuel Carneiro da Cunha,<sup>27</sup> paraibano, tentou contemporizar a questão dizendo que a palavra “federativamente” (*sic*) não iria contra anterior decisão de que o Império seria uno e indivisível. Pelo contrário; como faceta da questão da integridade do Império, era provável que o autor da emenda encarasse esse princípio como formando vínculo mais forte de união entre as províncias. Se a federação não se opunha à monarquia constitucional, como a história daria exemplos, poderia ser admitida. Cada província poderia ter sua primeira Assembleia Provincial, com iniciativa de leis regulamentares e informando suas necessidades à Assembleia Geral. José Martiniano de Alencar,<sup>28</sup> deputado cearense, também defendeu a emenda — as reuniões por federação não seriam contra a unidade do Império, e Maranhão e Pará, que àquele momento ainda estavam sob disputa, poderiam muito bem porventura querer reunir-se por federação (BRASIL, 1884, t. 5, p. 152-153).

Respondendo às invectivas dos adversários, Montezuma argumentou que, conforme comprovaria a história, “confederação” e “confederalmente” não eram heréticas ou espúrias frente à monarquia. Caso os “princípios cardeais” que se adotasse fossem adaptados à natureza e à índole das monarquias representativas, as províncias confederadas formariam uma “monarquia federativa”. A emenda também não traria a desunião das províncias, pois os laços de confederação não seriam efêmeros, mas eternos. Tampouco implicaria a independência na administração dos pequenos corpos políticos, pois isso estaria afastado pelo disposto no art. 1.º.

---

<sup>26</sup> Nas discussões da Constituinte, os deputados preferiam o uso do vocábulo “povo”, em referência a cada ajuntamento de pessoas que compunha a nação — vilas, cidades, províncias — a “povo”, que podia significar também a “arraia-miúda”. Pinto (1832, p. 847) define “povo” como “Moradores de uma cidade etc. Nação. Fig. O que tem os costumes, e credulidade do povo. *Povo miúdo* Plebe”. O termo, contido por exemplo na “proclamação aos povos do Brasil” discutida na Assembleia, carregava, por certo, a lógica da sociedade corporativa.

<sup>27</sup> Há escassos registros biográficos sobre Joaquim Manuel Carneiro da Cunha. Participou da revolução de 1817 e esteve encarcerado na Bahia (TAVARES, 1884, p. 57). Em 1824, aderiria à Confederação do Equador (MELLO, 2014, p. 219).

<sup>28</sup> José Martiniano de Alencar ([Ceará], 1798 — Rio de Janeiro, 1860), do hábito de São Pedro, ainda jovem, foi ativo participante da revolução de 1817 em sua província. Deputado às Cortes de Lisboa. Seria pai do homem público e romancista de mesmo nome, nascido em 1829 (BLAKE, t. 5, p. 73-74).

A emenda preservaria a forma monárquica e mostraria respeito aos “inalienáveis direitos de cada uma das províncias”, que só ficariam dependentes do que fosse necessário para a manutenção desse sistema, evitaria planos financeiros que lhes fossem maléficos e faria com que os empregados públicos fossem tirados em regra de “seu país natal”. Direito natural e público diriam que não poderia haver pacto em pura perda as partes, e disso decorreria a faculdade de cada província sancionar ou não a constituição apresentada (BRASIL, 1884, t. 5, p. 154-156).

Silva Lisboa então discorreu que estaria convencido a palavra “federal”, caso inserida na constituição, “teria pior efeito que uma bala pestífera do levante” para o desmembramento do Império. “Os termos federal, federativo, federação, se derivam do termo latino *foedus*, que significa pacto e aliança com inimigos ou amigos independentes, para paz, ou guerra”, como comprovariam os exemplos históricos. Assim como havia acontecido na França, alguns mal-intencionados ora tentavam inculcar nas províncias essa mania de confederações, falsas esperanças de liberdade e fortuna na aspiração de ali se tornarem os indivíduos principais. A voz nacional expressiva de sua vontade de consolidação do Império, tendo por cabeça o imperador, impossibilitaria outra forma que não fosse a jurada monarquia constitucional, jamais “o sistema federal no sentido universalmente recebido dos estados democráticos ou aristocráticos”. Seria um fato único na história do mundo um vasto país que tudo compartilharia e que, se não se introduzisse o “inculcado federalismo”, provavelmente formaria um compacto e durável corpo político. Por sua vez, as ideias de Montezuma sobre necessidades militares, despesas e empregados públicos provinciais só serviriam para criar “antipatia e rivalidades provinciais” (BRASIL, 1884, t. 5, p. 156-158).

Continuada a discussão no dia seguinte, Carvalho e Melo tornou a argumentar que a confederação, união de estados independentes conforme os publicistas antigos e modernos, implicaria em resilir o pacto social. Seria da essência do governo federativo que cada estado confederado fosse independente e com governo peculiar. Portanto, “federalmente” seria incompatível com a natureza do governo que os deputados ali procuravam estabelecer. Outros deputados falariam em sentido semelhante: Pedro José da Costa Barros, do Ceará, diria que a federação não seria do “espírito brasílico”, e que equivaleria a dizer “sois livres e independentes” às províncias, fazendo verter sangue na busca por governo e autoridade; e Caetano Maria Lopes Gama, futuro visconde de Maranguape, que fazer do Brasil uma federação implicaria em fazer cada unidade confederada um governo análogo, de modo a criar diversas “monarquias de Cananeus”. O Brasil em si já seria uma pequena monarquia em termos

de população, e para as pequenas monarquias não conviria o sistema “federativo”, como alertaria Montesquieu (BRASIL, 1884, t. 5, p. 163-165, 167-169).

Nicolau Vergueiro interveio para alertar que a emenda estaria sendo interpretada de maneira equivocada. Seria necessário diferenciar dois sentidos de “federação”. Um deles corresponderia à federação dos Estados Unidos, integrada numa constituição que era a melhor para as circunstâncias de seu país. Isso pois, na América Inglesa, cada província já tinha sua Câmara e, sem centro comum, corresponder-se-ia diretamente com a metrópole. Ademais, não tinha, como os brasileiros, pessoa tão elevada pelo nascimento que não pudesse ter sua primazia contestada. Os brasileiros, por outro lado, para irem bem, deveriam escolher uma monarquia, porque tinham príncipe; e um todo unido, porque tinham centro comum. Suas províncias não eram estados. Por isso, se fosse para ser tomada nesse sentido, seria ele altamente contrário à emenda, eis que tal disposição não conviria nem poderia ter lugar no Brasil.

Rejeitar esse sentido, porém, não conduziria a excluir outra espécie de federalismo, chamado de “interno ou doméstico”, “o qual dando uma certa independência às diferentes seções, conserve todavia a unidade do todo”. Como cada um seria independente para cuidar de seus interesses, sem oposição ao interesse geral, muitos reunidos deveriam ter a mesma independência, sempre subordinada à inspeção do governo, “a quem compete vigiar sobre os interesses particulares”. Pois da soma dos interesses particulares resultaria o geral, que ao governo tocava promover. Os negócios de todos deveriam ser dirigidos por todos, os que tocam à parte, por essa parte, “e assim a província dirija os seus, do mesmo modo o município, a povoação, cada família, e cada indivíduo”. Nesse sentido, Vergueiro admitiria o “federalmente”, o que não seria novo, “porque bons escritores a têm tomado neste sentido, reconhecendo a necessidade de organizar a administração segundo este espírito”. Mas não aprovava a emenda para evitar o equívoco, “e para adotarmos o sistema de federalismo doméstico no estabelecimento dos poderes locais administrativos, não precisamos adiantar esta expressão”. João Antônio Rodrigues Carvalho, carioca eleito deputado pelo Ceará, fez-lhe coro, acrescentando que, no segundo sentido, a palavra federação seria escusada, e até perigosa. Pertencendo à administração, bastaria, quando se chegasse a esse tema na constituição, que se acrescentasse ou diminuísse atribuições conforme necessário, o que não seria novo, “porque ainda no antigo governo se atendia mais ou menos às distâncias”. Não tinha sentido usar “federação”, se sem tal palavra existia, e sempre existira, administração. Usá-la daria lugar a interpretações sinistras e armaria os “desorganizadores” (BRASIL, 1884, t. 5, p. 166-167 e 169).

Nas duas sessões em que a emenda esteve em discussão, falaram em seu favor, além de seu autor, três deputados, opostos por nove. Entre os discursantes, fidelidades regionais não foram um fator de posicionamento. Se os que defenderam a emenda eram todos das províncias do Norte, os contrários também o eram em sua maioria.<sup>29</sup> Da mesma forma a atividade profissional — Ferreira França cursara matemática, medicina e filosofia em Coimbra; Montezuma, direito, como Carvalho e Melo, Silva Lisboa, Vergueiro, Rodrigues de Carvalho e Caetano Lopes Gama; Costa Barros era militar; Alencar, Carneiro da Cunha e Henriques de Rezende eram padres.

Destoando desse sentido, o proponente da emenda, Ferreira França, despendera alguns argumentos curiosos. Em sua primeira intervenção, lacônica, resumiu-se a dizer que a “união federal” não repugnava à natureza do governo escolhido pelo Brasil e ofereceria aplicação mais fácil da justiça e da utilidade a “todos e cada um”, prometendo unidade duradoura no crescimento e extensão do Império. Na sessão seguinte, desenvolveu mais as razões de sua emenda. Tanto os indivíduos quanto as corporações seriam regidos pelos mesmos princípios de justiça: “*Quod tibi vis, alteri velis. — Quod tibi non vis, alteri nolis. — Quod alteri vis, tibi velis. — Quod alteri non vis, tibi nolis. — Do ut des — Facio ut facias — Do ut facias — Facio ut des*” (BRASIL, 1884, t. 5, p. 156 e 165-166). Os quatro últimos são as classes de contratos inominados trazidos nas Institutas (Digesto, 19, 5, 5); os quatro primeiros são princípios de teologia moral relacionados à virtude da caridade. Até aí, referências usuais na educação de recebida pela elite luso-brasileira nas aulas régias, no Colégio das Artes e na Universidade de Coimbra — uma educação forte na tradição da escolástica ibérica, mesmo após as reformas educacionais do marquês de Pombal (CARVALHO, 2000, p. 130 e ss.; BOXER, p. 347 e ss.).

Prosseguiu Ferreira França para dizer que pretensões desiguais seriam injustas tanto para homens quanto para reinos — uma província rica deveria a uma pobre o mesmo que esta à primeira, assim como casas ou homens ricos e pobres, mas um não deveria se intrometer “na guarda ou administração soberana” da casa alheia. As províncias seriam ajuntamentos de homens com direitos iguais, e “neste exercício de direitos iguais e maneiras de maior utilidade se funda a união federal de homens, casas, vilas, cidades, províncias e reinos, sujeitando-se todos ao Império de um” para a salvação de todos. Reunir-se-iam seus “procuradores” para

---

<sup>29</sup> Falaram a favor Ferreira França, seu proponente, e Montezuma, da Bahia; Carneiro da Cunha, paraibano, e José Martiniano de Alencar, padre cearense. Contra, foram nove — Souza França, do Rio; os baianos Carvalho e Mello e Silva Lisboa; Venâncio Henriques de Rezende, padre pernambucano; Vergueiro, deputado por São Paulo; Pedro José da Costa Barros e João Antônio Rodrigues de Carvalho, deputados pelo Ceará; Caetano Maria Lopes Gama, pernambucano deputado por Alagoas; e, extemporaneamente, quando o objeto já era outro, o deputado José de Souza Mello, também de Alagoas.

estabelecerem “as regras da prol geral, ficando a prol de cada casa a indagação mais perspicaz e interessada dos filhos”. Só “um insensato” chamaria estranhos para guardarem e administrarem sua casa em detrimento de seus filhos, forçosos herdeiros.

Mais do que a noção clássica de federalismo disseminada na Assembleia, a fala de Ferreira França parece guardar relação com o federalismo “doméstico ou interno” citado por Vergueiro e Rodrigues Carvalho. Ainda que partisse de um fundamento liberal — a igualdade de direitos de cada homem — a estrutura de sua argumentação espelha uma lógica anterior. Esses homens formariam entre si “corporações”, casas, vilas, cidades, províncias e reinos, cada qual ficando com uma determinada prol cuja “guarda e administração” lhe competiria, com exclusão dos demais. Noutros termos, cada corporação teria uma parcela de jurisdição própria, imune à jurisdição dos outros corpos. Isso, em matéria de administração, não era novo, como disse Rodrigues Carvalho; era o que se fazia no antigo governo, atendidas as necessidades. Sem esquecer, como lembra Vergueiro, a vigilância do governo para resguardar o bem geral, que lhe tocava promover. Ainda que a ideia de Ferreira França fosse talvez nova, sua forma de defesa baseava-se na antiga imagem do governo corporativo.

Malgrado a opinião de Ferreira França de que seus argumentos não estariam suficientemente respondidos pelos contraopinantes, sua emenda foi rejeitada (BRASIL, 1884, t. 5, p. 177). Mesmo tendo chegado à conclusão de que o federalismo não seria incompatível com a monarquia, pesou sobre os deputados a ideia de que seria incompatível com o sistema monárquico constitucional que os povos do Brasil haviam aclamado. “Federação” era um termo por demais perigoso para se incluir na Constituição; por associações inevitáveis, daria força aos “desorganizadores” (os “cabalistas” das províncias, diria Silva Lisboa) em sua tentativa de tomar o governo local. Incentivaria as rivalidades provinciais e romperia os laços de união entre as províncias. Além disso, carregaria aquela insofismável carga de republicanismo e subversão das instituições monárquicas-constitucionais que o ministério José Bonifácio vira na atuação dos radicais. O “partido dos federalistas”, os “bispos sem papa”, era algo mesmo a ser combatido, já haviam apregoadado meses atrás os deputados Nogueira da Gama e o próprio José Bonifácio (BRASIL, 1884, t. 1, p. 169 e t. 3, p. 88-89). Se o que Ferreira França queria significar por federação era dar autonomia aos corpos locais para que cuidassem de seus próprios interesses, isso pertencia à administração e como tal poderia ser discutido, dispensando-se o emprego de uma palavra tão problemática.

## 2.4 O FEDERALISMO DE CIPRIANO BARATA



Observava atentamente os trabalhos da Assembleia o jornalista Cipriano Barata, uma das primeiras personalidades políticas nacionalmente conhecidas. Cipriano José Barata de Almeida (Salvador, 1762 — Natal, 1838) foi, por sua atuação na imprensa, o pensador “radical” de mais impacto nas duas primeiras décadas do Império, enfrentando processos e prisões no 1.º Reinado e na Regência. Coursou matemática, medicina e filosofia em Coimbra, formando-se apenas na última área (1790), mas se habilitando também como cirurgião. Retornando à Bahia, foi lavrador de cana e mandioca. Foi implicado na conjuração de 1798 (v. nota 11) como suspeito de “francesia”, sendo um dos 11 brancos num total de 48 indivíduos detidos (o único com formação universitária). Depois de 14 meses preso, foi absolvido por falta de provas. Seria o correspondente na Bahia dos revolucionários pernambucanos de 1817, aos quais auxiliou durante o tempo que permaneceram presos em Salvador. Sua única passagem pela burocracia foi o cargo de deputado às Cortes de Lisboa. Foi o deputado mais votado para a Constituinte de 1823 em todo o Brasil, mas não assumiria o cargo, que seria ocupado — ironia do destino — por José da Silva Lisboa, um de seus inimigos nas polêmicas escritas (MOREL, 2001). Em sua passagem pelas Cortes, o baiano destoava por suas opiniões incisivas contra o que considerava moções despóticas dos “marotos”<sup>30</sup> contra as províncias do Brasil.

De profundo nativismo e arraigado apelo popular, a época da constituinte, Cipriano escrevia, do Recife, um jornal que afrontava as posições oficiais e lhe custaria longas temporadas na prisão, o *Sentinella da Liberdade na Guarita de Pernambuco*.<sup>31</sup> Já em inícios de junho de 1823, ele daria conta em seu periódico de um projeto apresentado por Antônio Carlos de Andrada para extinguir as Juntas Provinciais, que, ao propor que presidente e secretário fossem de eleição do imperador, parecia-lhe “o modelo do governo arbitrário”. Para Barata, tratava-se do primeiro passo para reduzir as províncias a colônias do Rio. Mas o projeto ainda incluiria a proposta de criação de colégios eleitorais para fazer as eleições (“ao gosto do ministério”) e a criação de governos de armas independentes. “Eis aqui o despotismo triplicado sobre as Províncias debaixo de um Governo verdadeiramente tirânico”. No projeto via-se, segundo ele, uma invenção ilusória, “boa para ser publicada entre Boticudos [*sic*]; são quatro

---

<sup>30</sup> “Maroto” era um epíteto antilusitano, como “marinheiros” e “pés-de-chumbo” (NEVES, 2003, p. 219), mas podia também referir-se àqueles que não eram (dizia-se) partidários da causa da independência nacional. Barata manifestaria recorrente antilusitanismo em seus escritos, repetindo sempre a expressão “Fora, marotos!”.

<sup>31</sup> Publicação iniciada em abril de 1823, saía às quartas e sábados. Tinha em média 4 páginas, custando 40 réis — a título comparativo, 1kg de açúcar no Rio de Janeiro era vendido a 150 réis (*Diário do Rio de Janeiro*, 02/03/1823). Às vezes saía com o dobro do tamanho e do preço. Durou 65 edições, até a prisão do redator. Repercutia e era lida em várias províncias, como comprovam cartas de leitores, abaixo-assinados e menções na Assembleia (MOREL, 2001, p. 165-166).

homens eleitos em ar de mangação, para se reunirem duas vezes no ano, como Conselheiros”. Isto, com a falta de responsabilidade e um exército único comandado pelo ministério, era a receita para escravizar as províncias. “O Presidente e o Secretário do Governo Civil das Províncias, seja como for devem ser eleitos pelo Povo”, e o comandante de armas deveria ser escolhido por e dependente do governo civil, em prol da “Independência, da união geral e da tranquilidade particular das Províncias” (*Sentinella...*, n.º 19, 07/06/1823).

Meses depois, Cipriano continuaria a tocar no tema da autonomia das províncias. “...se a Constituição for despótica, aristocrática, e tirânica [...] não se deve aceitar; porque as Províncias reunirão-se condicionalmente; [...] debaixo da condição de se fazer uma Constituição tanto ou mais liberal, do que a de Portugal”. Se o Imperador faltasse a seus ajustes e promessas, ficaria sem base sua aclamação, “e por consequência nulo o nosso pacto social, e aniquilado o nosso Império”, podendo o Brasil fazer novo pacto e escolher governo conforme sua vontade, “nova federação a seu arbítrio; pois a falar com precisão as Províncias não devem admitir, e nem lhes convém, senão Governo Federativo, ou Imperial liberal como se acha constituído”.

Portanto, Cipriano advertia que qualquer que fosse a Constituição, deveria “vir depois de acabada, para os povos nas Câmaras examinarem, a ver se lhes agrada, bem como praticarão os Americanos do Norte, e os Franceses em 1799”. “O povo que é o único e legítimo Soberano Legislador deve saber da bondade da obra feita por sua ordem pelos seus delegados”. O projeto de constituição apresentado ao parlamento lhe tinha espavorido, pois seria a prova de que o imperador havia suplantado a Assembleia. “Esta se acha humilhada, sem liberdade, e coacta [...] e por isso figura de não fazer Constituição que as Províncias aceitem”. Mais:

não a admitimos, e tomaremos nova resolução fazendo outra Confederação a nosso gosto. [...] nós somos livres; as Províncias são livres e Confederadas em forma Imperial, e não escravas: quem não entender, e não quizer assim, aparte-se de nós; aliás... Quem tramar contra o Brasil; quem favorecer o Governo Absoluto com o Veto absoluto; Câmara de Nobres ou de Aristocratas, quem favorecer o sistema despótico, é inimigo dos Brasileiros, é traidor à pátria. (*Sentinella...*, n.º 54, 08/10/1823).

Nos números subsequentes, Cipriano iniciaria uma análise minudenciada do projeto de constituição. Lançaria os olhos em seu artigo 2.º que, depois de nomear dezenove províncias, acrescentaria — “e por federação o Estado Cizalpino [*sic*]”. “Agora quero eu perguntar a Comissão do Projeto, como é que no mesmo Governo ou Império há Governos diferentes?”. Seguiria perguntando-se qual seria o governo das demais províncias, já que a última se governaria pelo sistema federativo. “A vista da divisão do Projeto, parece sem questão que as

19 Províncias devem se governar com máximas Absolutas como escravas, à vontade do Imperador Absoluto; Montevidéu como Província livre segue o método federativo”. Na contramão do projeto, para Barata, seria esse o melhor método para governar todas as províncias, como bem afirmariam “a razão e a experiência das nações”. Como poderia Montevidéu, tão próxima da capital, seguir o sistema federativo, e “nós que estamos tão remotos havemos ter um governo quase impossível de se praticar?”. “[...] o Governo das nossas Províncias deve ser frouxo com a Capital do Rio, atentas as circunstâncias das distâncias, e de mil dificuldades, que se opõem a qualquer outra forma de Governo”. Cada província necessitaria fazer suas leis particulares pelos seus naturais e seus governos privativos, e em separado leis gerais que façam “a união Imperial, e eis aqui a Federação”. “O Projeto de Constituição parece pretender, que para os Brasileiros haja Governo Absoluto Infernal; e para os Cisplatinos Governo federativo Celestial: que lástima!”. Cipriano só quereria fazer os “patriotas” verem as verdades, sendo a primeira

que ninguém queira, nem admita se não Constituição Livre Federativa Imperial; quero dizer, que as Províncias só devem abraçar Constituição que forme, e deixe formar Leis particulares; ficando todas em uma União frouxa, combinadas e reunidas em Federação geral; com Leis gerais e o seu Chefe ou Presidente, coroado, chamado Imperador: o contrário disto é querer ser escravo infalivelmente [...]. (*Sentinella...*, n.º 55, 11/10/1823).

O art. 3.º, quando permitia dividir o território do Império em comarcas, distritos e termos, seria na verdade, segundo Barata, uma estratégia para poder dominar e tyrannizar as províncias, como ensinava Maquiavel: “dividir para dominar”.

Quando as Províncias se combinaram, e entraram no ajuste, ou pacto Social, não deram poder a ninguém, para desfazer a sua essência, arruinar o seu respeito e força, e reduzi-la a um estado de fraqueza tal, que a Corte do Rio possa esmagar a cada uma quando quizer [...] não devem querer, nem querem que se retalhem os seus respectivos terrenos [...]. É mais claro que a luz do meio dia que cada Presidente será um Luís do Rego,<sup>32</sup> eleito pelo Imperador para nos intrigar, oprimir, roubar, açoiar e matar tendo o apoio das Comarcas vizinhas, que pelo egoísmo e interesses particulares, e Sequazes do Imperador, hão-de concorrer para o mal. Quem não reconhece a perfídia desta administração: vendo criar um concelho para ajudar aquele Administrador? As Províncias devem ficar inteiras: e unidas federativamente, fazendo-se o arranjo Civil e Político, pelo modo que mais lhes convenha, conforme os arranjos de uma Constituição liberal, e não escrava. (*Sentinella...*, n.º 55, 11/10/1823).

O que Barata omitia de seu argumento é que tal proposição tinha gênese bastante liberal, a divisão da França em departamentos pela Assembleia Nacional Constituinte em dezembro de 1789, no contexto da Revolução (OZOUF-MARIGNIER, 1992). Na Assembleia, a divisão em

---

<sup>32</sup> Governador de Pernambuco quando da revolução liberal (v. 3.1).

departamentos, projeto já discutido em círculos intelectuais desde a metade do século, fora proposta como maneira de fazer da França “um só todo, submetido uniformemente, em todas as suas partes, a uma legislação e a uma administração comum”, nas palavras de Sieyès (sessão de 7 de setembro de 1789). Seria essa a provável inspiração de Antônio Carlos de Andrada na redação do art. 3.º, e é razoável considerar que Barata o soubesse, ante sua formação coimbrã. Mas, em seu exercício retórico, o baiano propositadamente olvidava esse ponto a fim de reforçar suas críticas.

O alvo principal dessas não eram o congresso ou a comissão por inteiro, mas alguns membros “aristocratas”. Problema maior para ele, todavia, seria a fraqueza do congresso, por estar “tremendo” perante as armas do imperador. Oxalá, dizia Barata, se pudesse salvar a Assembleia dos perigos que a cercam e que ela dissimula, cercada de tantos “marotos assassinos”. No projeto de constituição, segundo ele, era preciso declarar no art. 36 que a nação brasileira formaria um “Império Federativo”, e que a constituição do Brasil seria “representativa federativa”. Sugeria mesmo uma nova redação para o artigo e todos mais do mesmo título:

Artigo 36. A Nação Brasileira é a reunião voluntária de todas as Províncias e de todos os Brasileiros nelas existentes.

Artigo 37. A Nação Brasileira, é livre e independente, e não pode ser patrimônio de ninguém; e nem se deve unir nunca com Portugal, nem com qualquer outra Nação do Mundo.

Artigo 38. A Nação Brasileira forma um Império Federativo, tão somente no Senhor D. Pedro Primeiro, e sua Dinastia; e não pode ser repartido com ninguém em tempo algum.

Artigo 39. A Constituição política do Império do Brasil, é representativa Federativa, feita livremente pelo voto geral da Nação Brasileira; por meio de seus Deputados, Delegados, eleitos e reunidos, segundo as Leis e os direitos inalienáveis e imprescritíveis dos povos.

Artigo 40. Os Representantes da Nação Brasileira são os deputados de cada Província, e de todas elas reunidos em Assembleia Geral Soberana.

Artigo. 41. A Soberania reside essencialmente em a Nação; e não se há de alienar ou delegar.

Artigo 42. Só a Nação Brasileira pode fazer sua Constituição, e [ilegível] a Sanção do Imperador.

Artigo 43. Os Poderes Políticos da Nação Brasileira são três: Poder Legislativo; Poder Executivo; e Poder Judiciário. Estes Poderes são Delegações da Soberania do Povo. (*Sentinella...*, n.º 61, 01/11/1823).

Como os “vis Sequazes do Servilismo espalham ideias falsas, e perigosas intrigas, entre as pessoas desacomodadas, ou faltas de luzes; a fim de favorecerem seus perversos desígnios, a prol e em defesa do Governo Absoluto”, Cipriano explicaria no que consistia um governo federativo.

Governo Federativo, Representativo, quer dizer Governo de Aliança; Governo de União entre diversas Cidades livres, ou diferentes Províncias, formando um só corpo para bem geral de todas; assim foi o antigo Governo da Grécia, assim é o da Suíça; o dos Estados Unidos da América, e até para assim dizer, o mesmo Império de Alemanha &c. A federação ou reunião de diferentes Corpos Políticos, ou Estados, ou Províncias, não tem nada com o título do Chefe do Poder Executivo; ele pode ter o nome de Imperador, Presidente, Príncipe, Defensor perpétuo, ou qualquer outro; porque o nome é indiferente para a representação, e autoridade de que ele goza: o Governo ou Constituição Representativa, é quem dá peso e força às atribuições do dito Chefe, e a todo este negócio. Quando muitas Cidades, isto é, Províncias, tem cada uma sobre si seu Governo particular para os negócios internos, e ocorrentes; e pode fazer suas Leis privativas para seu cômodo; e além disso tem ao mesmo tempo um Governo ou Sistema de união, direção, conservação e defesa geral e comum, como se todas fossem um só corpo; a isto é que se chama Nação confederada; sistema ou Governo Confederativo, seja qual for o título do Chefe que está a sua frente &c. (*Sentinella...*, n.º 61, 01/11/1823).

A questão não seria outra senão que governo conviria ao Brasil, a sua união e a sua segurança. As províncias poderiam estar bem unidas fazendo “suas Leis particulares, e municipais, sua defesa, seus cômodos, e sua prosperidade, independentemente das instruções do Rio de Janeiro”, conservando o Imperador como seu chefe do poder executivo e recebendo da Assembleia suas instruções e leis gerais. O contrário disso não seria razoável, nem político, pois redundaria em descontentamento, conflito e separação das províncias. E exortava — “Despertai Províncias heroicas, vós hoje estais livres e Independentes; não entreis no laço que se vos arma na Constituição Absoluta e Tirânica. *Alerta!*” (*Sentinella...*, n.º 60, 29/10/1823).

Cipriano reconhecia que não poderia obrigar que se adotasse a forma de governo, mas estaria persuadido que o que se queria com o projeto de constituição era fazer do Brasil “uma senzala de escravos de joelhos ao despotismo”. Rematava — “Não brigemos pelo nome; embora não se declare que o nosso Governo fica Confederativo; seja o Governo bem frouxo em benefício das Províncias” (*Sentinella...*, n.º 62, 05/11/1823). E já vinha alertando a dissolução da Assembleia, que ocorreria um mês depois:

Nós amamos o Imperador, mas não é para ele se levantar conosco, aterrar a Soberana Assembleia, a quem está inteiramente sujeito: e forçada com ameaças de Soldados, e estrépito das armas; com subornos de conversas lisonjeiras, persuasões, hábitos, comendas, ofícios, títulos, dinheiros &c. a fazer o que ele quer. (*Sentinella...*, n.º 54, 08/10/1823).

## 2.5 EM BUSCA DE UMA CATEGORIA DE FEDERALISMO PARA A INDEPENDÊNCIA

Como vimos, a noção de federalismo expressada nas Cortes, que pode ser dita de “senso comum” por ser aquela dicionarizada, centrava-se na união, para fins de benefício mútuo, de entidades política independentes, frisando-se sua autonomia em relação ao todo. Por isso, essa noção era incompatível com a visão de monarquia constitucional una dos integracionistas, com um só centro de decisão soberano. Pensar em autonomia de reinos ou em deputados que representassem apenas províncias ou reino de origem era macular a nação unívoca imaginada pela linha majoritária do Soberano Congresso.

Ainda assim, as Cortes não viram problemas em dar autonomia às províncias para decidirem os seus assuntos, subordinando, porém, seu comandante de armas. Essa decisão, é certo, deve ser vista dentro da estratégia de buscar a adesão das elites ultramarinas para o projeto liberal das Cortes, que naquele momento encontrava-se pisando em ovos em relação às províncias do Brasil e o centro de poder real no Rio de Janeiro. Outro ponto a se notar é a ausência, nesse momento, de uma associação mais clara entre federalismo e republicanismo.

Essa associação seria percebida, contudo, nos debates da Assembleia Constituinte. O debate seria marcado pela visão difundida a partir do conflito entre José Bonifácio e os radicais. De um lado estavam deputados que buscavam, pode-se supor, resguardar uma esfera de autonomia das províncias que, pela mão das Cortes, fora vinculada à nova ordem constitucional. Do outro, deputados de perfil luso-brasileiro, ciosos de um poder central forte que pudesse resguardar a integridade de um Império nascente e quase nada consolidado.

A associação entre republicanismo e federalismo afirmava-se desde a manifestação de que caracterizar explicitamente o Império como “uno e indivisível” era dispensável por lhe ser elemento ínsito. Noutros termos, monarquia constitucional seria incompatível com federalismo. O esforço dos que defendem a emenda de Ferreira França, então, será dissociar “federalismo” de “república” e afirmar sua compatibilidade com um Império monárquico-constitucional uno e indivisível. Já na visão dos contrários, haveria um pacto “pré-constitucional” expresso na opção por uma monarquia constitucional encimada por d. Pedro I. A adoção do federalismo, entendido naquela clássica acepção confederativa, seria incompatível com o pacto e implicaria em sua dissolução ao criar autoridades provinciais independentes. Mesmo se reconhecendo, no curso dos debates, a possibilidade de confederações monárquicas, os deputados frisavam que para as monarquias o sistema confederativo não era adequado, conforme a doutrina de Montesquieu.

Para defender sua emenda, Ferreira França tece uma argumentação de claro apelo corporativo, em que fala da “administração soberana” de cada casa e da autonomia que os

diversos corpos guardariam sobre seus assuntos. Porém, não deixa de conectá-la a concepções modernas, fazendo menção aos indivíduos em igualdade de direitos que seriam os átomos desses corpos). Não se pode desconsiderar, de qualquer forma, sua precípua finalidade de convencer ao utilizar essas imagens de grande apelo. Isso também pode ser detectado naquilo que Vergueiro chama de um “federalismo doméstico”, visivelmente associada ao modelo da casa.

Ligar essa ideia ao termo “federalismo” acarretava, todavia, associações indesejadas, como reconhecia Vergueiro. Era a vinculação ao que José Bonifácio chamara de “anárquicos”, “demagogos”, os “democratas” e “republicanos”. Nesta, estava embutido um raciocínio simples. Querer dar poder ao povo só poderia fomentar a anarquia, pois a massa não sabia controlar suas paixões. Assim, os propagandistas do poder popular eram demagogos sob disfarce que, aproveitando-se de um futuro estado anárquico, tomariam o poder para si, como tiranos. Não se devia esquecer que o próprio governo popular era uma tirania — a tirania do povo. Nenhuma dessas opções era compatível como governo monárquico-constitucional descrito por Montesquieu. A autonomia provincial, além de abrir espaço para os “demagogos” das províncias, ainda punha em risco o programa reformista que José Bonifácio imaginava para o Império, um programa modernizador e civilizador que só podia ser tocado por um forte poder central, quase aquele do déspota iluminado. É com essa tintura “anárquica” e desagregadora que o federalismo será tido pelos “áulicos”, a elite brasileira dirigente durante todo o 1.º Reinado.

Contra essa categoria dominante contrapõe-se a visão de Cipriano Barata. Barata defendia o federalismo junto à bandeira maior de um liberalismo muito similar àquele das Cortes de Lisboa. Assim como para a linha integracionista das Cortes, para Cipriano, a soberania residia essencialmente na nação. Os poderes, em número de três, seriam delegações dessa soberania. A nação, que não poderia ser patrimônio de ninguém, faria sua constituição por meio de seus representantes legitimamente eleitos, reunidos em “Assembleia Soberana”. O veto absoluto e uma segunda câmara, aristocrática, seriam ideias despóticas que não poderiam entrar numa constituição liberal. Havia, porém, algumas distinções importantes. A nação não era apenas a reunião de todos os brasileiros, mas a reunião “voluntária das províncias e de todos os brasileiros nelas existentes”, e os representantes eram-no das províncias. Essa reunião voluntária das províncias era condicional, e tinha como parâmetro mínimo o liberalismo das Cortes. Naquele momento em que ainda se fazia a constituição, as províncias estariam “livres e independentes”, e poderiam inclusive invocar a nulidade do pacto em torno do imperador caso

ele “faltasse com suas promessas” e afirmasse aquela “constituição absoluta e tirânica” que se desenhava no Rio.

Inclusive, a constituição, quando feita, deveria ser enviada às Câmaras para exame (estratégia que acabará sendo adotada por d. Pedro para juramento da carta que ofereceria após a dissolução da Constituinte). É de se observar, contudo, que a Câmara municipal era instituição que preservava aquele tipo de representação de antigo regime, da “parte melhor” (*sanior pars*) do corpo municipal.

O melhor governo para as províncias, aquele que deveria ser firmado na constituição, era um governo federativo, que Barata definia como um governo de reunião em que as províncias (elas mesmas “reunião de muitas cidades”) tinham a gestão particular de seus negócios, fazendo leis privativas, enquanto um governo geral (constituído pelas províncias “como se fossem um só corpo”) se encarregava dos assuntos comuns, como a defesa. Os presidentes e secretários das províncias deveriam ser escolhidos “pelo povo”, e o governador de armas apontado pelo conselho. Esse governo não teria nenhuma relação, ao que parece, com o tipo de “regime” adotado, pois o título do chefe do poder executivo não tinha importância em sua definição. Ainda que se possa considerar Barata um republicano “pelo conjunto de sua obra”, o que está presente aqui é a possibilidade de acomodação entre a monarquia e o sistema federal, deixando o espaço aos poderes locais com os quais ele mantinha relações na Bahia e em Pernambuco.

Em resumo, mesmo que não se adotasse a terminologia federal, deveria ser um governo “bem fraco” em benefício das províncias. O contrário de um governo federativo, que deixava às províncias suas liberdades, seria um governo despótico, tirânico. Era isso que refletiria o projeto de Antônio Carlos que, tirando das províncias a eleição de seus presidentes, iria torná-las colônias do Rio. Eis aqui o resumo da doutrina que será desenvolvida por Frei Caneca como ideólogo da Confederação do Equador, conforme veremos a seguir.

De qualquer forma, é possível adiantar que essas duas imagens — o federalismo como condutor de anarquia ou o federalismo como condutor de liberdade — persistirão durante todo o 1.º Reinado, sendo somente contestadas, durante a Regência, por uma solução de “meio termo”.



### 3 O FEDERALISMO NA CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR

A dissolução da Assembleia Constituinte provoca, em Pernambuco e região, um embate entre o governo local e o ministério do Rio de Janeiro. Afirmar-se, nas províncias do Norte, um projeto alternativo de construção da nação em que é central a categoria de federalismo. Seguindo a argumentação adiantada no periódico de Cipriano Barata, a Confederação do Equador propõe um modelo que, embora estranho ao constitucionalismo vintista, mescla com essa referência concepções próprias do republicanismo clássico. Além disso, o federalismo do Equador não descarta uma justificativa de base “natural”, fundada na índole dos brasileiros.

#### 3.1 CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR: CONTEXTO E CIRCUNSTÂNCIAS

Pernambuco foi provavelmente a província em que mais se contestou o projeto unitário do Rio de Janeiro (MELLO, 2014). Em meados de 1824, isso se expressaria numa proclamada confederação entre as províncias do Norte<sup>33</sup> e com intenção de expandir-se a todo o território do Brasil. Alguns fatores ajudam a explicar a articulação de um plano confederativo por parcela da elite política da região, dentro de uma preferência pela garantia da autonomia local.

Um primeiro é o ideário da “restauração pernambucana”. Pernambuco ter-se-ia libertado do “jugo” holandês por força de suas próprias armas e, após fazer-se livre, escolhera voluntariamente voltar à subordinação da coroa portuguesa sob uma série de condições, entre as quais a minoração de tributos. Por isso, sua relação com el-rei seria diversa da dos demais súditos. Os pernambucanos seriam “súditos políticos”, numa vassalagem pactuada, ainda que a coroa descumprisse reiteradamente o acordo, ideia que veio a constituir-se num mito constitucional da província, e seria continuamente lembrada em suas revoltas. Ligada a esse mito, como um segundo fator, estaria a virulência do nativismo local. Se o sentimento antilusitano era comum nas capitanias, ali, segundo os intelectuais da confederação do Equador, ele encontraria uma expressão bastante arraigada, tanto nas classes baixas quanto na elite agrária, provavelmente em razão do conflito entre mascates e mazombos no início do séc. XVIII<sup>34</sup> (MELLO, 1997; 2012).

<sup>33</sup> O Norte e o Sul brasileiros, nos termos da antiga geografia, eram delimitados a partir de Bahia e Espírito Santo, respectivamente (MELLO, 2014, p. 22).

<sup>34</sup> A “guerra dos mascates” foi uma série de conflitos (1710-1711) que opôs a “nobreza da terra” pernambucana (os “mazombos”), sediada em Olinda, e os comerciantes reinóis do Recife (os “mascates”), cuja comunidade vinha crescendo em importância (MELLO, 2012).

O terceiro fator, chave para os acontecimentos políticos da província entre 1821-1824, é a experiência da revolução de 1817. Desde os finais do século XVIII, e especialmente após sua transmigração para o Rio, a Corte havia ampliado continuamente a presença do poder real e sua interferência nos assuntos locais. Sua presença, marcada também pelo aumento dos controles de arrecadação de tributos e de arregimentação de tropas, foi sentida pela população como uma interferência em seus assuntos e hábitos. O aumento da carga tributária, dos controles de arrecadação e arregimentação de tropas e os constantes saques feitos pela Coroa sobre o tesouro provincial completavam o quadro (BERNARDES, 2006, 119).

Em março de 1817, o assassinato de um oficial lusitano que dera voz de prisão a oficiais nativos foi o estopim da revolta. De base maçônica e com ideias inspiradas nas “luzes do século”, os revoltosos rapidamente depuseram o governador Caetano Pinto e nomearam um governo provisório. A revolta espalhou-se por Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, e foi notável pela adesão da gente graúda e dos ocupantes dos postos administrativos. Ainda que o objetivo maior fosse libertar a capitania do que se percebia como o jugo despótico da Corte, os cabeças do movimento compartilhavam o propósito de instaurar um governo republicano. Propósito que, todavia, não deixavam completamente às claras, com receio dos sentimentos monarquistas de grande parte da população. A planejada república, correspondente ao território da capitania, estaria confederada às vizinhas e teria como divisa “Religião, Pátria e Liberdade”, entrevendo-se, além do componente religioso, sua ligação com ideais que remontavam às guerras com os holandeses (em que a religião católica, em oposição ao protestantismo dos batavos, era um dos signos identificadores). A revolução proclamava-se a “segunda restauração” pernambucana. De todo modo, não tinha apenas bases tradicionalistas. Em sua lei orgânica, que enviou às Câmaras para que fossem discutidas por assembleias formadas “pelo povo de todas as classes”, declarou a igualdade perante a lei e a liberdade de culto (BARMAN, 1988, 61-62; MELLO, 2014, p. 36 e ss.).

As proposições deram margem a críticas de abolicionismo e anticatolicismo e à desconfiança das Câmaras, desacostumadas a ver sua antiga representação (no sentido arcaico) dividida com a “povo miúdo”. O padre João Ribeiro, liderança intelectual do movimento, chegou a admitir que o governo previa a abolição, mas de forma “lenta, regular e legal”. O controle exercido pelos revolucionários, todavia, era precário, limitando-se à mata norte de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e o Crato, no sul do Ceará, por meio da família Alencar.<sup>35</sup> Os habitantes do centro da província eram notórios por seu fanatismo monárquico.

---

<sup>35</sup> Sobre a participação da família Alencar, v. o relato de seu membro Pedro Jaime de Alencar Araripe (2014).

Os senhores da mata sul e da região de Alagoas, então comarca de Pernambuco (os “sevandijas do sul”, diria o Deão da Sé de Olinda, partidário do movimento), logo declararam seu apoio a el-rei, e não ofereceram nenhuma resistência à passagem das tropas da Corte sob o comando do general Cogominho (MELLO, 2014, p. 52 e ss.).

A revolta mostraria à Corte o nível de fermentação e contágio dos ideais “subversivos” em suas possessões. Diferentemente da revolta dos alfaiates, havida em finais do século anterior na Bahia, ou da inconfidência mineira, o movimento pernambucano indicava que a própria estrutura de poder poderia ser rapidamente sublevada, com a ativa participação de burocratas reais (BARMAN, 1988, 61-62).

O ministério ordenou uma resposta à altura: mais de trezentas pessoas, de Alagoas ao Ceará, foram incluídas na devassa que se seguiu. Além dos condenados à morte e dos que morreram sem julgamento, 235 pessoas foram mandadas presas à Bahia, onde os condenados chegaram a organizar uma escola no cárcere. A revolução de 1817 seria o maior levante político já vivenciado pelo Império português até aquele momento, e repercutiria em todas as grandes cortes europeias (BERNARDES, 2006, p. 188, 255 e ss.). As comunidades revoltosas, na ótica dos contemporâneos, veriam presos os “mais caros e distintos de seus cidadãos”, seus sacerdotes executados e suas famílias desfeitas, poucos deixando de “lamentar um pai, um irmão, um filho ou um parente mui próximo” (LOPES GAMA *apud* MELLO, 2014, p. 35; REGO *apud* BERNARDES, 2006, p. 253). Mesmo após a anistia dada aos revoltosos pelas Cortes em 1821, o “despotismo” estaria marcado na memória ou na pele da elite política. Muitos dos envolvidos na revolta, como Antônio Carlos de Andrada, frei Caneca, José Martiniano de Alencar e Muniz Tavares, estariam presentes na cena política da província e do Império, por vezes em fileiras opostas.

Se um desejo de autonomia local, de raízes mais profundas, era extensível a todas as possessões do Império português, seria em razão desses fatores que em Pernambuco essa vontade se articulava politicamente como um “partido” autonomista ou federalista. Tal grupo seria integrado inclusive por defensores de uma saída republicana, que veio a se manifestar em seu último momento. Os autonomistas estarão à testa de duas das três Juntas governativas que se sucedem na província a partir da revolução do Porto: a Junta presidida por Gervásio Pires Ferreira (outubro de 1821 a setembro de 1822) e a presidida por Manuel de Carvalho Pais de Andrade (dezembro de 1823 a setembro de 1824). No meio tempo, surge também um partido unitarista (alinhado à Corte) em torno do senhor de engenho Francisco Pais Barreto, o morgado do Cabo, que conseguirá obter o apoio dos senhores monarquistas da mata sul de Pernambuco.

Os unitários dominarão o governo provincial nos últimos meses do “governo dos matutos” (setembro de 1822 a dezembro de 1823). Os partidos observam, até certo ponto, uma divisão geográfica. Enquanto “gervasistas” e “carvalhistas” encontram apoio nos núcleos urbanos do litoral e da Mata Norte, em especial na vila de Goiana — mais ligada à cultura do algodão e ao comércio britânico — os “morgadistas” ou “imperiais” tem sua base na Mata Sul e em Alagoas, dependentes de comerciantes lusos para o escoamento de sua produção de açúcar.

A sobrevida dos governos da província será complicada pelos conflitos entre reinóis e nativos, com episódios de tensão racial que evocavam a figura da revolução de São Domingos, uma revolução de escravos contra seu senhores.<sup>36</sup> O constitucionalismo vintista abriu a perspectiva de participação política aos estratos mais baixos da população, dando passagem ao nativismo e à revolta contra o senhorio lusitano. Durante o governo de Gervásio, a comunidade mercante revivia o grande medo colonial do saque da praça e massacre dos portugueses. Movidos pelo terror, quase um milhar e meio de reinóis tomaram a decisão de emigrar da província. Embora o governo dissesse se esforçar para conter os ânimos, os distúrbios começariam já no mês seguinte à sua eleição. A gente de cor percorria a rua armada de facas e cacetes, cantando hinos patrióticos e gritando “Viva a Constituição”, “fora puças [isto é, portugueses]”, “viva a nossa liberdade”. A Junta descobriu um projeto de levante de escravos, cujos líderes mandou prender e açoitar. Acuados, os reinóis começariam a reagir. Marujos dos navios portugueses ameaçavam indiscriminadamente a gente de cor. Os comerciantes lusos do Recife acusavam a Junta de ter recrutado aquele “batalhão ligeiro” de negros e mestiços, já que as tropas regulares estavam sob o comando de oficiais peninsulares. No que talvez refute essas alegações, o fim do governo de Gervásio chegou com a ajuda da gente de cor. Foi apoiando-se em negros e mestiços que Pedro da Silva Pedroso<sup>37</sup> armou uma “bernarda” (um levante militar) e, à frente de tropa e povo, logrou a dissolução da Junta (MELLO, 2014, p. 72-74).

Mas a eleição de uma nova Junta, composta inteiramente por senhores de engenho e por isso dita o “governo dos matutos”,<sup>38</sup> não encerrará os conflitos de índole racial. Pedroso,

---

<sup>36</sup> O exemplo da revolução haitiana era continuamente evocado, com temor, pela elite do período. V. Washington Nascimento (2008).

<sup>37</sup> Pedroso tinha sido um dos integrantes da Junta de governo de 1817, quando posara de ultrarrepblicano e executara soldados sem julgamento. Por isso, a Junta da Bahia não pudera lhe conceder anistia após a revolução do Porto, mandando seu caso à apreciação do Soberano Congresso. Voltara a Pernambuco com discursos efusivos de lealdade às Cortes e intentara obter o posto de comandante das armas junto ao governo, o que foi negado. Aliou-se então ao grupo de Bernardo José Gama e seu irmão José Fernandes Gama, partidários da maçonaria fluminense de Gonçalves Ledo e rivais dos autonomistas (MELLO, 2014, 105-106).

<sup>38</sup> A Junta era composta por três representantes da mata norte — Manuel Inácio Bezerra de Melo, João Nepomuceno Carneiro da Cunha e Francisco de Paula Gomes — e três da mata sul — Afonso de Albuquerque

aclamado governador das armas, usaria do seu prestígio com negros e mestiços (dizia-se “pardo do Recife”) para contestar a autoridade da junta. Como governador das armas, abusaria abertamente de seus poderes, executando soldados sem processo, promovendo-os e demovendo-os segundo seu entendimento. Sucederiam desacatos e homicídios e, em dezembro, face aos boatos da vinda de uma expedição portuguesa “recolonizadora”, agravaram-se os conflitos entre nativos e reinóis. Num levante que ficou conhecido como a “Pedrosada”, Pedroso, apoiado por figuras de destaque político, inclusive um dos vogais da Junta, tomou o controle do Recife com o povo e a tropa de cor, que gritava pela morte de “marinheiros e caiados”. Isso forçaria a Junta a retirar-se para o Cabo de Santo Agostinho (região canavieira ao sul do Recife). A sorte de Pedroso começou a mudar, todavia, quando a oficialidade decide sair da cidade seguindo a Junta, arrastando consigo os regimentos de cor que temiam ser identificados como revoltosos. Seria apenas a prisão de Pedroso, em 1.º de março de 1823, que poria fim ao conflito. Noutro momento, já durante o governo autonomista de Manuel de Carvalho, o porto do Recife veria “mata-marinheiros”, apelido das ondas de saques e assassinatos de portugueses, por ocasião dos bombardeios dos comandantes Taylor e Cochrane (oficiais britânicos contratados por d. Pedro) ao porto do Recife. Por fim, quando proclamada a Confederação em julho de 1824, episódio em que Carvalho tem de se apoiar na gente de cor de nas classes baixas, muita gente dos estratos privilegiados bandeia-se para o lado dos “imperiais” por medo da insubordinação da gente miúda num “novo São Domingos” (MELLO, 2014, p. 122-125, 201-202, 225, 229).

Pesarão em desfavor da estabilidade das juntas, ademais, as contínuas acusações de republicanismo. Durante a Junta de Gervásio, a ideia de uma constituinte provincial, arvorada pelos autonomistas da Câmara de Olinda, será abordada por Bernardo José da Gama (unitário vinculado à maçonaria fluminense, e figura de alguma influência na política local) como pressupondo uma “pátria pernambucana” e, por conseguinte, o direito de separação das províncias como detentoras de soberania própria. Segundo Gama, seria esse o estratagema dos “oligarcas” da Câmara para estabelecerem o republicanismo. Acusações do mesmo quilate vão corroer de tal modo o apoio a Gervásio que ele chega a mandar pedido de demissão ao Príncipe Regente. Já durante a Pedrosada, o argumento para instigar a tropa de cor contra os brancos será dizê-los republicanos, e o próprio Pedroso espalharia que o governo dos matutos era republicano e ateu. Manuel de Carvalho, por sua vez, conviverá desde o início de seu governo

---

Maranhão, o presidente, Francisco Pais Barreto e Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, além do secretário, José Mariano de Albuquerque Cavalcanti.

com os boatos de que a República seria proclamada. O então comandante da estação naval no Recife negara-se a reconhecer o seu governo, por “republicano”. Meses antes de proclamada a confederação, um carvalhista moderado diria que as acusações de republicanismo já eram motivo de zombaria, por serem a arma usada para “denegrir a honra, o patriotismo e o brio dos pernambucanos” (MELLO, 2014, p. 102, 122-125, 171, 176, 184). Esse tipo de acusação terá especial efeito nos habitantes do centro da província, sabidamente tradicional e monarquista, senão “corcunda”, ou seja, partidária do absolutismo, no dizer dos liberais. Não era incomum que o povo do mato e os sertanejos classifikassem a disputa entre o Rio e o Soberano Congresso como uma briga de “um pai com um filho”, que logo seria resolvida para felicidade da “família portuguesa”.

Embora talvez não o aparente, a eficácia da acusação de republicanismo, tão utilizada pela oposição aos federalistas na província e na Corte, está insitamente ligada ao temor disseminado de um novo São Domingos. Temor que, como visto, andava encontrando muito fundamento. Com efeito, os riscos à ordem social ocasionados pelo aumento da população preta e parda já eram percebidos pela elite havia algum tempo. Era preocupação constante das autoridades do fim do século XVIII a grande escravaria urbana, que corria a cidade como negros de ganho, mas especialmente a crescente multidão de gente de cor liberta, que se entregaria à “libertinagem”, ao “ócio” e aos “vícios”. Esse seria um problema político (i.e., de governo), pois prejudicial às famílias, aos costumes e à riqueza da comunidade (LARA, 2007). Não só no Recife, mas em todos grandes núcleos urbanos, “os negros eram senhores das ruas”; um visitante desavisado que não reparasse na arquitetura à moda portuguesa, olhando os transeuntes, imaginar-se-ia em África (SILVA, 2011, p. 48-50). Segundo um viajante francês da metade dos Setecentos, o Rio de Janeiro era “um verdadeiro formigueiro de negros”, “trazendo o constante perigo de uma rebelião”. Conforme crescia essa massa excluída, o poder e as elites percebiam de forma mais viva o perigo da rebelião dos escravos e a dificuldade de governar os livres (LARA, 2007, p. 126, 156-164).

É esse fator que dá aderência ao argumento, como veremos mais à frente, e facilita o seu uso muito além dos anos de 1822-1824 e do contexto da Confederação do Equador. Antes, porém, trataremos dos projetos autonomistas ou federalistas dos grupos políticos de Gervásio e de Carvalho.

### 3.2 AS DOUTRINAS DE GERVÁSIO E CARVALHO

O autonomismo de “gervasistas” e “carvalhistas” será semelhante em perfil e destoante em propósitos. A Junta presidida por Gervásio Pires Ferreira era composta majoritariamente de ex-revolucionários de 1817, incluindo ele próprio, da primeira geração pernambucana de uma família de mercadores lusos. Seu objetivo político primário era assegurar a autonomia da província frente aos dois centros de poder que se afirmavam com o vintismo: as Cortes em Portugal e a Regência de d. Pedro I no Rio de Janeiro. Em proclamação de 22 de junho de 1822, Gervásio formularia sua concepção do Império luso-brasileiro, associando a união das províncias ao seu autogoverno, no qual cada província nomearia todos os empregos provinciais e bancaria suas despesas, concorrendo às do governo geral por meio de rateio. As relações entre cada um dos corpos políticos (os reinos de Portugal e Brasil e suas províncias) seriam regidas pela mais estreita reciprocidade. A compreensão da Junta era que a autonomia provincial seria mais facilmente assegurada num Reino Unido, em que os dois centros de poder teriam interesse em manter sua posição relativa frente aos governos provinciais. Por isso, o grupo de Gervásio almejava uma política neutra que progressivamente é vista, tanto pelo Rio como por Lisboa, como ambígua ou dissimulada.

Como os gervasistas perceberiam, os dois centros de poder tornar-se-iam opções mutuamente excludentes. As Cortes animavam-nos com posições como aquela espelhada no parecer de 18 de março de 1822 da Comissão para os Negócios do Brasil, que propunha a subordinação das forças armadas e das autoridades fazendárias aos governos locais e a possibilidade de reconhecer constitucionalmente às províncias a autogestão de seus orçamentos (ALEXANDRE, 1993). Ademais, o dito Soberano Congresso mostrava, a princípio, um liberalismo exacerbado, simbolizado pelas bases da constituição, que era bem-visto em Pernambuco. Por outro lado, aderir ao Rio teria a vantagem de garantir a liberdade de comércio, conquistada com a abertura dos portos em 1808, que os integracionistas, facção dominante nas Cortes, buscavam obliterar. Gervásio e seus partidários suspeitavam, todavia, do perfil do constitucionalismo do príncipe regente e seus conselheiros mais próximos; circulavam boatos de que o ministério José Bonifácio era “corcunda”. Além disso, o erário do Rio reiterava exigências de repasse de fundos. Com o acirramento da oposição entre os dois pretensos centros, a ambiguidade de Gervásio fica cada vez mais patente, favorecendo o surgimento de oposição doméstica (especialmente por parte dos irmãos Gama) que, aliada aos interesses do Rio, promoveu sua queda (MELLO, 2014, p. 69 e ss).

Já a Junta presidida por Manuel Pais de Carvalho, composta como mandava a lei de reforma dos governos provinciais de 20 de outubro de 1823, foi eleita como consequência direta

do levante do partido “federalista” contra o governo dos matutos durante um Grande Conselho promovido no dia 13 de dezembro de 1822. A queda dos matutos foi precipitada por dois eventos. O primeiro foi a prisão de Cipriano Barata, em meados de novembro, sob os auspícios do governo provincial, supostamente para que fosse mandado ao Rio a fim de tomar seu assento como deputado constituinte, coisa a que vinha se recusando.<sup>39</sup> Ademais, a notícia da dissolução da Assembleia Constituinte, que chegara a Pernambuco no navio que trazia de volta os deputados das províncias do Norte. A Junta de Carvalho, novamente composta por veteranos de 1817, teria uma base de apoio maior que a do gervasismo. Além dos autonomistas, atraía uma vaga de unitários desiludidos com a dissolução da Assembleia (MELLO, 2014, 163-164).

Seu homem forte era filho do casamento de um funcionário reinol com uma mulher da elite pernambucana. Após ter parte na revolução de 1817, refugiara-se nos Estados Unidos, de onde retornaria bastante influenciado. Ao ser taxado de republicano, contudo, afirmava que, embora considerasse aquele um sistema superior, era um liberal constitucional que entendia que o problema não estava na chefia, mas na natureza do regime. Este tinha de ser de perfil tão liberal quanto o do Soberano Congresso, restringindo o executivo e concedendo o autogoverno às províncias, de maneira a garantir a estabilidade e impedir que o país fosse dar numa “democracia pura” (MELLO, 2014, p. 165).

Os primeiros meses após a eleição de Carvalho verão um cabo de força entre os autonomistas e os partidários do morgado Francisco Pais Barreto, que fora nomeado presidente da província por d. Pedro I com base na lei de 20 de outubro de 1823. É verdade que a indicação do Ministério não tinha sido totalmente desconsiderada. O governo do Rio tentara escolher, assim como nas outras províncias, um presidente nativo, que tivesse trânsito na política local. Para os autonomistas, todavia, a situação era impensável ante os últimos acontecimentos envolvendo Pais Barreto, que era vogal dos matutos e tinha um dedo na prisão de Barata. O morgado teria perdido “opinião pública e força moral”. O Colégio de Eleitores da província reconfirmou, em janeiro de 1824, o nome de Carvalho como presidente e expediu pedidos de reconsideração ao imperador, suspendendo o cumprimento de sua decisão enquanto aguardava a reanálise. O fundamento era o velho uso de suspender a ordem régia enquanto se prestavam informações à Corte que potencialmente mudariam sua deliberação. O Colégio ainda decidiu, contra os partidários do Rio, negar-se a eleger deputados para a nova Assembleia que o Imperador prometera convocar quando dissolveu a Constituinte sob a alegação de perjúrio. O

---

<sup>39</sup> Mesmo detido, Barata relataria o acontecimento numa edição especial da *Sentinella (atacada, e preza na fortaleza do Brum por ordem da força armada reunida)*, de 19 de novembro de 1823. A articulação para sua prisão teria partido do Rio de Janeiro.



projeto de constituição feito pelo Conselho de Estado, que concedia pronunciados poderes ao imperador, causaria furor na província, e mais ainda a decisão de enviá-lo para apreciação das Câmaras municipais, em lugar da prometida Assembleia (MELLO, 2014, p. 166-171).

Em finais de janeiro, o morgado do Cabo decidiu tomar posse do cargo de presidente da província. Encontrou a resistência das Câmaras de Olinda e da Mata Norte. Nova reunião do Grande Conselho no mês seguinte afirmaria a eleição de Carvalho e a decisão de esperar a apreciação do imperador sobre os pedidos de reconsideração. Os morgadistas tentaram armar uma nova bernarda em março, espalhando boatos de que Carvalho iria proclamar a República. A Câmara de Olinda manifestaria a impossibilidade de implantar a “democracia” no meio de um povo que sequer se lembraria do nome de “República”, nome que, meramente invocado, amedrontaria com a evocação dos acontecimentos de 1817. O levante morgadista, que também tinha por objetivo fazer com que a Câmara do Recife jurasse o projeto de constituição oferecido pelo imperador, acabou por fracassar, levando Pais Barreto e alguns batalhões aliados a refugiarem-se em Alagoas, dispostos a fazer guerra aos carvalhistas (MELLO, 2014, 173-178).

No Rio, o ministério estava aturdido com o que considerava como um ato de rebelião por parte do governo de Pernambuco. Um panfleto de provável autoria de José da Silva Lisboa reproduz a provável interpretação áulica<sup>40</sup> — a reunião do Colégio Eleitoral de 8 de janeiro não tinha representatividade por estarem ausentes mais da metade dos eleitores, especialmente os sertanejos, que somente pregariam obediência àquele que era o filho de seu “rei velho”. O Imperador, não podendo mandar o almirante escocês Thomas Cochrane, que discutia naquele momento com o Conselho de Estado questão de sua remuneração pelos serviços prestados, enviou uma flotilha sob o comando do oficial britânico John Taylor. Estacionando em frente ao porto do Recife no final de março, Taylor tentaria negociar a posse de Pais Barreto, mas a posição dos autonomistas era irredutível; o morgado, afirmavam estes, trabalharia apenas pelo juramento do espúrio projeto de constituição. O Conselho Geral da província, “composto de todas as câmaras ou seus procuradores, do comandante das armas e oficialidade de 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> linha, de capitães para cima, clero, corpo literário, empregados públicos de todas as repartições, repúblicos e homens bons” decidiria no dia 7 de abril que o negócio estava afeto ao imperador por meio das petições que solicitavam a reconsideração de sua decisão.<sup>41</sup> Assim, Taylor procedeu ao porto do Recife e outros do litoral pernambucano. Com o bloqueio, somado ao

---

<sup>40</sup> *Historia curiosa do mau fim de Carvalho e Companhia a bordoada de pau-brasil*. A atribuição é de Oliveira Lima, *Diário de Pernambuco*, 9 de julho de 1917, durante a polêmica que manteve com Gonçalves Maia sobre a data de proclamação da Confederação do Equador.

<sup>41</sup> Manifesto de Manuel Carvalho Pais de Andrade às províncias do Norte do Império do Brasil, 1.<sup>o</sup> de maio de 1823. Reproduzido em Evaldo Cabral de Mello (2014, p. 241-250).

decreto do Imperador que ordenava o juramento do projeto de constituição na província, o carvalhismo iria começar a perder sua base moderada (os unitários desiludidos). Como resposta às petições da província, o Rio nomearia um novo presidente, José Carlos Mayrink da Silva Ferrão, antigo secretário da Junta de Gervásio, na tentativa de chegar a um meio termo com os autonomistas. Mayrink, contudo, sofreria pressão para não assumir. O conflito ainda veria um limitado bombardeio do porto do Recife e a retirada da flotilha, nos últimos dias de junho, para reforçar a Corte ante os temores da chegada de uma expedição portuguesa. Manuel de Carvalho proclamaria a confederação a 2 de julho, concitando as províncias a unirem-se frente ao despotismo do Rio (e de Portugal). Justificava-o sob a alegação de que o Imperador havia perjurado em dissolver a Assembleia e agora deixar as províncias à própria sorte para enfrentar um ataque português com o qual provavelmente estava alinhado. Afastada, aos olhos do Rio, a possibilidade uma expedição portuguesa, o imperador ordenaria a retomada do bloqueio. Chegando ao Rio notícias da virada confederativa do governo, ganharia o reforço de toda a esquadra imperial, sob o comando de Cochrane (MELLO, 2014, 178-222).

O desfecho de 1824 é muito semelhante ao de 1817. A chamada Mata Úmida coopera abertamente com o avanço, pelo sul, das tropas imperiais comandadas por Lima e Silva, a que se juntam os morgadistas e os portugueses que se haviam refugiado em Alagoas. Guerrilhas comandadas por autoridades locais favoráveis ao imperador passam a atuar na retaguarda das tropas carvalhistas, na fronteira com Alagoas e no centro da província. No desfecho dos combates no Recife, Carvalho subiu a bordo de uma fragata inglesa. Pensava, segundo ele, que se iria encontrar com Cochrane, com quem tentava negociar um acordo.<sup>42</sup> Dali já não pôde desembarcar, seguindo ao refúgio. Esmagada a confederação, o governo acabou adotando uma repressão mais moderada que a de 1817, o que, a longo prazo, favoreceria a integração da elite regional ao sistema do Rio. O próprio Manuel de Carvalho seria presidente da província 10 anos depois, indicado pela Regência (MELLO, 2014, 234-237).

A doutrina do carvalhismo, além dos periódicos de seus partidários — *O Argos Pernambucano*, de José da Natividade Saldanha;<sup>43</sup> o *Dezengano aos Brasileiros*, de João Soares Lisboa e o *Typhis Pernambucano*, de Frei Caneca — , seria desenvolvida numa série de

---

<sup>42</sup> Carvalho carteara-se com Cochrane tentando fazê-lo passar para o lado da Confederação (MELLO, 2014, p. 226).

<sup>43</sup> José da Natividade Saldanha estudara no Seminário de Olinda e, após, formara-se em direito em Coimbra. Retornando a Pernambuco em 1823, foi eleito secretário da Junta de Carvalho e teve papel destacado na Confederação. Ao tempo de sua supressão, consegue fugir para a Filadélfia e, após peregrinação pelos Estados Unidos e Europa, vai parar em Caracas, na Grã-Colômbia, onde teria morrido em 1832 (FONSECA, 2016, p. 258-259).

manifestos inaugurada em 27 de abril de 1824, logo após declarado o bloqueio. O primeiro será acirradamente crítico aos portugueses.<sup>44</sup> Rememorará suas “traições e embustes” desde o domínio holandês até 1821, passando pelos eventos 1817. Denunciará a falsidade de seus juramentos e concluirá com um binômio — ou “liberdade constitucional e honrosa” ou “escravidão ou morte vergonhosa e vil”.<sup>45</sup> Como usual nas manifestações nativistas do período, ressalvará os lusos comprometidos com a causa da liberdade, dignos de terem nascido “em New York ou Filadélfia”. Porém, divergindo da prática que era então corrente, omitirá a inclusão do nome do imperador nessa classe de defensores da liberdade, numa implícita afronta.

O segundo, datado de 1.º de maio, seria dirigido “aos habitantes das províncias do Norte”, com argumentação semelhante à dos escritos de Cipriano Barata e frei Caneca.<sup>46</sup> Anteciparia em tudo as publicações confederativas de julho, trazendo apenas outra conclusão. Conforme o manifesto, a dissolução da assembleia seria o primeiro passo da conspiração de uma “facção portuguesa” no Brasil que usaria o imperador (“que acaba de receber da nossa generosidade o trono mais elevado do mundo”) como testa de ferro, influenciando-o a quebrar suas promessas de sustentar a independência e liberdade e estabelecer um Império constitucional. Seria continuidade ao plano dos conspiradores a divulgação de uma Assembleia para trabalhar sobre um projeto oferecido pelo imperador, ideia logo substituída em favor do juramento do projeto pelas Câmaras.

Para Carvalho, a soberania da nação não poderia ser usurpada dessa maneira; só à nação competiria fazer o pacto social. O imperador, “criatura da nação”, deveria receber a constituição, não a oferecer, ainda mais uma constituição como aquela, moldada para conter um poder moderador que tinha o precípua fim de anular a representação dos brasileiros. O objetivo dessa facção, representada no “ministério e seus satélites”, seria destruir o sistema constitucional, plantar o absolutismo no Brasil e depois forçá-lo à sujeição a Portugal, tudo sob os auspícios da Santa Aliança.<sup>47</sup> Para concretizar seus planos em Pernambuco, “há muito infamado de desejos de um sistema republicano” e temido “pela firme constância [...] nos princípios constitucionais e a sua resolução de derramar até a última gota de sangue pela

---

<sup>44</sup> Reproduzido em Evaldo Cabral de Mello (2014, apêndice, p. 239-241).

<sup>45</sup> Escravidão, para a cultura política daquele momento, era a negação da liberdade, sendo associada ao governo despótico (NEVES, 2003, p. 131).

<sup>46</sup> Reproduzido em Evaldo Cabral de Mello (2014, apêndice, p. 241-250). Os habitantes a que o manifesto se dirigia eram os “paraibanos, fluminenses do Norte, cearenses, maranhotos e paraenses”.

<sup>47</sup> A Santa Aliança foi a coalização criada, na esteira do Congresso de Viena, por Áustria, Prússia e Rússia, com o fim de defender o princípio da legitimidade face à difusão do liberalismo entre os povos da Europa. V. Ghervas (2008). A Santa Aliança seria correntemente citada por autores liberais e exaltados como manipuladora dos movimentos da Corte brasileira, apoiando-se nas ligações matrimoniais entre os Bragança e Viena.

liberdade”, o Ministério decidira pela nomeação de Pais Barreto, destacado, por exemplo, pelo “atentado” contra Barata.

Conforme o manifesto, o que o Ministério parecia ignorar era que o Brasil teria proclamado sua independência e levado d. Pedro ao trono para que fosse o imperador sob a égide de um governo constitucional. Seus títulos de imperador e defensor perpétuo não lhe trariam atribuições outras que reunir a Assembleia, a qual então poderia marcar seus poderes. Sem “Cortes Constituintes”, todavia, dissolvia-se o pacto “pelo qual ele seria o nosso Imperador de fato e de direito”. Seria urgente, então, celebrar “Cortes soberanas” que constituíssem a nação e declarassem as atribuições que o Imperador exercitaria.

Ainda em junho, Carvalho lançaria um manifesto aos alagoanos, denunciando os “estratagemas do despotismo” para fazer o Brasil voltar ao “jugo dos portugueses”, representados naquela província pelos Mendonças, aliados do morgado.<sup>48</sup> Talvez para acatar aos sentimentos mais tradicionalistas e monárquicos da região, o manifesto é concluído, diversamente dos anteriores, com vivas à “Santa Religião Católica” e ao “Imperador Constitucional”.

Os manifestos que proclamam a Confederação, lançados a partir de 2 de julho, não desviam dessa linha argumentativa, mas apelam à necessidade de formar uma frente de províncias para resistir à alardeada invasão recolonizadora, acobertada pelo “despotismo” do Rio.<sup>49</sup> O manifesto dirigido “aos brasileiros” diria que a salvação da honra, da pátria, da liberdade e a defesa dos “imprescritíveis e inalienáveis direitos de soberania” instavam que, “com laços da mais fraterna e estrita união, nos prestemos recíprocos auxílios, para nossa comum defesa”. Seguia expondo que os brasileiros haviam adotado o sistema de governo monárquico representativo e começado sua “regeneração” solicitando uma “Soberana” Assembleia Constituinte e subscrevendo à “extemporânea Aclamação do Imperador” na persuasão de que era condizente a esses fins. Todavia, o Imperador, contrariando seus juramentos, dissolvera pela força aquele “respeitável Corpo”. A desgraça abatera-se sobre a cabeça dos brasileiros por haverem escolhido, “enganados ou preocupados”, aqueles “sistema de Governo” e “Chefe do Poder Executivo”, desgraça agora ultimada com o abandono das forças imperiais face à expedição dos “implacáveis inimigos Lusitanos”, provavelmente preparada com o acordo do Imperador.

---

<sup>48</sup> Reproduzido em Evaldo Cabral de Mello (2014, apêndice, p. 250-252).

<sup>49</sup> Reproduzidos no *Diário do Governo* de 30 de julho de 1824, n.º 26.

Brasileiros: salta aos olhos a negra perfídia; são patentes os reiterados perjúrios do Imperador; e está conhecida nossa ilusão ou engano, em adotarmos um sistema de Governo defeituoso em sua origem, e mais defeituoso em suas partes componentes. As Constituições, as Leis, e todas as instituições humanas, são feitas para os Povos, e não os Povos para elas. Eia pois, Brasileiros, tratemos de constituir-nos de um modo análogo às luzes do século em que vivemos: o sistema Americano deve ser idêntico; desprezemos instituições oligarcas, só cabidas na encanecida Europa.

Esse sistema seria estabelecido pelos habitantes da “Zona tórrida”, que deveriam ser seguidos pelos seus demais irmãos brasileiros. Fundariam um governo “debaixo do melhor de todos os sistemas — Representativo. —”. Escolheriam, pelo voto de seus representantes, um centro que daria “vitalidade, e movimento a todo o nosso grande Corpo Social”. Cada Estado teria seu respectivo centro que, junto aos outros, formaria um “anel de grande cadeia”, tornando-os “invencíveis”.

Ao atribuir à união o objetivo da “comum defesa”, os manifestos parecem fazer uma alusão à noção clássica de confederação como liga ofensiva ou defensiva. Montesquieu é a grande referência na “invencibilidade” que a união atingiria, repetida na proclamação aos habitantes das províncias do Norte do Brasil<sup>50</sup> e na proclamação aos habitantes da Bahia.<sup>51</sup> O *Espírito das Leis* concedia grande força à confederação de repúblicas, que congregaria as vantagens das pequenas repúblicas (seu bom governo interno) com as das grandes monarquias (a defesa externa efetiva). Ademais, para Montesquieu, a confederação era o tipo de governo que podia crescer, sem riscos, pela união de novos associados, e os manifestos de Carvalho eram um convite à união das outras províncias à sua Confederação do Equador (*De l'esprit des lois*, livro IX, cap. 1; 1831, p. 249-251).

É razoável, por outro lado, considerar o contato de Carvalho com a doutrina federalista estadunidense em sua passagem por aquele país, filiando-se à corrente do republicanismo clássico que também seria matriz para outros pensadores da confederação, como Natividade Saldanha. Assim, frente à possível agressão de um imperador que já se via despótico, querendo a “absoluta sujeição” ao Rio, o “Governo Supremo” da “federação comum” proposta por Carvalho daria força para que as províncias exercessem seu direito de autodefesa contra a

<sup>50</sup> “[...] um Governo Supremo, verdadeiramente Constitucional, que se encarregue de nossa mútua defesa, e salvação. Brasileiros! Unamo-nos, e seremos invencíveis”.

<sup>51</sup> “Uma robusta cadeia de união se vai formar das Províncias do Norte: vós sois um dos principais anéis; sem vós esta cadeia seria defeituosa. Um Governo Central deve ser o vínculo desta União? [*sic*] ele dirigirá os planos de nossa defesa comum: ele presidirá aos nossos destinos: ele nos dará os bens, que nos não podem vir das mãos avaras do negro, do ferrenho corcovado.”

tiraniam, numa provável referência ao *Federalist* n.º 28 (HAMILTON, MADISON, JAY, 2003, p. 128-131). Esse contato também estaria presente nas alusões a um governo representativo da parte de Carvalho, que já se havia manifestado contrariamente à “democracia pura”. A distinção entre essas duas formas de governo está presente nas doutrinas de Sieyès e Madison (neste último, especialmente no *Federalist* n.º 10). Na visão desses pensadores, o governo representativo era um tipo inteiramente distinto da democracia, ao não reservar qualquer participação ao povo em sua capacidade coletiva, o que o tornaria imune aos defeitos daquela (MANIN, 1997; HAMILTON, MADISON, JAY, 2003, p. 40 e ss.).

Parece indubitável, todavia, a adesão de Carvalho e seus partidários também ao vintismo. Os “sagrados, imprescritíveis, e inalienáveis direitos do homem, e do Cidadão” que deveriam ser reconhecidos pela constituição, embora pareçam referidos à declaração de 1789, são praticamente copiados da constituição portuguesa de 1822. O vocabulário e ideias do vintismo estavam sempre à mão — a “regeneração” por ser feita, as “Soberanas Cortes” representando a nação e manejando sua soberania, que não era divisível com o rei. Essa adesão também é aparentada, em termos práticos, no projeto de lei fundamental que seria apreciado pelo Grande Conselho da Confederação e destinado a reger seu governo provisório enquanto a constituição não era elaborada e ratificada. O legislativo, unicameral, era claramente superior frente aos outros poderes. Fixaria receita, despesa, e forças armadas, podendo alterar o sistema de governo provisório. A nomeação dos membros do executivo (um presidente, um vice e três secretários) era sujeita à aprovação do parlamento. Embora partilhasse da iniciativa legislativa, o executivo não teria veto absoluto. O judiciário era tratado de forma superficial. No mais, conforme o projeto, provavelmente redigido por João Soares Lisboa, cada província manteria seu governo, administração e funcionalismo, salvo as mudanças decretadas pelo congresso, e o catolicismo seria a única religião reconhecida (MELLO, 2014, p. 215 e ss.).

É preciso reconhecer que, em sua virada confederativa, Carvalho tomava uma boa dose de cautela para não apartar os moderados e a massa monarquista. Apesar de desenhada, a bandeira da confederação nunca seria desfraldada. As armas imperiais também seguiriam permanecendo nas publicações oficiais. As novas armas só seriam divulgadas, em tese, após a instalação do congresso confederal. As proclamações e documentos do governo não falam jamais em “república” e mesmo a menção à constituinte é rara. As críticas dos unitários dissidentes eram dirigidas à ideia de federação de Carvalho, e o Cônsul francês em Pernambuco diria que “só se fala de federação no Recife”. Mesmo os intelectuais do regime, José da Natividade Saldanha, João Soares Lisboa e Frei Caneca, abstinham-se de falar claramente em

regime republicano, deixando-o implícito (MELLO, 2014, p. 212-214). Ainda assim, no Recife circulavam panfletos dando vivas à “república do Brasil” e pregando a morte do “Tirano”<sup>52</sup> — refletindo uma baixa cultura mais popular e radical — e na Corte o republicanismo dos carvalhistas era vituperado (especialmente pelo Visconde de Cairu) desde o início de 1824.

Atendendo a essa cautela, é possível que as alusões dos manifestos ao “governo representativo” sejam apenas uma maneira de evitar o termo “república”, e que Carvalho não diferenciasse a república da democracia, assim como frei Caneca, consoante veremos mais à frente. De todo modo, o governo provisório que se tencionava instaurar com a lei fundamental não se igualava à visão de democracia pura de Sieyès e Madison; a capacidade do povo continuaria a ser exercida somente por seus representantes, o que esses dois denominavam de governo representativo, espécie distinta da democracia.

A noção de soberania provincial apresentada nas proclamações da Confederação do Equador é o que dá fundamento à tese de que a união das províncias em torno do Rio seria sorte de pacto “pré-constitucional” feito condicionalmente. Segundo os teóricos da Confederação, o descumprimento dessas condições por parte do imperador levaria as províncias do Norte a, como medida extrema, proclamarem o governo confederativo, sistema adequado à índole dos brasileiros. A monarquia constitucional, por outro lado, seria um sistema que se provava impróprio aos povos do Brasil, uma instituição “oligarca” que não cabia na América. Os brasileiros tinham de se constituir com base no “sistema Americano”, “análogo às luzes do século” e feito para os Povos do Brasil. O desenvolvimento dessa tese, antecipado nos escritos de Cipriano Barata, poderá ser visto na atuação jornalística de frei Caneca.

### 3.3 A CONFEDERAÇÃO DE FREI CANECA

Coube ao frei Joaquim do Amor Divino “Caneca” (apelido do pai, tanoeiro de profissão) o posto de principal ideólogo do carvalhismo na arena pública. De sangue português e origem popular, o frei, que se ordenou em 1801, era um típico pensador nativista. Fez todos os seus estudos em Pernambuco, valendo-se do seminário de Olinda e das bibliotecas das congregações. Só se afastou de sua terra em rápida passagem por Alagoas e quando encarcerado na Bahia por participação na revolução de 1817. Sua participação nessa revolta, todavia, não teve muita expressividade. Caneca só assumirá verdadeiro protagonismo na arena pública quando da

---

<sup>52</sup> V., por exemplo, *Briozos filhos de marte* e *Fiês brasileiros*, panfletos manuscritos.

eleição de Manoel Pais de Carvalho como presidente da Junta de governo, após a queda do governo dos matutos (MELLO, 2001; MOREL, 2000).

Ainda antes disso, durante o governo de Gervásio, do qual era partidário, frei Caneca publicaria uma *Dissertação sobre o que se deve entender por pátria do cidadão e deveres deste para com a mesma pátria*. Nesta, avançava a tese de que os lusitanos residentes em Pernambuco, ligados à terra por seus interesses ou por vínculos de parentesco, deviam ser também considerados “cidadãos da pátria”. A pátria, segundo frei, não era apenas onde o cidadão nasceu, mas também aquele lugar onde porventura se estabeleceu e fixou morada (CANECA, 2001, p. 98). O que a *Dissertação* pretendia era pôr panos quentes na rivalidade entre nativos e reinóis, que andava acirrada desde a deposição do governador Luís do Rego e prejudicava a estabilidade do governo de Gervásio. Objetivo em que, aliás, não teve muito êxito.

Caneca iniciaria um periodismo mais agressivo em 1823, durante o governo dos matutos. Encetaria polêmica com *A Arara Pernambucana*, de José Fernandes Gama (magistrado pernambucano favorável ao Ministério do Rio), em torno das acusações de republicanismo e democracia que eram comumente lançadas aos autonomistas pernambucanos. Asseverava Caneca que, se Pernambuco realmente quisesse República, nada o impedia de o fazer naquele momento, pois, em comparação a 1817, estaria em melhor posição frente às províncias do Sul. Todavia, como as circunstâncias eram outras, não havia porque voltar ao plano antigo, e Pernambuco ora seguia o Rio na esperança de ser feliz num Império constitucional.

Mas o juramento feito por Pernambuco em seguir o Rio seria condicional, como aquele que o Rio fizera em seguir as Cortes. Dessa forma, se o Rio tomasse o rumo despótico das Cortes, os pernambucanos, que não tinham “nascido para escravos”, sustentariam os interesses da província mesmo a força de armas. Se a constituição não fosse feita como devia ser, os filhos dos “Vieiras, dos Dias, dos Negreiros, dos Camarões”, os heróis da restauração pernambucana, cumpririam suas palavras. Esse seria o verdadeiro sentimento de toda a província, desconhecendo cor ou partido, até porque em Pernambuco só haveria o partido “da liberdade civil e da felicidade da pátria”, semeado pelo liberalismo de 1817. A província só detestaria o governo “arbitrário, iliberal, despótico e tirânico”, tivesse o nome que fosse, e só se pacificaria vendo que “as Cortes soberanas” não estabeleceriam duas câmaras; não dariam o veto absoluto, a iniciativa legislativa ou o comando da força armada ao Imperador; e assentariam a liberdade de imprensa, o júri e outras instituições que sustentassem “a liberdade do cidadão”, sua propriedade e a “felicidade da pátria”. De outro modo, assim como o Rio gritou para as Cortes,



os pernambucanos gritariam — “Do Rio, nada, nada; não queremos nada”, parafraseando d. Pedro I (CANECA, 2001, fl. 135 e ss.).

Se Caneca posteriormente dará indícios de sua preferência por uma “democracia” de inspiração estadunidense, nesse momento de discussão dos rumos do Império brasílico, é patente sua opção pela linha liberal majoritária nas Cortes lisboetas. Boa parte do conteúdo da “constituição como deve ser” estava em suas bases — o legislativo unicameral, a ausência de veto absoluto e a liberdade de imprensa. Também não faltava espaço para a defesa dos interesses de Pernambuco (com o recurso à narrativa mítica da reconquista da pátria), interesses a serem sustentados mesmo *manu militarii* se o Rio descumprisse o avençado, um Império constitucional, e resolvesse arvorar o “despotismo ministerial” sobre a província.

E o que seria esse “Império constitucional”? Caneca o tinha esclarecido em 8 de dezembro de 1822, no sermão que pronunciara por ocasião da aclamação do imperador na cidade do Recife, em que se reuniram a “Junta Provisória [dos matutos], Relação, Clero Nobreza e Povo”:

Colocado entre a monarquia e o governo democrático, reúne em si as vantagens de uma e de outra forma, e repulsa para longe os males de ambas. Agrilhoa o despotismo, e estanca os furores do povo indiscreto e volúvel. O Imperador, podendo fazer todo o bem aos seus súditos, jamais causará mal algum, porque a Constituição com sábias leis fundamentais e cautelas prudentes tira ao imperador o meio de afrouxar a brida às suas paixões e exercitar a arbitrariedade. É nesta hipótese que o homem vive em um completo gozo de todos os seus direitos naturais e sociais, exercita na sua maior plenidão o doce e inapreciável dom da liberdade, e, se acaso perde desta alguma porção, é porque a seu benefício outra igual porção perdem os seus concidadãos. É nesta forma de governo que o cidadão se lisongeia de encontrar, quer no Exército, quer nos tribunais, quer no ministério, só amigos, só irmãos, só iguais, sem nada ver acima de si que a lei e o merecimento por ela protegido. (CANECA, 2001, p. 117).

Seguindo sua inspiração no liberalismo vintista (e também, como ficará mais claro adiante, no republicanismo clássico), a liberdade que enxergava Caneca no Império constitucional era a liberdade de Montesquieu (*De l'esprit de lois*, livro XI, cap. 6; 1831, p. 293), limitada para o bem comum dos cidadãos, garantida pela restrição ao poder que adviria de um governo que reuniria as vantagens “da monarquia e do governo democrático”. Tratava-se, em suma, de um governo misto.

Já nas *Cartas de Pítia a Damão*, que enviaria para publicação no *Correio do Rio de Janeiro* de João Soares Lisboa, frei Caneca criticaria as “manobras despóticas” que observava

no Ministério do Rio de Janeiro. Seus alvos eram o Apostolado, sociedade secreta criada pelos Andradas para fazer frente ao Grande Oriente maçônico de Joaquim Gonçalves Ledo, e a criação da Ordem do Cruzeiro.<sup>53</sup> Para o frei, o Apostolado, como diria a *Sentinella* de Barata, não era mais que um clube de corrompidos propagadores da monarquia absoluta, e agora se introduzia em Pernambuco, onde aparecia circulando uma representação pela ida à Assembleia dos deputados baianos que estavam na província. Nada mais que uma intriga dirigida contra Cipriano Barata, “manejada com astúcia por mão fluminense” (CANECA, 2001, p. 193-194, 278, 281). Em verdade, Ordem do Cruzeiro e Apostolado, ambos não passariam de engodos para recrutarem pessoas que se dispunham a servir ao despotismo ministerial em troca de “fitinhas e pedacinhos de metal”.<sup>54</sup>

O tema do “despotismo ministerial” tinha história na cultura política luso-brasileira. Desde antes do vintismo, os ministros e conselheiros do rei já recebiam a culpa pelos desmandos do governo. O soberano, com efeito, desejaria a felicidade de seus vassalos, mas estaria cercado de homens vis que o enganavam para praticarem arbitrariedades em prol de seus interesses. Essa atitude complacente para com um monarca bem-intencionado, embora manipulado por ministros despóticos, foi um traço do antigo regime que encontrou sobrevida no regime constitucional (NEVES, 2003, p. 123-124). Ao longo de sua atividade jornalística, Caneca criticaria por diversas vezes o despotismo ministerial, poupando o jovem imperador, que demonstraria “boas intenções”.

Mencionaria como exemplo a devassa aberta a mando de José Bonifácio contra os liberais maçônicos no Rio, que já teria prendido trezentas pessoas, e as que mandou abrir em Pernambuco e no Maranhão contra “republicanos, carbonários etc.”, que seriam “todos os homens que não pensam como o ministério”. A devassa em questão, apelidada de “Bonifácia”, fora aberta em 2 de novembro mirando Ledo e seu grupo. Acusava Ledo, Januário da Cunha Barbosa, João Soares Lisboa, entre outros, de conjuração e demagogia (LUSTOSA, 2000, p. 258).

Mas, diria o frei, o cúmulo dos ministros teria sido introduzir, contra as intenções “puras e sinceras” de d. Pedro, três proposições “detestáveis” na Fala do Trono que abriu a sessão da

---

<sup>53</sup> A criação da Ordem do Cruzeiro por decreto do Imperador, em 1.º de dezembro de 1822, já havia sido objeto de um panfleto, de provável autoria de Cipriano Barata, que a classificava de instituição aristocrática. O panfleto é referido por Caneca. V. *Análise do Decreto de 1.º de dezembro de 1822 sobre a criação da nova Ordem do Cruzeiro com algumas notas* (BARATA, 2008, p. 139-157). Sobre o Apostolado da Nobre Ordem dos Cavaleiros de Santa Cruz, v. Alexandre Barata (2006).

<sup>54</sup> O tema das “fitinhas”, isto é, as supostas honrarias utilizadas pelo Ministério para seduzir partidários para sua causa, já vinha sendo abordado por Barata e será retomado por Caneca no *Typhis* n.º 1, de 25 de dezembro de 1823, contra os membros do governo dos matutos.

Assembleia constituinte. A primeira seria a alusão de que o Imperador teria parte no poder legislativo. Para Caneca, isso seria afirmar a divisibilidade do poder soberano. Pelo contrário, o poder soberano seria indivisível e estaria na nação e, por sua comissão ou delegação, nas “Cortes soberanas”; o Imperador não poderia se arrogar parte desse poder. Assim como parte dos deputados, Caneca também se escandalizou com o pedido do imperador, feito durante a fala do trono na constituinte, por uma constituição que fosse digna do Brasil e de sua pessoa. O Brasil assentara d. Pedro em seu trono sob a condição de que estivesse sob a constituição que se lhe daria. Ora, o Imperador não era mais que o chefe da nação e não poderia ter outra dignidade que não fosse a dela. Porém, a proposição que mais lhe chocou foi a requisição de uma constituição que merecesse sua “imperial aprovação”. Essa proposição mostraria mais claramente as intenções “do ministro” (José Bonifácio), pois, por ela, a constituição poderia ser rejeitada em favor de uma feita à conveniência do Ministério, tornando os brasileiros “escravos” políticos. O que a proposição faria parecer, na visão de Caneca, é que, se o Imperador não aceitasse, os brasileiros não teriam constituição (CANECA, 2001, p. 204 e ss.).

Outro objeto de censura era a ideia de uma monarquia constitucional conforme o “espírito político da Europa” que oferecia o frei Francisco Sampaio, ex-redator do *Regulador Brasileiro*, que Caneca classificava de “anticonstitucional, revolucionário e anárquico”.<sup>55</sup> O Brasil não seria a Europa, não teria nenhuma circunstância análoga à Europa. Os brasileiros se haveriam formado historicamente de espíritos independentes (indígenas e degredados), insubordinados e de liberdade extrema, que detestariam a escravidão, combateriam o despotismo e arriscariam tudo pela liberdade (argumentos que provavelmente retira dos escritos do abade Raynal). As circunstâncias brasileiras seriam completamente distintas daquelas julgadas necessárias por Montesquieu, Blackstone e outros publicistas que Sampaio utilizava para justificar o veto absoluto. O veto, a iniciativa legislativa do executivo, o bicameralismo e o controle das forças armadas pelo imperador seriam todo o necessário para constituir o Brasil “pelo almanaque da Turquia”, isto é, criar um governo absoluto. Relembra que o deputado

---

<sup>55</sup> Frei Francisco Sampaio (ou S. Paio) era um personagem da Corte com envolvimento direto nos eventos da independência. Inicialmente um maçom próximo do grupo de Gonçalves Ledo e defensor do mote da soberania popular, passaria a desfrutar de proximidade com José Bonifácio e ingressaria no Apostolado (LUSTOSA, 2000, p. 245 e ss.; BARATA, 2006, p. 223 e ss.). Iniciaria a publicação do *Regulador Brasilico-Luso* (depois *Brasileiro*) em finais de julho de 1822, junto a um oficial da Secretaria de Negócios Estrangeiros. Segundo Nelson Werneck Sodré (1966, p. 75-76), a circulação do periódico era custeada pelo Ministério, que dava sua linha editorial. As posições “aristocráticas” do jornal redundaram em admoestação de Sampaio por seus companheiros de maçonaria. Encerrando a publicação do *Regulador* em março de 1823 (no 34.º número), o frei passaria a dirigir o *Diário do Governo*. O n.º 132 (17/06/1823) deste traria uma carta de Sampaio, dirigida ao deputado Carneiro a Cunha, que despertaria as críticas de Caneca analisadas aqui.

Antônio Carlos de Andrada, “que tem querido dar as cartas nesse Congresso”, quando consultado, na Bahia,<sup>56</sup> sobre a forma de governo que conviria ao Brasil, teria respondido que, ao contrário da velha e monárquica Europa, conviria ao Brasil um “*governo federal*” mais ou menos como o dos Estados Unidos América, tendo-se em conta que o Brasil seria uma nação nova, sem propriamente classes, sem nobreza, de pouco clero, desprovido de riquezas e luzes. Mas principalmente porque o Brasil não seria realmente uma nação, “mas quase tantas quantas as províncias, distintas em caráter peculiar, e sempre inimigas e rivais” (CANECA, 2001, p. 210-219, 228).

Seria na sétima carta, “Sobre a doutrina anticonstitucional e perigosa do *Conciliador Nacional*, n.º 34”,<sup>57</sup> que Caneca pronunciaria sua simpatia pelo tipo de governo que Antônio Carlos referira. Admitia inicialmente que o redator do *Conciliador* estava, pelo que dava a perceber nos números anteriores do periódico, “ao fato dos princípios gerais, os mais próprios das atuais circunstâncias do Brasil”, ao defender, por exemplo, que “os reis não são pais dos povos, antes os povos são pais dos reis”; que os povos teriam o direito de dissolver a forma de governo; que a obediência ao Congresso deveria ser razoável e que, caso se lhe demandasse contra alguma medida contrária ao interesse dos povos e não se encontrasse atendimento, desfeito estaria o pacto e os povos reassumiriam seus direitos; que as Cortes seriam superiores ao imperador, a quem o Brasil teria dado o trono por generosidade; e que no governo constitucional quem governava era a lei.

Todavia, a leitura atenta daria a conhecer a volubilidade das posições do redator. Em seu n.º 34, expondo que as puras democracias e aristocracias seriam indesejáveis, o *Conciliador* advogaria por uma constituição que reunisse “os três governos conhecidos”, aristocracia, democracia e monarquia.<sup>58</sup> Segundo Caneca, à primeira vista, o prospecto seria agradável, mas o redator teria dado uma ideia falsa de democracia, “que diz querem estabelecer pessoas de um *temperamento irritável*” (CANECA, 2001, p. 247-251). Ao contrário do que afirmaria o redator, haveria classes nas democracias. Todos seriam iguais perante a lei; mas o sábio, o proprietário e o virtuoso receberiam mais estima e acatamento das autoridades e dos povos. O que as democracias exigiriam, na verdade, seria o espírito de república “de Laor e Kashmir”,

<sup>56</sup> Frei Caneca provavelmente refere-se a episódio passado quando ele e Antônio Carlos dividiam os cárceres na Bahia por participação na revolução de 1817.

<sup>57</sup> O *Conciliador Nacional* foi um periódico redigido pelo padre Miguel do Sacramento Lopes Gama, posteriormente conhecido como “padre carapuceiro” por seu periódico mais famoso, *O Carapuceiro* (MELLO, 1996).

<sup>58</sup> Lopes Gama parece referir-se à doutrina do governo misto, como em São Tomás de Aquino, que dizia ser o melhor governo um misto de monarquia, aristocracia e democracia (*Summa*, Primae secundae, q. CV, art. I; AQUINATIS, 1856, p. 497-498).

em que cidadãos e chefes reconhecem que “a lei pune, protege e comanda igualmente os cidadãos e os chefes”. Esse exemplo (trazido pelo próprio redator do *Conciliador*) mostraria que democracia tão pura não era impraticável, além da falsidade da definição que propusera. Seria inteiramente falso, ademais, que nas democracias se nivelasse a virtude com o vício, pois o princípio da democracia seria a virtude, e parte dela a justiça distributiva. A igualdade entre vícios e virtudes, “e ainda a preferência do vício sobre a virtude”, seria própria, na verdade, das aristocracias e monarquias, “quer temperadas, quer absolutas”. E por isso o próprio redator do *Conciliador* já teria afirmado, em seu n.º 3, que lhe parecia bem “*que o Brasil se constituísse em repúblicas federais, à maneira dos Estados Unidos da América Setentrional*” (CANECA, 2001, p. 247-253).

Caneca tomava a república federal, portanto, como uma espécie de democracia. Sua compreensão de que o princípio da democracia era a virtude, à maneira de Montesquieu (*De l'esprit de lois*, livro III, cap. 3; 1831, p. 60), será utilizada para asseverar de maneira (pouco) disfarçada que a tendência dos brasileiros seria para a democracia ou a república, como já referiu Renato Lopes Leite (2000). O frei não escondia na carta em questão que mesmo monarquias “temperadas” (talvez até seu “Império constitucional”) teriam o defeito de preferir os vícios às virtudes.

Ainda mereceria crítica, como um último ponto, o paralelo feito pelo *Conciliador* entre um rei ou monarca constitucional e o presidente dos Estados Unidos da América. A comparação, acreditava Caneca, só podia ter a intenção de arrazoar a pretensão que o imperador ficasse dirigindo a força armada, “contra a torrente de todos os pensadores e escritores liberais que, para evitarem o despotismo e segurança à liberdade nacional, são de acordo que as Cortes soberanas [...] não lhe devem conceder aquela atribuição”. Ora, a semelhança seria imprópria. Enquanto o imperador era hereditário, o presidente seria eleito pelo “acanhado termo de três anos”; enquanto o Brasil era uma monarquia, os Estados Unidos seriam “uma *federação* de muitas repúblicas, independentes umas das outras” (CANECA, 2001, p. 256). Para o frei, só os interessados no absolutismo não perceberiam o peso dessas diferenças. O presidente dos Estados Unidos veria seu poder limitado pela brevidade da duração de sua “magistratura”, e o seu comando dos exércitos encontraria barreira “na forma federativa”. Isso porque, na “confederação”, mesmo que o presidente “escravizasse” uma ou mais repúblicas, teria de enfrentar todas as outras, unidas contra a agressão. “Eis a natureza da confederação, que, além de outros, se pode ver em Montesquieu; natureza em tudo diversa da monarquia”. Pois enquanto nas monarquias a honra daria braços aos monarcas para que sustentassem o despotismo e a

tirania, nos “os estados confederados”, a virtude provocaria a resistências à opressão (CANECA, 2001, p. 256-257).

Assim, para Caneca, novamente seguindo Montesquieu, a confederação seria em regra uma confederação de repúblicas, tendo por princípio a virtude. A “independência” reputada como aplicável às repúblicas “confederadas” estadunidenses, bem como a afirmação implícita de que, nas confederações, cada fração teria controle sobre seu próprio exército, parece apontar para uma compreensão do governo dos Estados Unidos sob o modelo dos Artigos de Confederação (ratificados em 1781), em que o poder central era diminuído em face do poder dos estados.<sup>59</sup>

Será sua atuação político-jornalística no *Typhis Pernambucano* que notabilizará frei Caneca.<sup>60</sup> O periódico, publicado a partir da eleição da Junta provisória presidida por Manuel de Carvalho, assumiria o propósito, em seus quatro primeiros meses, de desvendar o plano promovido pela facção portuguesa contra a independência brasileira. O primeiro passo desse “negócio tratado e combinado pelo chumbismo” fora a dissolução da Assembleia (CANECA, 2001, p. 329). Os preparativos no Rio para rebater a expedição portuguesa sob o comando de “Beresford, de Silveira e de Luís do Rego”, por sua vez, seriam manobra da facção unitária a fim de evitar a fermentação de povo e tropa e dar proteção o desembarque dos portugueses. A nova reunião com Portugal, quando concluída a conspiração recolonizadora, não seria a federativa, em que “cada uma das nações federadas tenha sua Constituição particular”, mas aquela com escravidão política (ausência de liberdade do cidadão) e sistema absoluto, eis que o sistema constitucional já havia sido suplantado em Portugal (CANECA, 2001, p. 334-337).

Portanto, ainda que a confederação fosse em regra de repúblicas, Caneca concedia a possibilidade de uma federação monárquica, como aquela conjecturável entre Brasil e Portugal que fora aventada pela bancada paulista nas Cortes portuguesas. Uma das características de sua compreensão do sistema federal, pode-se inferir, seria a existência de uma constituição própria para cada uma das nações.

Outro ponto atacado pelo *Typhis* era o projeto de constituição que o imperador prometera quando da dissolução da Assembleia. Inicialmente, reputava que a nova Assembleia convocada para trabalhar sobre aquele projeto não seria representativa da soberania brasileira, mas um mero conselho ou Cortes como as de Lamego, “um ajuntamento de suplicantes”. Isso

---

<sup>59</sup> Cf. observou Lemos Brito (1937).

<sup>60</sup> Vamireh Chacon (1984, p. 25) observa que o título apresenta um estranho erro gramatical. Se Caneca tinha em mente o primeiro piloto do mitológico navio Argos, deveria ter grafado *Tiphys*.

porque estaria na “essência da representação nacional a escolha das matérias que devem formar o objeto do pacto social”, pelo que os brasileiros não estariam obrigados ao juramento de um projeto que serviria como constituição sem a sua devida representação em Cortes soberanas. O fato de o poder executivo oferecer a constituição, aliás, faria concentrar em suas mãos também o poder legislativo, maculando aquela liberdade “definida por Montesquieu” e levando ao despotismo. Uma vez que a soberania existiria na nação, o fato de o imperador tentar dar a lei implicaria numa forma de governo monárquica absoluta, em que o cidadão não poderia contar com sua segurança, seus bens ou sua honra. O frei não poupava vaticínios — sem Cortes constituintes e com o absolutismo de Portugal, as províncias se desmembrariam e o Império se veria aniquilado, virando presa de aventureiros. As opções seriam claras: “ou Império constitucional, ou nada” (CANECA, 2001, p. 334-339, 345-346, 393-394).

Entretanto, Caneca ainda se mostrava devoto dos bons sentimentos do Imperador. O pensamento de justiça e o desejo de “independência externa e liberdade política” faria os pernambucanos e seus vizinhos darem-se as mãos “na firme esperança de que há de raiar o dia em que o nosso augusto imperador, rompendo a venda que o cega, dará acesso à luz da verdade, que lhe encobrem a mais insolente adulação e o desenfreado egoísmo dos áulicos”. Estariam todos com as armas nas mãos para defenderem a si e ao imperador contra “os inimigos externos”. Criticando um comandante “sebastianista” que hasteou o pavilhão português na ilha de Fernando de Noronha, diz que não esperava que, após o Brasil “ter proclamado sua independência, tendo à sua frente o senhor d. Pedro I”, houvesse alguém que preferisse a obediência a um rei que tinha causado tantos males, em vez de um “imperador que se havia sacrificado por nós e dava a esperar toda sorte de bens, toda grandeza, e levar-nos ao templo da glória” (CANECA, 2001, p. 360, 373).

Sua perspectiva dá indícios de mudança a partir do bloqueio do porto do Recife levado a efeito no início de abril pelo comandante Taylor, sob as ordens do Imperador. Como visto, o motivo era a recusa do governo provincial, dominado pelos carvalhistas, em dar posse a Francisco Pais Barreto, o morgado do Cabo, indicado a presidente de província pelo Ministério. A Junta argumentava que sua posse levaria a província à anarquia, tendo em vista seu nulo conceito perante a opinião pública em virtude de seus últimos atos como presidente do governo dos matutos (como a participação na prisão de Cipriano Barata). Para Caneca, a proclamação de bloqueio do porto não era menos “que uma inesperada e inconcebível declaração de guerra, que faz o pai aos mais dignos filhos; o imperante aos súditos; o defensor perpétuo aos protegidos”. A obediência constitucional teria seus limites. O morgado teria sido indicado para

colocar portugueses na oficialidade das forças locais e dar um golpe na independência da província e de todo o Norte do Império. Seria inconcebível que as petições do Colégio Eleitoral pela anulação do decreto que nomeava Pais Barreto não tivessem chegado às mãos de d. Pedro, coisa que só podia ser obra de despóticos ministros. O imperador, dirigido pelos princípios da justiça e da razão, deveria atender as reclamações dos pernambucanos (CANECA, 2001, p. 415-420).

O tom do *Typhis* subiria a partir de maio de 1824. Criticaria o projeto de constituição que se queria fazer jurar e aludia à situação da República da Colômbia, na qual a legislação adequada frutificava e dava a perspectiva de que um dia ombreasse com os Estados Unidos. Apesar de dizer que os pernambucanos não sairiam do sistema constitucional para adotar “democracias que já haviam abandonado” imprimiria em seguida, com uma pitada de desfaçatez, o projeto de lei orgânica da república de 1817 (CANECA, 2001, p. 439-445). Com efeito, depois da dissolução da constituinte, estaria aparecendo por toda a parte “o espírito republicano, que, sendo da índole dos brasileiros, se acomodaria se acaso vissem estabelecer-se o governo constitucional”. Segundo o frei, dando-se um golpe de vista pelas províncias — Rio, São Paulo, Paraíba — seria possível concluir que “a tendência do Brasil é para o governo democrático; a qual seria sopitada, se em câmbio se lhe desse o regime constitucional representativo”. Se o Ministério teimasse em forçar o juramento do projeto de constituição, arriscava o imperador a perder o Império, pois as províncias estariam determinadas “a não arrastarem vergonhosos grilhões [...] muito principalmente quando se vê que s.m., no juramento que prestou, não fez menção da independência do Brasil” (CANECA, 2001, p. 443).

Frei Caneca finalmente explanaria com todas as letras, nos primeiros números de junho, sua tese sobre a soberania das províncias e a resolubilidade do pacto celebrado entre elas. O Ministério afiançava que a maioria das províncias e Câmaras haveriam jurado o projeto de constituição. Agora, por meio de um decreto datado de 11 março, instava as restantes a o fazerem. Ora, argumentaria o frei — a maioria dos votos numa sociedade só obrigaria aos seus componentes quando a sociedade estivesse formada e estabelecida. O Brasil estava independente, mas não constituído. “Ainda não formamos sociedade imperial, senão no nome”. O juramento de algumas províncias, ainda que fossem a maior parte, não poderia obrigar as outras, pois o Brasil estaria independente e soberano em cada uma de suas províncias. Uma não poderia obrigar outra a seguir seus passos.

Quando aqueles sujeitos do *sítio do Ipiranga*, no seu exaltado entusiasmo, aclamaram a s.m.i., e foram imitados pelos aferventados fluminenses, Bahia podia constituir-se



*república*; Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio grande, Ceará e Piauí, *federação*; Sergipe d'El-Rei, *reino*; Maranhão e Pará, *monarquia constitucional*; Rio Grande do Sul, *estado despótico*. (CANECA, 2001, p. 464)

A aclamação de d. Pedro no Rio não o teria feito imperador mais que ali. Quando as outras províncias a seguiram, foi para avançar que se uniam para formar um Império constitucional, e que Pedro seria o imperador. Assim que essas duas seriam as condições da união das províncias com o Rio de Janeiro — que se instituisse um Império constitucional e que d. Pedro fosse o imperador. Não cumprida qualquer dessas condições, estaria desfeita a união “e cada província libérrima para, pelo seu poder *soberano* no seu território, proclamar e estatuir aquela forma de governo que bem quiser”. Como d. Pedro havia dissolvido a Assembleia, estava desfeito aquele laço de união que só se plasmaria com a constituição, ainda mais quando o Ministério queria que se jurasse um projeto “no qual se não vê mais do que um sistema opressor da liberdade dos povos” (CANECA, 2001, p. 462-465).

Na primeira semana após proclamada a confederação, Caneca reproduziria em seu periódico a proclamação do imperador por ocasião da retirada do bloqueio do porto, o que seria parte dos preparativos tomados em razão dos boatos da expedição portuguesa. No documento, o imperador lamentaria as “imensas despesas” feitas para libertar os pernambucanos “da demagogia revolucionária e anárquica”, que tentaria manobrá-los difundindo a calúnia de que “uma facção vendida a Portugal dirigia as operações desse Império”. Expenderia o frei que, pelo contrário, a fermentação para a mudança da forma de governo seria culpa do governo do imperador, que agora tentava taxá-la com nomes “feios e medonhos” como “demagogias, demagogos, anarquias, anárquicos”. O Brasil teria “todas as proporções para formar um *estado federativo*”, entre os quais as habilidades de seus habitantes para a prática de “virtudes republicanas”, e se afastara esses impulsos para a “pura democracia”, fora pela esperança de serem felizes num Império constitucional, esperança que agora ficava para trás (CANECA, 2001, p. 499-507).

### 3.4 A CATEGORIA DE FEDERALISMO CARVALHISTA

A análise das publicações dos pensadores do carvalhismo demonstram que eles não se apartavam muito do conteúdo dos manifestos da Confederação (provavelmente redigidos por Natividade Saldanha, como secretário do governo, sob a supervisão de Carvalho). Incluíam, todavia, argumentos mais ousados e de maior inspiração na matriz do republicanismo clássico, combinado, é certo, com o liberalismo vintista.

O *Dezengano aos Brasileiros* de João Soares Lisboa, publicado em quatro números entre 19 de junho e 3 de julho de 1824, dá-se a pretensão de "desenganar" os brasileiros quanto ao sistema de governo adotado, desmascarando o que chama de plano despótico do imperador, e demonstrar a necessidade de substituí-lo. Nesse ínterim, insinua a favor da república federal. A tarefa que se dá Lisboa é abordada majoritariamente por meio de relatos da perseguição que sofreu na Corte por parte do ministério Bonifácio e das manobras "maquiavélicas do imperador". Aqui e ali, todavia, introduz elogios ao sistema republicano (reproduzindo, por exemplo, citação de Milton). Em seu último número, avança que os brasileiros, como habitantes do "novo mundo", não poderiam consentir com a usurpação da soberania nacional pelo imperador, e exorta os brasileiros a imitarem a morada da razão ao Norte do Equador (os Estados Unidos), cujo sistema, "segundo a ordem da Natureza", brevemente dominaria o resto do mundo.

Já Natividade Saldanha, em seu *Argos Pernambucano* (publicado em seis números entre 31 de maio e 11 de agosto de 1824), dá-se a missão de examinar o projeto de constituição oferecido pelo imperador é "tal qual deve ser" e se conviria adotá-lo. No curso de sua análise, retoma temas tratados por Caneca — o poder moderador, o Senado, o veto suspensivo por três legislaturas, o pouco poder concedido aos conselhos provinciais, o direito do Imperador de fazer a paz e a guerra etc. Inclui, porém, numerosas referências e citações a pensadores como Mably (citado em sua epígrafe), Raynal, Locke e o pré-revolucionário Thomas Paine. Afirma a igualdade entre os homens dada pela natureza implica na soberania dos povos, conforme reconhecido na constituição portuguesa, e na consequente necessidade de um pacto social que constitua o governo. Isso determinaria a necessidade de que o imperante recebesse a constituição, e não o contrário, eis que imperante não seria mais que procurador dos direitos e interesses dos povos. Parafraseando Caneca, dizia que, por não estar constituído, o Brasil estava "em circunstâncias de adotar a forma de Governo, que mais nos convier". Faz uso do tópico do imperador iludido pelos conselheiros, que haveriam redigido aquele despótico projeto, e critica "a praga dos nobres e dos fidalgos". Seu maior alvo, porém, era a figura do "celebérrimo poder moderador", "pedra de escândalo" do projeto, ao permitir travestir um rei absoluto em imperador constitucional. O projeto, conclui, "só seria adequado se todos os brasileiros fossem servis, mas os brasileiros já preferem a morte à escravidão".

Em suma, o federalismo dos carvalhistas, mesclando elementos do liberalismo luso e republicanismo clássico, era ancorado numa noção de soberania provincial que precederia o pacto pré-constitucional em torno do Rio. O pacto teria sido resilido com a dissolução da

Assembleia, fornecendo a justificativa para que Manoel de Carvalho proclamasse, no dia 2 de julho de 1824, a Confederação do Equador. A confederação seria um pacto celebrado entre províncias soberanas e independentes; cada província celebraria uma constituição própria, além da confederal; tratando-se de confederação, os governos provinciais e confederal seriam repúblicas, guiadas pelo princípio da virtude, para o qual estariam inclinados os brasileiros. Embora houvesse a possibilidade de uma federação monárquica, tanto ela, quanto a monarquia constitucional unitária seriam indesejáveis ao Brasil. O governo mais adequado seria a confederação de repúblicas, ao ater-se tanto a natureza dos brasileiros — inclinados à virtude e historicamente infensos ao despotismo — quanto à natureza do Brasil — sua posição na América. Esse seria um modelo oposto às instituições europeias, oligárquicas e aristocráticas. Na média, os carvalhistas igualavam república a democracia, como um governo em que prima a lei, e não viam diferença entre “federação” e “confederação”.

Ao lado da ideia de confederação como o governo mais adequado ao Brasil pela “natureza das coisas”, também parece ser de caráter pré-moderno a justificativa da soberania provincial. Quando a referência era Pernambuco, essa soberania encontraria ligação com o momento mítico da libertação face aos holandeses, mas também poderia ser dita como provinda de característica comum do Império luso, e assim compartilhada com as outras províncias. As outras bases do federalismo carvalhista são de caráter (mais ou menos) moderno, o liberalismo do Soberano Congresso e o republicanismo de matriz estadunidense. A soberania era da nação; no Brasil, entretanto, essa nação estava dividida em tantas nações quanto eram as províncias.

A filiação ao liberalismo vintista é bastante marcada. Tanto que, num primeiro momento, Caneca e Barata (carvalhista precoce) defendiam a monarquia constitucional, desde que observasse esses dois alicerces. Todavia, a vilafrancada em Portugal (contrarrevolução dos partidários do antigo regime), o andamento dos trabalhos na Assembleia e, por fim, sua dissolução, desiludem-nos do sistema “europeu” e levam-nos a abraçar a confederação republicana. Esse já era o provável plano de Manuel de Carvalho quando de sua eleição. O caráter republicano da confederação seria, entretanto, pouco explicitado no discurso oficial, conforme visto, atendendo a seu mau conceito frente a ampla parcela da população. Essa visão negativa de federação e República era alimentada por um argumento amplamente utilizado na propaganda contra os carvalhistas, como veremos a seguir.

### 3.5 CONTRAPROPAGANDA À CONFEDERAÇÃO

O embate ideológico com os autonomistas de Pernambuco inicia-se, na Corte e na província, muito antes de proclamada a confederação. Na citada proclamação do imperador, vislumbram-se dois termos de amplo uso contra “os federalistas de Pernambuco” — “demagogos e anárquicos”. A *Arara Pernambucana* de José Fernandes Gama classificava, em 1823, os autonomistas pernambucanos de “republicanos” e “democratas”, o que Frei Caneca, como visto, esforçou-se para combater naquele momento. José da Silva Lisboa, futuro visconde de Cairu, publicaria na Corte, em várias partes, o *Appello á Honra Brasileira contra os Federalistas de Pernambuco*, denunciando o caráter republicano do governo de Carvalho. Anúncio do *Diário do Rio de Janeiro* de 31 de julho de 1824 já divulgava a publicação de sua primeira parte, ainda antes, portanto, de proclamada a confederação.

Em maio de 1825 (um mês depois do encerramento da devassa aberta contra os confederados), o *Diario Fluminense* publicaria a carta de "Um Antiliberal", defendendo a monarquia como o regime natural ao Brasil e criticando os que defendiam revoluções. Para o remetente, enquanto se vivia tranquilamente e com segurança no Rio sob o que os revolucionários chamavam “a vara férrea do despotismo”, enquanto “eles, com seus Governos Federativos, e outras asnáticas imitações dos seus caros amigos, e mestres, os Portenhos, estavam-se degolando todos os dias mutuamente” (*Diário Fluminense*, 04/05/1825). A verdadeira liberdade, traduzida em segurança pessoal, não seria garantida em governos democráticos.

Para o imperador, os confederados eram como aqueles revolucionários que haviam agitado a França no final do século anterior e ainda naquele momento agitavam os novos Estados da América hispânica por sua sede de poder.

Eia pois, amigos meus, acabemos não só em Pernambuco, mas em todo o Brasil, e se possível for no Mundo inteiro com os Demagogos, e Revolucionários, que inculcando-se ao Povo Filantropos jamais amam a humanidade, jamais desejam ver feliz uma Nação se quer, e só sim empolgar riquezas, e autoridade sem que nada mais lhe importe. A França, e os Estados do Sul da América já viram, e ainda vão vendo os benefícios provenientes de tais amigos do Povo; o Brasil, por desgraça nossa, agora começa a sentir seus males. (*Diario Fluminense*, 27/07/1824).

“Republicanos e democratas”, “demagogos e anárquicos”; termos que se relacionavam numa linha argumentativa que seria largamente utilizada contra os partidários de um sistema de governo que pendesse mais para a soberania popular (ou contra os que se opusessem à visão do ministério). “Demagogo”, no vocabulário político da época, é aquele que “inculca comoções

populares para a instalação de governos democráticos” (NEVES, 2003, p. 189). Os demagogos incitam paixões nos povos para levá-los a proclamarem a democracia — a (con)federação, a república. Mas o que quereriam eles com isso? Instaurar a “anarquia”, o contrário da “ordem”, que nasceria, segundo a concepção dos monárquicos constitucionais de visão mais aristocrática, como consequência nefasta do despotismo do povo (NEVES, 2003, p. 187). Num momento em que a elite política via-se a cada passo sob o risco de um levante racial como o do Haiti, o argumento apresentava-se em cores vivas. Os demagogos, após ludibriarem o povo (incluindo os negros e pardos), erradicariam a ordem. Aproveitando-se do estado anárquico, levariam a cabo seu plano — tomar o poder e estabelecer a tirania. Essa corrente argumentativa será repetida continuamente contra os defensores de reformas reputadas como federalistas ou de cunho “democrático”, desde 1823.

Um ótimo exemplo do uso do argumento é um panfleto publicado em Pernambuco em no primeiro semestre de 1825,<sup>61</sup> de autoria atribuída a Miguel do Sacramento Lopes Gama, o “padre carapuceiro”, primo dos irmãos Gama.<sup>62</sup> O *Dialogo entre hum carcunda hum constitucional, e hum federativo do Equador*, escrito do ponto de vista dos monárquico-constitucionais, reproduz de forma caricata argumentos dos federalistas e dos “carcundas”, partidários do governo não-constitucional ou absolutista.

Os três personagens encetam o diálogo num botequim. O primeiro é um “carcunda” septuagenário que sonha com o retorno da “ditosa época” em que “se não falava em direitos do homem, nem em Constituição, nem em outros desaforos desta natureza”. Anela a reunião do Brasil com Portugal e o retorno ao governo antigo, “despótico”, sem constituição, e encimado por d. João VI, cuja ascendência dera Deus no campo de Ourique. Rechaça os “reformadores” e “regeneradores”, rapazes sem juízo, que, ao tempo das revoluções, ouvia gritar “= fora o Ministro fulano = fora a Relação = e fora tudo = quando via os grupos de palhaços, esganarelos, e arlequins pelas casas de bebidas, tomando ponches, e governando os Estados”.

Em seu extremo oposto, um “federativo do Equador”, jovem rapaz, pintado pelos interlocutores como jacobino, *sans-culotte*, para o qual todas as revoluções e reformas são boas. Prega a necessidade de revolução e morte do clero e da aristocracia para liberar o povo dos “ferros do despotismo”. Expressa-se em frases curtas e chega a gaguejar quando instado a

<sup>61</sup> O panfleto encontra-se anunciado no *Diario do Rio de Janeiro* de 12 de julho de 1825, pelo que provavelmente foi publicado no primeiro semestre.

<sup>62</sup> Pessoa (1975) diz que a paternidade foi dada a Lopes Gama por João Alcides Bezerra Cavalcanti em publicação do Arquivo Nacional de 1925. Em sua opinião, seria necessária pesquisa mais ampla. Evaldo Cabral de Mello (2014), contudo, concorda com a atribuição, e Sílvia Fonseca (2016) vê no panfleto linguagem e argumentação compatíveis com as do padre carapuceiro.

definir o que fosse “liberal”. “Seja lá o que for; eu nunca hei de ser escravo: estou à testa dos negócios, e hei de salvar a Pátria; por que não há coisa como a = Confrontação do Equador =”. Critica d. Pedro por ter dissolvido a “onipotente assembleia”, com o que teria rompido o pacto social, e por ter dado uma constituição à nação, quando em verdade esta lhe a devia dar. O que realmente conviria era o que havia proclamado “o anjo tutelar das Províncias do Norte. Ó que felicidade! A Pátria ficava salva dos corcundas; os liberais seriam os únicos ricos, e poderosos, e seriam quebrados para sempre os ferros do cativeiro”. Tudo se haveria perdido “por que os nossos patrícios não têm união, são uns safados, uns vis escravos, que vendem a liberdade da sua Pátria a troco de fitinhas, e de postos.” Em verdade, segundo os outros personagens, teria sido seduzido por “ideias vagas” e não saberia muito bem o que dizia.

Tomando o centro do diálogo, um “constitucional”, implicitamente de meia-idade, que critica os extremos, pois que “nas coisas humanas todos [...] são viciosos” — a anarquia, a demagogia, o oportunismo, mas também o despotismo e a tirania, inclusive a do povo. Em tom professoral, o constitucional esforça-se por esclarecer as conclusões apressadas ou os prejuízos arraigados dum e doutro comensal. “Eis aqui donde nascem todas as perturbações do nosso Brasil. Um, que só fala em liberalismo, não entende o que é liberal; o outro decide cegamente, que é o mesmo, que ladrão.” Liberal, em verdade, significaria o “que dá com largueza”, sem prodigalidade ou mesquinhez. A liberdade não pode ser absoluta; deve ser aquela conforme aos usos, aos costumes, à educação e ao estado de civilização de um povo. O governo dos Estados Unidos, por exemplo, fosse introduzido no Brasil produziria uma guerra civil e a sujeição a alguma potência. Seria certo que, se a maior parte das vezes as reformas são perigosas, haveria ocasiões em que se fariam necessárias, ante à imperfeição das obras dos homens, de modo que não haveria “Povo civilizado” que, com o decurso do tempo, não tivesse passado por alterações, “assim em seus hábitos como por consequências em sua Legislação”.

Constituição, por sua vez, seria o sistema de leis pelas quais uma determinada nação se governa, de forma que todos os povos civilizados teriam sua constituição. “Portugal a tinha, e menos má: verdade é que a mão destruidora do tempo, abusos de poder, que se foram introduzindo, o estado diverso dos negócios políticos, e das luzes, e a mesma descoberta da América haviam alterado aquele Código, que em verdade precisava, e precisa de algumas reformas.” Todavia, homens ambiciosos teriam feito uma revolução “com a qual em vez de procurar reformar, e reparar o edifício social, foram às do cabo, isto é: trataram de demolir tudo, como dizem os Franceses = de fond encomble =”. Em vez de conservar os princípios monárquicos, “princípios arraigados nos corações dos Portugueses há tantos séculos, e que

fazem o alicerce do seu Governo”, tentaram reduzir o rei a um simples cidadão, substituindo a monarquia pela “mais escandalosa democracia. Grassou a peste tão bem pelo Brasil, e eis a origem de todos os nossos males.”

Agora, com a nova revolução, todos estavam querendo ser políticos — um sapateiro largaria o seu ofício por dias para questionar, para decidir “se o Imperante deve ter, ou não ter o = veto =”, e “assim de todas as mais classes da sociedade”. Por seu lado, o imperador teria tido “poderosíssimas” razões para dissolver a Assembleia, fazendo alusão àqueles deputados (os Andradas) que, enquanto estavam no ministério, eram aduladores; quando apeados, aliaram-se aos republicanos para tramar a aniquilação do Império e seu retalhamento em “democracias”.

Oferecera então o imperante uma constituição liberal aos povos, que, como indicava o nome, era aquela que dava “ao Povo o que convém o Povo para a sua segurança, e felicidade, ao Monarca o que lhe é devido para as promover, e impor obediência, e respeito às leis: ao nobre o que lhe compete, ao rico, marcando-lhe os limites de suas regalias, aos pobres, e pequenos, protegendo-os das violências destes, e daqueles”. Por isso, e ao contrário do que dizia o federativo, o imperador haveria cumprido então “Sua Imperial Palavra”. A maioria da nação quis o projeto de constituição “livremente” oferecido por d. Pedro, e o imperador a jurou. O imperador só haveria decretado fosse jurada por “duas Províncias, que faltavam, e não podiam seguir o exemplo de todas as mais; por que uma facção anárquico-democrática lhes atava as mãos [*sic*]”. Aqueles que gritaram contra o projeto de constituição liberal oferecido por d. Pedro aos povos, “ou eram democratas maníacos, que nem podem ouvir o nome de Rei; ou rapazolas ignorantes, que abraçavam cegamente o que os primeiros lhe diziam; por que lisonjeava as suas paixões”. Assim como as tropas haviam aclamado o primeiro rei de Portugal no campo de Ourique, no Brasil não só as tropas, “mas todas as Câmaras, Empregados Públicos; foram enfim o Clero, a Nobreza, e o Povo” a aclamarem d. Pedro Imperador Constitucional. “Por tanto assim para os seguidores da Legitimidade, como para os que derivam a Soberania do unânime consenso da Nação é Ele Nosso muito Legítimo Imperador.”

Os personagens não deixam de debater a Confederação do Equador. Discutem se Carvalho fugiu ou foi obrigado a ir à Inglaterra. O federativo, em tom ingênuo, diz que ele foi obrigado por um jangadeiro que o conduzia a um forte a embarcar numa fragata inglesa. O constitucional lastima sua credulidade e lastima também a situação de Carvalho, o qual diz ter tido a cabeça virada por um “Presidente” intruso, “formado em ler na cadeia da Bahia”.<sup>63</sup>

---

<sup>63</sup> Possível referência a Venceslau Miguel Soares “Carneviva”, que aprendera a escrever ensinado pelos companheiros de 1817, quando todos cumpriam pena na Bahia. Carneviva depois seria comandante do corpo de artilharia em Pernambuco e carvalhista radical (MELLO *apud* BERNARDES, 2006, p. 190). A ideia de que

Esclarece que a confederação era de quase impossível execução por ter uma forma contrária às circunstâncias do Brasil, de numerosa escravatura e castas, costumes e hábitos arraigados. Ademais, os povos nada de bom veriam nas mudanças. A confederação punha os homens mais miseráveis e sevandijas “mandando soberanamente”, sapateiros e alfaiates comandando batalhões, e encarcerava compatriotas sob a acusação de inimigos da causa, enquanto do outro lado estava um príncipe de linhagem, baluarte da independência, e por isso, naturalmente, propenderam ao segundo. Assim que foram muito distintas as revoluções de 1817 e de 1824. Enquanto os de 1817 nunca roubaram os cofres para “comprar partido”, nunca se valeram da canalha ou lhes puseram armas na mão, os de 1824 davam mais consideração a um “peralvilho” ousado do que “ao mais sério, e virtuoso pai de famílias”.

À asserção do federativo de que os cariocas teriam ido tomar conta da terra, o constitucional rebate que isso seria outro preconceito causador de desgraças. Que se não fossem os cariocas, “iriam muitos outros — paulistas, mineiros, baianos — para obrigarem estes irmãos desvairados a entrarem em seus deveres”. Se cada uma das províncias resolvesse atender a bairrismos, quisesse viver sobre si e declarar guerra às outras, o Império estaria aniquilado e o Brasil seria retalhado pelas potências marítimas. Por isso teriam ido os fluminenses “para sustentarem a integridade da Grande Família Brasileira”.

O diálogo encerra-se com a notícia do reconhecimento da independência do Brasil por Inglaterra e Portugal. O constitucional, então, pergunta ao “corcunda” se era questão de pai com filho, como diziam os matutos, e, ao federalista, se Pedro estava comungado com João para recolonizar o Brasil, como divulgavam os confederados. As desavenças ficam para trás, todos unem-se e dão vivas à independência e à integridade do Império, a Pedro e à constituição por ele oferecida, jurada e abraçada pelos povos, e que haveria de fazer a sua prosperidade.

O encerramento do panfleto alude à questão do reconhecimento internacional do Império, que seria possibilitado por um tratado entre Portugal e Brasil mediado pelos britânicos. A Confederação do Equador havia atrapalhado não só as tratativas quanto o desembolso de um empréstimo negociado junto a Londres. Com a progressão dos manifestos de Carvalho, o conflito teria passado a representar, na visão das potências europeias, a falta de consenso nacional em torno do governo do Rio. Eis um dos motivos da urgência no envio da esquadra em julho (MELLO, 2014, p. 222-223).

---

Manuel de Carvalho ter-se-ia deixado levar pelos republicanos, especialmente João Soares Lisboa, era comum também entre os carvalhistas moderados.



Pela boca do federalista, o panfleto reproduz vários argumentos autênticos dos carvalhistas — a soberania da assembleia, a dissolução do pacto com o Rio, a cooptação em troca de títulos e postos (as “fitinhas”) — para depois os retrucar. Chama atenção que o personagem do constitucional, assim como os carvalhistas, embora noutro sentido, apele à índole e aos costumes arraigados nos brasileiros para defender a monarquia constitucional.

Outra circunstância a impedir uma confederação seriam as castas e a numerosa escravatura presentes no Brasil. Era o indício do medo de um São Domingos que governos “democráticos” poderiam ocasionar. No mais, para contrapor os carvalhistas, o panfleto segue a mesma linha argumentativa já exposta. Na ótica de seus opositores, os federalistas seriam herdeiros de uma facção anárquico-democrática já presente nas Cortes de Lisboa, que arruinaram ao contrariar a índole monarquista dos portugueses e querer implantar uma “escandalosa democracia”, fazendo do rei um mero cidadão. Esses “democratas maníacos” utilizavam-se de demagogia para ludibriar “rapazolas ignorantes” para sua causa. O próprio personagem do federalista seria um destes. Os “oportunistas” tinham por objetivo conquistar a riqueza e o poder, e para isso não lhes vexaria retalhar o Império em democracias em que os pais de família sofreriam às custas de sevandijas e miseráveis.

A publicação do panfleto sugere ainda haver, mesmo após frustrada a confederação, alguma presença de ideias federalistas (bem como de ideias “corcundas”) a serem combatidas pelos monárquico-constitucionais em Pernambuco. Após 1825, se é possível fiar-se da ausência de fontes impressas, a categoria de federalismo parece ausentar-se do espaço público. Retornaria em grande estilo no final da década, quando, a partir da imprensa, tomaria os debates políticos Império.

## **4 O FEDERALISMO NA CRISE DO 1.º REINADO E NOS ANOS INICIAIS DA REGÊNCIA**

A reabertura da Assembleia, em 1826, favorece a contestação pública da política do imperador e seu círculo, iniciada por um grupo que viria a ser conhecido como os liberais moderados. Essa ação contestatória espalha-se da Câmara para o “teatro da imprensa” e ganha força a partir do final de 1830. O fator principal para acentuar a crise política é uma campanha de reforma da constituição, iniciada pelos chamados liberais exaltados, que tem como fim principal a adoção do federalismo. A partir daí, a categoria estaria presente na cena política do Império por vários anos, aparentemente até o final da Regência. A campanha federalista dos exaltados é uma das peças centrais na crise que solapa o governo de d. Pedro I. Na corte, o federalismo estaria na boca do povo desde os conflitos de rua ocorridos nos dias 13 a 15 de março de 1831 (a “Noite das Garrafadas”), passando pelos eventos do dia 7 de abril, que culminaram com a abdicação do imperador, e os distúrbios e manifestações exaltadas durante os primeiros anos da Regência. Junto a outras reformas, seria o principal ponto de debate entre as facções políticas regenciais — liberais moderados, liberais exaltados e caramurus — até a passagem do ato adicional (1834), que parece precipitar uma nova configuração dos grupos políticos. Cada grupo apresenta uma compreensão particular do federalismo. Enquanto os exaltados pugnavam pela adoção de um ideal de federalismo que daria franca autonomia às províncias e vinculava-se ao republicanismo, os moderados, advogando por uma solução de compromisso, propunham um federalismo concebido como um princípio que deveria ser expandido na medida adequada, e os caramurus o entendiam terminantemente incompatível com a monarquia.

### **4.1 OCASO DO 1.º REINADO E CAMPANHA FEDERALISTA**

A reinstalação da Assembleia em 1826 revigora os debates entre os modelos divergentes de nação que se apresentavam à elite política e reabre o conflito entre parte dela e o imperador. A visão esposada por d. Pedro, que se tem como autoridade máxima no plano nacional, não facilita seu relacionamento com a Câmara dos Deputados. Apesar do destaque concedido ao imperador pela constituição, representado no poder moderador, “chave de toda a organização Política” (art. 98), a Assembleia também guardava poder considerável, tendo, entre outras, as atribuições de fixar o orçamento anual e as forças de mar e terra e examinar se a constituição estava sendo observada (arts. 15, IX, X, XI, e 173). A inviolabilidade constitucional de seus

membros torna-a fórum privilegiado para opiniões dissonantes. Um balanço entre os poderes do imperador e da Assembleia indicaria posições mais ou menos equânimes, implicando na necessidade de negociação e cooperação entre ambos. Todavia, se o histórico de d. Pedro com a constituinte era um bom indicativo, esses objetivos seriam dificilmente atingidos. Agravava-o a personalidade explosiva do imperador e a relação de extrema proximidade que tinha com seus servidores mais próximos, notoriamente com Francisco Gomes da Silva, o Chalaça, fazendo-os gozarem de grande influência na condução dos negócios públicos<sup>64</sup> (BARMAN, 1988, p. 132-135).

Câmara e Senado encaravam de forma distinta o imperante e seu círculo. Cercado por luso-brasileiros (v. 2.3), o imperador, que já havia nobilitado muitos deles em 1825, indica-os ao Senado, privando-se, todavia, de força na Câmara dos Deputados. A maioria da Câmara seria formada pelos antigos nativistas (v. 2.3) e uma nova parcela da elite política — os graduados em Coimbra após 1816. Repudiando, em sua maioria, o passado do Império luso-brasileiro, esses novos “coimbrões” haviam passado maus anos na universidade, perseguidos pelos colegas portugueses que os identificavam com a diminuição da importância do reino. Por isso, teriam desenvolvido um sentido comum de pertencimento à nação brasileira. No parlamento, logo se aliariam aos nativistas para contestar a política do governo, que viam como “absolutista” (BARMAN, 1988, p. 136-138).

A possibilidade de contestação da política oficial, muito reduzida desde a supressão da constituinte e a vitória sobre a Confederação do Equador, conduz a um ressurgimento da imprensa e uma reconfiguração dos grupos políticos na corte e nas províncias. A partir de 1826, apareceriam, em número crescente, folhas contrárias e favoráveis ao governo, discutindo os negócios públicos e os assuntos em pauta no parlamento (SODRÉ, 1966, p. 113 e ss., 133 e ss.). Na corte, o surgimento de periódicos como a *Astréa* (1826-1832), editada entre Antônio José do Amaral e José Joaquim Vieira Souto, e a *Aurora Fluminense* (1827-1835), editada por Evaristo da Veiga, coincide com o surgimento dos “liberais moderados”, representados no parlamento pela aliança entre nativistas e coimbrões. O grupo reunia figuras provenientes sobretudo de Rio, Minas Gerais e São Paulo, com vinculação aos comerciantes e produtores do interior de Minas, ligados ao abastecimento da Corte, e indivíduos oriundos da pequena burguesia e do setor militar, que não encontravam tanto lugar no governo quanto almejavam.

---

<sup>64</sup> Atesta a influência do Chalaça o fato de ter trabalhado, junto ao imperador, para adaptar a constituição do Império do Brasil como a carta constitucional oferecida por d. Pedro a Portugal em abril de 1826. V. projeto de constituição com adições e emendas do Chalaça reproduzido em Afonso Arinos (2003). Para uma sugestão das raízes do caráter de Pedro e o início de sua relação com o Chalaça, v. Eugénio Santos (2015, p. 58-85 e 103 e ss.).

Os moderados seriam seguidores dos postulados clássicos liberais, guiando-se pelas doutrinas de Locke, Montesquieu, Guizot e Constant. Vislumbravam conter os poderes do executivo, ampliar o poder da Câmara, na qual tinham maioria, e garantir a observância dos direitos individuais previstos na constituição, instaurando-se um tipo de liberdade moderna (liberdade “moderada”, liberdade “bem-entendida”) que não ameaçaria a ordem monárquica (BASILE, 2004, caps. 1 e 2). A partir da metade de 1828, os moderados consolidam continuamente sua posição em relação ao governo de d. Pedro, que é continuamente questionado por seu papel crescente na política de Portugal. Desde a morte de d. João, d. Pedro vira-se compelido a assegurar o trono do reino para sua filha sob um governo constitucional, em oposição aos esforços de seu irmão d. Miguel. O governo também se vê envolto em grave crise financeira, e os deputados protelam continuamente a aprovação de um orçamento (BARMAN, 1988, p. 142-154).

Coincidindo com o acirramento da crise política, a oposição ao governo seria reforçada pelos liberais exaltados, a partir de 1829. Este grupo é de perfil mais heterogêneo, sendo integrado por profissionais liberais, funcionários públicos, militares e eclesiásticos das camadas médias urbanas, e praticamente não encontravam espaço na elite política imperial.<sup>65</sup> Os exaltados, por seu lado, expressavam um liberalismo de estilo jacobino, matizado por uma visão laudatória do governo americano, e inspiravam-se em Rousseau, Montesquieu e Paine, mirando conjugar o liberalismo clássico com ideais democráticos (BASILE, 2004, caps. 5 e 6). Um terceiro grupo, o alvo dos liberais moderados e exaltados, era o dos chamados “áulicos”, os partidários do governo, com ampla representação nas instâncias de poder (mormente no Conselho de Estado e no Senado) e ligados a folhas como *o Diario Fluminense*, *o Brasileiro Imparcial*, *o Patriota*, na Corte; *o Farol Paulistano*, em São Paulo; *o Telegrapho*, em Minas Gerais, e *o Cruzeiro*, em Pernambuco. Professavam uma vertente aristocrática do liberalismo, inspirada em Burke, e contavam em suas fileiras personagens de renome, como o Visconde de Cairu.

No quadrimestre final de 1830, a temperatura da corte subiria com a notícia das jornadas de julho na França. Os *Trois Glorieuses*,<sup>66</sup> que tiraram do trono Carlos X, visto com absolutista, para dá-lo a Luís Filipe, o “rei-cidadão”, repercutiram e foram laudados na imprensa oposicionista, especialmente na exaltada. Outra notícia relevante no conflito entre os liberais e

---

<sup>65</sup> Entendida, conforme Carvalho (2014), como o conjunto de indivíduos que ocupavam os altos cargos da burocracia e eram responsáveis pelas decisões da política nacional: os membros da Assembleia, os ministros e os conselheiros de estado.

<sup>66</sup> Sobre a revolução de julho, Pamela Pilbeam (1991).

o governo foi o assassinato de Líbero Badaró, redator do periódico exaltado *Observador Constitucional*, em 20 de novembro, em São Paulo. A imprensa exaltada em peso atribuía o crime ao ouvidor Cândido Japiaçu, considerado um dos homens fortes do “gabinete secreto”, o suposto ministério paralelo formado pelo círculo próximo ao imperador (*Nova Luz Brasileira*, n.º 100, 07/12/1830). Foi por esse período que os periódicos *o Republico*, redigido por Antônio Borges da Fonseca, e *a Nova Luz Brasileira*, editada pelo boticário Ezequiel Corrêa Martins, iniciaram uma campanha pela reforma da constituição, em sentido federativo, que logo repercutiria nas províncias e viraria motivo de polêmica com as folhas moderadas e áulicas.

Em meio à ascensão da campanha federalista dos exaltados, o ano de 1831 iniciava-se em meio a incertezas. As tropas e o povo miúdo começavam a agitar-se com o debate político, ligando-o a causas recorrentes, como o antilusitanismo e a luta dos escravos por sua liberdade aos conflitos políticos circunstâncias entre exaltados, moderados e áulicos.<sup>67</sup> Diferentemente dos liberais moderados, os exaltados fomentavam o apoio popular por suas causas (recebendo a recorrente crítica de “demagogos”), e vinham conquistando o apoio dos soldados e oficiais de baixa patente (PANDOLFI, 2016, p. 42). Lojas, boticas, livrarias e quartéis conspiravam. Num espaço público marcado por imenso analfabetismo e uma forte cultura oral, os boatos alastravam-se como faíscas num rastilho de pólvora.

Desde o final do ano de 1830, o imperador e seu cortejo preparavam uma viagem a Minas Gerais. A imprensa áulica divulgou-a como uma simples viagem do imperante a uma das maiores províncias do Império. Os liberais, porém, não demoraram a interpretá-la como uma excursão para angariar “força moral” na batalha política em curso, talvez tentando repetir o êxito que obtivera em 1822, quando o imperante obtivera apoio dos poderes locais mineiros em seu conflito com as Cortes. Não demorou a aparecer, nas folhas exaltadas, o boato de que o “gabinete secreto” prepararia um golpe de estado. Com efeito, com o agravamento da crise política, o imperador parecia considerar essa opção. Escrevendo aos seus mais próximos conselheiros no início de 1829, ponderava que, se medidas não fossem tomadas, em dois anos o Império degeneraria não numa república, mas em anarquia (*apud* BARMAN, 1988, p. 154).

No dia de sua chegada em Ouro Preto, em 22 de fevereiro, o imperador lançaria uma proclamação que repercutiria em toda a imprensa liberal. Na proclamação, d. Pedro falava em um “partido desorganizador” que aproveitava-se das “circunstâncias puramente peculiares da França” para atacar sua “Sagrada, e Inviolável” pessoa, levando a efeito um plano revolucionário motivado por ambição. Conclamava os brasileiros a defenderem a constituição

---

<sup>67</sup> Sobre a ligação entre os conflitos antilusitanos no 1.º Reinado e a luta dos escravos, v. Gladys Ribeiro (2002).

jurada frente ao ataque das “perniciosas doutrinas” de federação (reproduzida em *Diário Fluminense*, v. 17, n.º 55, 10/03/1831). Os liberais mineiros atacaram os dizeres do imperante, tomando-os como uma declaração de apoio às folhas áulicas que tachavam os exaltados de “desorganizadores” (*O Brasileiro Imparcial*, n.ºs 95, 23/11/1830, 97, 20/11/1830). Passariam a ressaltar fatos que comprovariam a impopularidade do imperador, o que não haviam feito até então e, como reação, a propagandear o uso do tope nacional. Na interpretação da folha moderada *Astro de Minas*, a palavra “federação” tomava o lugar de “republicano” para atacar alguém impopular ou odiado. A proclamação, talvez em contrário ao que pretendia, acabaria por fomentar ainda mais o debate sobre o federalismo e o clima de boataria, com liberais temendo ser presos e deportados e pasquins que diziam que os liberais pretendiam escravizar os pardos (PANDOLFI, 2016, p. 45-40).

Na corte, a proclamação, publicada no dia 10 de março, soava, para os liberais, como um alarme que confirmaria os boatos de “golpe de estado”. A moderada *Aurora* (n.º 460, 11/03/1831) diria que as circunstâncias observadas na França não eram peculiares, e que no Brasil se observaria a mesma suspeita e descontentamento frente ao governo. Ademais, apesar de considerar a adoção da federação uma medida imprudente, não se tratava de medida ilegal, pois a constituição própria permitia sua reforma. *O Republico* (n.º 46, 12/03/1831), atribuindo-a a conselheiros iníquos, classificou a proclamação de “irrisória”, por sua “extravagância”; ilegal, por não haver lei que autorizasse o imperador a proclamar sem estar referendado por ministros; inconstitucional, porque ofenderia aos arts. 174 e 178 da constituição e incitaria os “povos” a se revoltarem contra ela, caso se fizesse a reforma; e “impolítica”, pois seria, naquelas circunstâncias, um “chamado de alerta”. A “anárquica” proclamação, principalmente nas províncias do Norte, seria olhada como o início do golpe de estado que preparariam os traidores.

Entre os dias 11 e 16 de março de 1831, o clima de acirramento político entre os liberais (exaltados e moderados) e os partidários do imperador se cruzaria com o antilusitanismo e os conflitos raciais na série de conflitos de rua resumida como a “Noite das Garrafadas”. Na verdade, plurívocas como foram as manifestações, não há como isolar um determinado elemento dos outros; cada um dos personagens envolvidos nas garrafadas têm suas ações marcadas por mais de um deles.

Correspondendo à espessura política do evento, os relatos das Garrafadas são bastante conflitantes. Um ponto de vista oficial é oferecido por Antônio Augusto Monteiro de Barros, desembargador da Casa de Suplicação e ajudante do intendente geral da Polícia da Corte, apoiado nos registros do comandante da Divisão Militar da Polícia, coronel José de Frias e

Vasconcelos.<sup>68</sup> O estopim para os conflitos foram os festejos para comemorar o retorno do imperador à Corte, organizados com o apoio do corpo de comércio, de extração majoritariamente peninsular. Ainda na noite do dia 11, com a notícia da chegada de d. Pedro ao Palácio de São Cristóvão, muitas pessoas teriam começado a fazer fogueiras da rua dos Ourives até à Direita, região habitada por gente de origem portuguesa.<sup>69</sup> Entraram em suas casas quando repreendidas por um tenente, mas das janelas teriam continuado a lançar “fogos”. Um coronel de ordenanças teria tido suas vidraças quebradas. No dia 12, os moradores da rua da Quitanda pediram licença à Câmara para organizar festividades com música num coreto, o que lhes foi deferido. No dia seguinte, enquanto a festa, com “iluminações, fogueiras, e fogos artificiais”, tinha lugar nas ruas da Quitanda, Direita, e perpendiculares, ali teria irrompido “um bando formado no Rossio [praça da Constituição, atual praça Tiradentes]” de gente heterogênea, “de diferentes condições, idades, e cores (do sexo masculino)” que começou a dar vivas, “uns em sentido do Regime estabelecido, e outros em sentido contrário, propendendo para o de República”. Logo se formou outro grupo, “de gente empregada no Comércio, que davam vivas à nossa forma de Governo”, e a situação degradingolou para um embate entre os dois “partidos”. Voavam de um lado a outro fundos de garrafa “e outros objetos contundentes”, e os brigões atacavam-se com todo tipo de armas. Acudindo às 21 horas à rua da Quitanda, onde haveria grande tumulto, Monteiro de Barros foi informado de que o grupo teria ido à “[igreja de] Lampadosa para tocar a rebate [i.e., tocar o sino da igreja anunciando um perigo iminente]”. Mais tarde, retornando à rua da Quitanda, teria encontrado grande quantidade de “Povo, composto de brancos, pardos e pretos”. A multidão, “dando muitos vivas a Sua Magestade o Imperador, e à Constituição tal qual foi jurada, e morram os Federalistas e Republicanos”, recusava-se a ir para suas casas; “queriam ir para o Rocio acabar com eles”, pois os teriam insultado “dando vivas à Federação, e à República” quando festejavam o retorno do Imperador. Monteiro de Barros quase não os pôde conter, mas os acompanhara descendo a rua do Ouvidor e, recebendo reforços, intimou-os a voltarem “da parte de Sua Magestade o Imperador”, ao que obedeceram. Chegando ao Rossio, achou um grupo que dava vivas “à Sua Majestade o Imperador Constitucional, à Assembleia Legislativa, aos Deputados Liberais” e queixava-se que os “portugueses” haveriam derramado o sangue “brasileiro”, que tinha de ser vingado.

---

<sup>68</sup> O relato e as partes do comandante foram transcritos no *Traslado do Processo a que deu motivo os tumultos das Garrafadas do dia 13, 14, e 15 de Março de 1831* e no *Diario Fluminense*, n.º 64, 22/03/1831.

<sup>69</sup> A chamada “Cidadela” portuguesa compreendia o quadrilátero delimitado pelas ruas da Quitanda, dos Ourives, Direita e das Violas, na freguesia da Candelária. Concentrava o comércio importador e exportador e era a região preferida de moradia dos imigrantes lusos, muitos deles empregados no comércio (RIBEIRO, 2002, p. 197).

Escutou um grito de “aí vem eles!” e foi ver o que se passava na rua do Ouvidor, onde encontrou pessoas dizendo que queriam ir “ao Rossio acabar com os Republicanos, Federalistas”. Mandou que parassem a música e se recolhessem, pondo uma escolta forte da Cavalaria e Infantaria para segui-los. Voltando ao Rossio, onde o juiz de paz da Sé tentava acalmar os ânimos e debelar a multidão, chegou a levar uma pedrada e foi aconselhado a se retirar por alguns que lhe rodeavam, porque haveria gente embriagada que poderia cometer algum “desacato maior”. Foi então ao largo de S. Francisco de Paula, aonde depois chegou o juiz de paz informando que os do Rossio tinham-se dissipado. Todavia, retornando à rua da Quitanda, Monteiro e o juiz encontraram os dois grupos, que só não se enfrentaram pelo avanço da tropa, que carregou sobre ambos e os dispersou com ajuda do temporal que sobreveio. Ficaram feridas pessoas “de uma, e outra banda, e algumas que o acaso as apresentou nos conflitos”, mas não se registraram mortes. O comandante da Divisão Militar alegou que evitou prender os revoltosos “tanto por serem em grande número, quanto para os não irritar, e assim evitar maiores, muito mais funestas consequências, que a probabilidade mostrava próximas”. Ainda assim, foram presos cinco pretos, quatro pardos e um francês (dos quais um preto e um pardo escravos) que alegadamente queriam arrombar portas na rua da Quitanda para espancaram os moradores. Observe-se que não há registro de prisão de nacionais portugueses. Um cadete também foi preso para evitar que fosse morto por populares que gritavam “Viva o Imperador Constitucional!” enquanto lhe davam pauladas, alegando que aquele haveria dado vivas à federação. Ainda constaria que um indivíduo fora preso por “perseguir um homem pardo com uma espada”, mas fora solto por haver muita gente clamando por sua soltura. O comandante ressalvava que muitas pessoas estariam sendo apontadas como promovedoras do motim “quer de uma, quer de outra banda; mas como não o sei ao certo, é a razão pela qual as não relaciono”. No dia 14, um indivíduo e um estudante que levava no chapéu um laço “da Federação” teriam brigado. Às 23 horas, ajuntara-se uma multidão de perto de mil homens “armados de paus, e outras armas” que não foi possível dispersar antes que dessem muitas vivas “à Sua Majestade — e à Constituição do Império”, nas praças do Rossio e do Paço, observados pela tropa. Prenderam ainda um José Maria Monteiro que, com um estoque, gritaria: “Brasileiros, vamos a eles!”. O dia seguinte registraria uma luta entre Francisco Soares e o redator do *Tribuna do Povo* — enquanto aquele gritava “Viva S. M. o Imperador”, o redator teria observado “S. M. o Imperador Constitucional, Constitucional”, o que foi motivo para se atracarem. Um comissário da esquadra nacional teria sido preso por das vivas à “Federação” em frente da tropa na rua Direita, e as patrulhas haviam dispersado ajuntamentos de homens armados de paus em diferentes lugares.



Como se vê, o relato não atribui claramente responsabilidade a um grupo pelo início dos conflitos, e apresenta autoridades e tropa como neutras, tentando conter os excessos dos revoltosos das duas parcialidades. Também apresenta os vivas pró-imperador como majoritários. Já para a *Aurora Fluminense* (n.ºs 462, 16/03/1831, 463, 18/03/1831), as tropas demonstravam ter recebido ordens de tirar as armas daqueles “indivíduos que pareciam Brasileiros”, enquanto observavam o outro grupo “praticando impunemente toda a sorte de violências”. Os “portugueses”, agitados “por braço invisível”, teriam começado as provocações contra “brasileiros” e pessoas que traziam o tope nacional já no dia 11. Após receberem, no dia 12, a resposta de moços que deram vivas “à *Constituição*, à *Liberdade*, à *Assembleia Geral*, à *Imprensa livre*, aos *Brasileiros*, ao *Imperador enquanto Constitucional*, etc.”, armaram-se e estocaram fundos de garrafa para reprimir os “patriotas” na noite seguinte, dando até “tiros de pistola”. Quanto à alegação dos agressores de que se haviam dado “vivas à *federação*”, não duvidava que aquele “não só imprudente, mas perigoso” dizer houvesse ecoado; todavia, tratava-se de questão política que não cabia aos que começaram os ataques. Segundo a *Aurora*, com suas ações sediciosas, seus vivas “a *heroica Nação Portuguesa*” e ao imperador e seus morras ao *Republico*, os autores dos ataques, provavelmente iludidos para criarem um clima de terror no Rio de Janeiro, estimulavam futuras hostilidades aos portugueses como aquelas ocorridas em Bahia e Pernambuco. Mais que isso, colocavam numa situação difícil os que advogavam na Câmara pela manutenção da Constituição tal qual jurada, pois que poderiam ser confundidos com “servos humildes do partido recolonizador”. No número seguinte, subiria de tom — o redator estaria desenganado quanto à existência de uma facção recolonizadora que lançava a pecha de federalistas a todos os brasileiros e que insultaria o nome da nacional valendo-se da conivência e insinuações do governo. As provas eram os excessos e insultos perpetrados aos olhos das autoridades e a proclamação “in-constitucional” de Ouro Preto, que pretendia negar à Nação o direito de mudar suas leis fundamentais, consagrado no art. 174, e dava a entender a vinda de um golpe de estado para acabar com a oposição, animando os recolonizadores. Os brasileiros, reunidos por um interesse maior e comum — salvar a nacionalidade — tinham de esquecer todas as desacordos políticos e, como à época da independência, voltar a usar o tope nacional e combater a facção recolonizadora.

*O Republico* (n.º 48, 21/03/1831) via as Garrafadas foram um ataque dos “marinheiros” aos “brasileiros”, acobertados e incentivados pelo governo do *traidor mór* e sua proclamação mineira. O redator, conforme seu relato e outros depoimentos, teria participado dos sucessos. Segundo ele, a “marotagem” das ruas da Quitanda, Direita, Pescadores e Rosário, sustentada

pelos negociantes, viu na proclamação o incentivo para acabarem com todos “*cabras*”, os brasileiros. Em resposta aos “marinheiros” que iniciaram a “revolução” atacando as casas dos brasileiros e estrangeiros que não se iluminaram e gritando “*viva o Imperador dos Portugueses absoluto!*”, os brasileiros tinham andado em grupos dando vivas “*à Constituição, à Soberania da Nação, ao Artigo 174, à Federação, e ao Imperador enquanto for constitucional*, porque, logo S. M. mostrar que quer ser absoluto, deve necessariamente contar com a inimizade de todos os Brasileiros”. No dia 13, quando Borges da Fonseca e seus partidários passavam pelas rua da Quitanda, entre São Pedro e Violas, um padre, apoiado pela polícia, teria gritado “*viva o Imperador absoluto!*”. O povo exacerbado teria obrigado todos a darem vivas ao “Imperador enquanto constitucional” e um tiro de pistola teria ferido dois brasileiros. Logo todos os “portugueses”, auxiliados pelo corpo de polícia, teriam partido para cima dos brasileiros, que estavam desarmados. Durante toda noite, marinheiros e corpo de polícia tinham andado pela cidade com “granadeiras, espadas e varapaus”, “dando e assassinando” enquanto gritavam pela morte do *Republico* e pelo “Imperador absoluto”. Nos dias seguintes, o sangue brasileiro voltara a ser derramado com a complacência do governo “traidor”, e patrulhas continuavam a buscá-lo para tirar sua vida. Deputados liberais, como Evaristo, eram achincalhados e brasileiros eram atacados apenas por trazer o laço nacional no chapéu. Frente a esses crimes e a traição confessada na proclamação de Ouro Preto, Borges da Fonseca conclamava os brasileiros — mineiros, paulistas, rio-grandenses, baianos e pernambucanos — a resistirem à opressão (o que era “de direito natural”) e sustentarem a independência e integridade do Império, defendendo-o dos marinheiros e do “traidor-mor”, que esperavam reforços “do infame e malvado Dom Miguel”. “Armai-vos, Brasileiros, e, como diz a *Astréa*, ao primeiro gemido da pátria opressa correi à morte, e nossos filhos, embora em orfandade, serão mais felizes com uma PÁTRIA LIVRE do que com o *fraco arrimo de um PAI ESCRAVO*”.

Era publicada nos periódicos uma representação de 23 deputados e 1 senador (todos moderados) ao imperador, datada do dia 17 (reproduzida em *Diario Fluminense*, v. 17, n.º 64, 22/03/1831). Os membros da Assembleia relatavam ofensas ao nome “Brasileiro” e ataques aos compatriotas “a pretexto de federalistas, de uma questão política, cuja decisão pende do Juízo e deliberação do Poder Legislativo”, não do furor de “homens grosseiros” alienados por “sugestões traidoras”, e requeriam a punição dos agressores e a adoção de medidas urgentes, pois a confiança no Governo estaria “quase de todo perdida”.

Visando provavelmente indispor a população contra todos os liberais, a pretexto de federalistas, o imperador tinha agitado seus mais fiéis defensores, os imigrantes portugueses,

de uma forma que foi muito explorada pela oposição. De agora em diante, moderados e exaltados, reeditando um tema caro aos anos da independência, juntavam-se, em “causa nacional”, para pregar contra os portugueses recolonizadores e o imperador, ele também (segundo pregavam os liberais) português e, em segredo, recolonizador. Com o clima de crise nas alturas, o imperador nomeou um ministério de “brasileiros” com apoio na Câmara e um novo comandante de polícia. Abriu-se também uma devassa para apurar as garrafadas, libertando os brasileiros que haviam sido presos. Os jornais da oposição adotavam o tom de preparação para resistir contra “o golpe de estado recolonizador” que propagandeavam (*Nova Luz Brasileira*, n.º 127, 18/03/1831; *O Republico*, n.º 47, 16/03/1831, 48, 21/03/1831; a *Aurora Fluminense*, n.º 462, 16/03/1831). A oposição partia com tudo para ao povo miúdo e aos militares, com quem vinha tecendo aproximação contra a “tirania” do governo. Difundia-se o uso da tope nacional para ressaltar a nacionalidade, e os exaltados usavam chapéus de palha. No aniversário da constituição, dia 25 de março, o imperador, que assistia à parada militar, foi afrontado por indivíduos que davam vivas ao “imperador enquanto constitucional”. Não recebeu convite para um *Te Deum* organizado pelos liberais; foi mesmo assim e teve de escutar vivas a d. Pedro II, ao que teria respondido “mas ele ainda é uma criança” (SANTOS, 2015, p. 327). Entre afrontas ao imperador, conspirações e movimentações, os exaltados aproximavam-se cada vez mais das tropas (*O Republico*, n.º 51, 30/03/1831).

Avaliando o imperador que o ministério não estava dando conta de preservar a ordem pública — e avaliando que seus elementos mantinham relações com a oposição — ordenou a demissão de todo o ministério dos brasileiros, nomeando um gabinete formado inteiramente por áulicos de sua confiança. Foi a oportunidade para a oposição partir para as ruas (BASILE, 2001, p. 79-90). No dia 6 de abril, pessoas de todas as camadas destinavam-se ao campo da Aclamação para exigir a reintegração do ministério, dando vivas à constituição e à independência. Redatores exaltados (Borges da Fonseca, Francisco das Chagas, Ezequiel Corrêa) e deputados moderados (Odorico Mendes, Custódio Dias e Vieira Souto) também compareciam. Os boatos de “golpe de estado” não paravam de circular. A agitação tomava as ruas da cidade e o comércio fechava. Juizes de paz de várias freguesias juntavam-se à multidão no campo. O major Miguel de Frias e Vasconcelos, ligado aos exaltados, é enviado à Quinta da Boa Vista para informar o imperador. No campo da aclamação, chegava uma sua proclamação pedindo confiança nele e no novo ministério e assegurando sua constitucionalidade, levando à ira os manifestantes. Apareciam gritos de morra o imperador e vivas à d. Pedro II, mas também à federação e à república, consoante a heterogeneidade política dos ali reunidos. Ao final da tarde, uma

delegação de juízes de paz leva ao palácio uma representação que exige a reintegração dos ministros demitidos. D. Pedro recusa-se, defendendo o direito que encontrava previsto na constituição e teria então dito — “Eu sou mais Constitucional que todo o brasileiro nato, e mais Constitucional mesmo que os Sres. Juízes de Paz [...]”. Divulga-se no campo de Santana ter o imperador dito que “se o povo não me acredita, eu não acredito no povo; tudo para o povo e nada do povo”. A multidão conclama — “às armas!”. O general Lima e Silva é comunicado que os manifestantes estão impelidos a sacrificar suas vidas pela causa e que esperam os mesmos sentimentos das tropas. Ligado à oposição, mas cauteloso, o general vai a São Cristóvão para sondar o imperador, que permanece inflexível. Enquanto isso, as tropas, já convencidas pelos exaltados, marchavam por sua conta ao campo da Aclamação, e armas são distribuídas aos manifestantes. Mesmo o artilharia montada e o batalhão do imperador aderem ao movimento, comandados por Manoel da Fonseca Lima e Silva e José Joaquim de Lima e Silva. Francisco Lima e Silva despacha mais uma vez Miguel de Frias à Boa Vista. O imperador decide então demitir o novo ministério, mas nega-se a reintegrar o anterior, escolhendo o senador Nicolau Vergueiro para formar novo gabinete. O senador, todavia, não é localizado, e enquanto isso d. Pedro é avisado de que mesmo sua guarda de honra havia abandonado o palácio rumo à Aclamação. Pressionado pelas circunstâncias, Pedro decide abdicar em favor de seu filho, então com cinco anos. A notícia, levada ao campo da Aclamação pelo major Frias, foi recebida com grande entusiasmo por toda a cidade. Vivas eram dadas ao imperador constitucional Pedro II e hinos cívicos cantados. Povo e tropa permaneciam no campo da Aclamação até o dia 15, mesmo após a nomeação da regência provisória e a partida do imperador a bordo de uma fragata inglesa. Os “patriotas” retiraram-se em parada cívica, com folhas verdes e amarelas, guiados pelo então regente Lima e Silva, com oficiais e civis de braços dados.

O 7 de abril era pintado como uma “revolução regeneradora”, um acontecimento fundador da verdadeira independência, um momento sem paralelo na história de outras nações, uma revolução pacífica e não manchada por qualquer distúrbio, por uma gota de sangue que obteve a liberdade dos patriotas brasileiros, uma ruptura pacífica que continuava os ideais da independência, que recolocava a nação em seu correto caminho. Essas ideias circulavam francamente nos dias seguintes à revolução, e teria uma grande presença durante a Regência. Em proclamação de Cavalcante de Albuquerque em nome dos representantes da nação, o 7 de abril era exaltado como uma “revolução gloriosa” promovida pela “união do Povo e Tropa” sem o derramamento de “uma gota de sangue”, a partir da qual se realizava a independência e

começava a “existência nacional”. Borges da Fonseca proclamaria o 7 de abril nos mesmos termos, uma revolução em que “nos regeneramos” pela irmandade de “Povo e Tropa” defendendo a “Causa da Liberdade Nacional”. Reproduzindo um *Rezumo Istorico*, frisaria a “rapidez, união, e moderação” da “regeneração” acontecida no Império (reproduzido em *O Republico*, n.º 54, 15/04/1831). A *Aurora Fluminense* (n.ºs 469, 08/04/1831, 470, 11/04/1831) diria que pessoas mesmo da “mais infeliz posição” tinham praticado atos de generosidade e compararia a revolução aos “3 dias de Paris”. A *Nova Luz* (n.º 131, 15/04/1831) via o 7 de abril como inaugurando uma nova era, pondo fim à tirania e consagrando a “Liberdade Americana”, momento a partir do qual o Brasil iria querer situar-se na “América Livre”. O campo da Aclamação passa a ser chamado de “campo da Honra”. A participação nos eventos seria motivo de orgulho e distinção, principalmente entre os exaltados (*Nova Luz Brasileira*, n.º 131, 15/4/1831). O 7 de abril seria erigido pela Regência como data cívica.

A aliança circunstancial entre moderados e exaltados terminaria, todavia, com sua realização máxima, a abdicação. Com a queda do imperador, em meio à violenta disputa para ocupar o vazio do poder, a inauguração do período regencial vê a subida dos moderados, representada nos nomes da regência provisória, Lima e Silva, Vergueiro e Carneiro de Campos, e da regência trina permanente, Lima e Silva, Bráulio Muniz e Costa Carvalho. Os exaltados sentiam-se apeados do veículo que haviam posto em marcha, o carro da revolução. Os “magotes” que circulavam nas ruas eram agora denunciados na Assembleia como promotores de arruaça e desordem.

A pressão por reformas continuou no início da Regência, e seria o principal ponto dos embates entre exaltados, moderados e os áulicos, ora convertidos num novo grupo, os “caramurus”. Num surto associativo sem precedentes, por várias províncias do Império se espalhariam sociedades ligadas a cada um dos grupos — a Sociedade Federal; a Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional; e a Sociedade Conservadora da Constituição (depois Sociedade Militar). A imprensa foi a continuaria a o espaço de combate primordial na arena pública, assim como mecanismo de mediação entre as proposições e a esfera governamental. Uma ampla de reformas esteve em pauta, entre a adoção da república e a restauração de Pedro, passando pelas reformas constitucionais. A que ocasionou maiores debates, tanto na imprensa quando na Assembleia, foi a questão federal. Na Câmara, o projeto Miranda Ribeiro, aprovado em outubro de 1831, previa que o Império passaria a ser uma “monarquia federativa”; o poder moderador, o conselho de Estado e o mandato vitalício do Senado seriam suprimidos; os conselhos seriam convertidos em assembleias provinciais e

seriam criados intendentes municipais, com funções análogas às do presidente; as rendas públicas seriam divididas em provinciais e nacionais; e a mudança da regência trina para uma (incluindo um cargo de vice) eleita pelas assembleias provinciais. O Senado, bastião caramuru, todavia, vetou o projeto, forçando a uma solução de compromisso entre as duas Câmaras, consubstanciada na lei de 12/10/1832, que indicou os artigos da constituição cuja reforma seria apreciada pela próxima legislatura. O ato adicional, passado pela legislatura seguinte, expurgou a extinção do poder moderador e da vitaliciedade do senado, e tornou direta a eleição para regente, embora sem vice, mas não contemplou a classificação da monarquia como “federativa”.

A federação, da imprensa, foi às ruas e à Assembleia. Desde a ida de d. Pedro a Minas, seria o tema de candentes embates entre as tendências políticas. Mas que federação? Cada um dos grupos parecia ter uma compreensão diferente da categoria, amoldada também a seus fins. Na seção a seguir, procuraremos os contornos da federação dos pioneiros das reformas, os exaltados.

#### 4.2 O FEDERALISMO EXALTADO

Se os jornais exaltados apresentavam divergências quanto a determinados pontos, a maioria acaba se assumindo defensora de um federalismo semelhante ao defendido pelos precursores da campanha, *o Republico* e a *Nova Luz Brasileira*. Antônio Borges da Fonseca, depois cognominado *o Republico*, iniciava seu jornal na Corte no início de outubro de 1830. Já tinha editado em sua província natal, a Paraíba, o periódico *Gazeta Paraibana*. Mais cedo, então com dezesseis anos e estudando no Seminário de Olinda, havia colaborado com a Confederação do Equador na Paraíba. Fora escolhido, quatro anos depois, para levar à sua província a Sociedade *Jardineira* ou os *Carpinteiros de São José*, dedicada a combater a Sociedade *Colunas do Trono e do Altar*.<sup>70</sup> Ali foi preso, segundo ele, por publicar carta questionando o ordenado do imperador, mas, levado a júri, foi absolvido. Em 1829, quando esteve no Recife, editou *A Abelha Pernambucana*, folha em que se teria dedicado a combater a “negra coluna do templo do nefando poder absoluto”. Ganhando projeção, foi chamado a reforçar a oposição na

---

<sup>70</sup> A Sociedade *Colunas do Trono e do Altar* dedicava-se a defender a política ministerial e combater o que chamava de “facção republicana”, que dizia “demagoga” e “farroupilha”. Borges da Fonseca logo a enfrentaria em Pernambuco, onde encontrava em seus quadros muitas figuras destacadas da sociedade do final do 1.º Reinado. No ressurgimento que experimentava a imprensa da província em 1829, tinha vínculos com dois periódicos — *o Amigo do Povo* e *o Cruzeiro* —, com os quais polemizara *a Abelha* de Borges da Fonseca. Os “colunas” eram acusados por seus adversários políticos de serem partidários do absolutismo (FELDMAN, 2014).

Corte, onde teria sido eleito membro do diretório central da Jardineira e, por sua atuação jornalística, tornar-se-ia um dos grandes líderes exaltados (*O Republico*, n.ºs 1, de 02/10/1830, e 19, de 04/12/1830; BASILE, 2004, 133-135).

O nome de seu novo periódico era *o Republico*. Mas, ao menos naquele momento, seu redator dizia-se monarquista. O epíteto, em vez de aludir ao republicanismo moderno, frisaria seu compromisso com o bem público, num sentido clássico. Seu objetivo autodeclarado seria defender a pátria do “bárbaro e tirano poder”. Em seu primeiro número, explicava que sua epígrafe, copiada de Rousseau (“Povos livres, lembrai-vos desta máxima — A liberdade pode-se adquirir; mas depois de perdida, não se pode recobrar”) seria uma aviso aos “governos traidores”. Desde logo alertava que esses governos, quando abusavam de sua autoridade, fariam rebentar crises revolucionárias em que os primeiros a serem ceifados eram eles próprios. Um exemplo e comprovação, segundo o redator, era o ocorrido em Paris no dia 3 de agosto de 1830. Isso aconteceria também no Brasil, caso uma política “mais franca” não o tirasse daquele estado em que o governo ostentava desprezo pelas “liberdades nacionais”.

O alvo principal dessas insinuações era a política do círculo que se congregava em torno do imperador na quinta da Boa Vista, em São Cristóvão. Borges da Fonseca, em tom panfletário, não poupava críticas ao “governo da Boa Vista”, que assim chamava para dizer que não era do Brasil, porque nada fazia em favor do Brasil. Seria um governo “tirano” que teria interesses sempre opostos aos da nação, porque liderado por um “gabinete secreto”. No gabinete, um grupo de “traidores” de onde viriam todos os males, o *Republico* dava posição destacada para Francisco Gomes da Silva, o Chalaça, e José Clemente Pereira. Ainda por cima, os traidores teriam relações com a “monstruosa federação dos reis da Europa”, a Santa Aliança. O “gabinete secreto” viveria perseguindo e tiranizando as províncias, mas isso seria em vão, pois não haveria força capaz de “tiranizar” o Brasil, nação americana. Repetindo que estava “acabado o tempo de enganar os homens”, frase do próprio imperador, Borges da Fonseca avisaria aos “testas coroadas” que convinha obedecer à opinião pública caso quisessem “continuar a existir sobre a face da terra”. O “Supremo Arquiteto” não autorizaria os tiranos; a “estúpida crença” de que Deus teria feito os reis de uma casta diferente não existiria mais, e os “reis, presidentes, imperadores” deveriam saber que seus filhos só se sentariam ao trono se as virtudes os fizessem dignos. Sua oposição ao governo miraria, de forma cada vez mais clara, o imperador, a quem trataria por “caro” ou “caríssimo”, sugerindo as despesas que a família imperial dava à nação. Também fazia alusões a seu lusitanismo e defesa dos “portugueses”. Todavia, Borges da Fonseca negaria reiteradamente as acusações de ofensas ao monarca. Sua

defesa era a de que não poderia atacar a pessoa do imperador se este era um ente “metafísico”, um “zero”. Fazendo uso da ideia do despotismo ministerial, afirmava que, na verdade, todo o mal proviria “dos seus ministros e conselheiros” (*O Republico*., n.ºs 3, 09/10/1830, 14, 17/10/1830, 15, 14/11/1830, 18, 01/12/1830, 19, 04/12/1830, 21, 11/12/1830, 37, 09/02/1831, 46, 12/03/1831).

Se o governo da Boa Vista desejava conservar o Brasil unido, alertava, tinha de obedecer a constituição e olhar igualmente para as províncias. O tema do despotismo do “gabinete secreto” sobre as províncias, especialmente as do Norte, das quais se dizia profundo conhecedor, seria recorrente. Com o avanço da crise política, esses despotismos, segundo o *Republico*, perigavam fazer o Norte separar-se numa nova Confederação do Equador. Retomando argumentos de frei Caneca, Borges da Fonseca lembraria, em sua folha do dia 13 de novembro, o aniversário da dissolução da Assembleia constituinte, quando “a prepotência, o despotismo e a precipitação” teriam feito abrir a caixa de Pandora que “derramou e continua a derramar” do Amazonas ao Prata os males e desgraças que desde então oprimiriam os brasileiros. Nesse fatídico dia, a “soberania nacional” haveria sido atacada por um ato de tirania de um jovem príncipe iludido por pérfidos conselheiros, abrindo caminho para a “desastrosa federação do equador” e cobrindo o Brasil de luto em razão dos assassinatos cometidos pela repressão de “um governo canibal”. A vinculação ao pensamento do carmelita (reforçada pelo passado de “confederado” de Fonseca) logo ficaria explícita. Próximo ao final do ano, o *Republico* passaria a reproduzir no fechamento de alguns artigos de opinião a frase que encerrava cada número do *Typhis* — “*Cautela, união, valor constante, / Andar assim é bom andar: / BOA VIAGEM*”<sup>71</sup> (*O Republico*, n.ºs 13, 13/11/1830, 15, 20/11/1830, 19, 04/12/1830; CANECA, 2001, p. 303 e ss.).

Sua compreensão sobre a “soberania nacional” também parece coincidir com a do frei. Comentando o entendimento fixado pelo Senado sobre o art. 61 da constituição,<sup>72</sup> afirmava que a Câmara agora poderia tentar passar reformas, “porque aí está a Assembleia Geral para as fazer passar, e quando o Poder Moderador as faça cair, ficarão correndo as três legislaturas, e assim serão sancionadas pela vontade Soberana da Nação”. A vontade soberana da nação residiria em Câmara e Senado unidos como Assembleia Geral, de forma bastante semelhante ao que diziam Barata, Caneca, e os revolucionários de 1820. Noutra oportunidade, mencionaria que a França,

<sup>71</sup> Coisa que já fazia o redator na *Abelha Pernambucana*, conforme artigo reproduzido na *Astréa* n.º 496, de 12 de novembro de 1829.

<sup>72</sup> O art. 61 da constituição determinava que, quando uma das câmaras não aprovasse as emenda da outra, mas entendesse o projeto vantajoso, poderia requerer a reunião das duas câmaras para que deliberassem em conjunto.



que destronava o rei Carlos X, provava que a soberania residia na nação, e que um rei nunca seria soberano, tão-só um magistrado encarregado do mando supremo, na forma da constituição (*O Republico*, n.ºs 14, 17/11/1830, 17, 27/11/1830).

Desde o início de sua folha, Borges da Fonseca aludiria à necessidade de reformas que “nos salvassem do abismo” frente aos desmandos do “gabinete secreto”. O conteúdo dessas reformas, de início vago, seria progressiva e sutilmente associado ao federalismo, até que, no raiar de 1831, o *Republico* estampasse sua proposta de federação como necessária ao “bem do Brasil” e à sustentação da monarquia (n.ºs 9, 30/10/1830, 15, 20/11/1830, 17, 27/11/1830, 18, 01/12/1830, 26, 01/01/1831). A primeira propaganda do federalismo no *Republico* sairia no dia 17 de novembro, na forma de reprodução integral do capítulo IX do *Espírito das leis*.<sup>73</sup> “Tais são as ideias do Restaurador dos Direitos do Homem, o Imortal Montesquieu sobre o sistema confederado”. Para Borges da Fonseca, ninguém poderia negar a vantagem do sistema confederado “sobre todos os outros”. Comparava os sistemas: enquanto no sistema “monárquico puro”, os reis lutariam com os povos, no “democrático puro” ou “unitário”, a luta seriam entre estes e os “demagogos”. As nações só se veriam a salvo de “tão cruéis inimigos” — reis e demagogos — no sistema confederado, pois só este seria imune a abusos. Mesmo que a confederação acabasse, o sistema impediria a destruição dos “estados confederados”. Caracterizando os dois sistemas, unitário e confederal:

Um sistema unitário obstrui, enerva, e enfraquece tudo; ao contrário um sistema confederal desenvolve o espírito nacional, anima a indústria, dá forma ao todo; um sistema unitário além da morosidade, é danoso aos povos; expõe os associados às loucuras dos administradores parciais, eterniza os sofrimentos do povo pela demora que há em vir do centro os remédios; um sistema confederal ao contrário, porque em cada um das nações confederadas os cidadãos acham o remédio pronto a seus males, descansa e felicita o povo; num sistema unitário, apesar da diversidade de costumes, da diferença de lugares, de climas &c., as leis são gerais, e por isso si [*sic*] boas para umas partes; mas danosas para outras; num sistema confederal, cada estado da confederação tem suas leis próprias, acomodadas às necessidades do seu povo. (*O Republico*, n.º 14, 17/11/1830).

---

<sup>73</sup> Borges da Fonseca também publicaria a íntegra do artigo da *Encyclopédie* de Diderot e d’Alembert, e perguntaria se os redatores da obra francesa seriam “demagogos”, “anarquistas” ou “revolucionários”, como se lhe acusava. Assim começava o artigo: “*Direitos das Gentes*, aliança ou liga entre diferentes príncipes ou Estados para sua defesa comum. Quando muitas soberanias se unem e se aliam entre si por uma aliança ofensiva, pró ou contra todos, para perpetuidade, forma um corpo que se chama *confederação* ou *república federativa*. A *confederação* pode ser composta de príncipes ou de repúblicas, ou de uns e de outros [...]” (*O Republico*, n.ºs 32, 22/01/1831, 38, 12/02/1831).

Para Borges da Fonseca, o sistema confederal blindaria o povo de cada estado de “administradores parciais”, dar-lhes-ia mais acesso à administração e possibilitaria que se fizessem leis próprias e adequadas ao povo de cada “estado”. Por isso, concluía: “O sistema geral do mundo um dia será o sistema confederal”, e prometia falar noutro número sobre o sistema confederal “caseiro”, o dos Estados Unidos. Mais tarde, respondendo ao *Brasileiro Imparcial* (a quem chamava de “*Parcial Imbrasileiro*”), folha governista, que usava o exemplo da “anarquia” das repúblicas hispânicas contra o sistema federal, o *Republico* afirmaria que a única verdadeira federação na América era a dos Estados Unidos, e por isso os “Americanos do Norte” eram o povo mais feliz (*O Republico*, n.ºs 14, 17/11/1830, 22, 01/01/1831; *O Brasileiro Imparcial*, n.º 95, 23/11/1830).

Mas os brasileiros também teriam em sua constituição os elementos da federação. O Brasil, com efeito, estaria naturalmente criado “para três grandes federações” (Sul, Centro e Norte), e só poderia ser mantido reunido em torno de um só centro caso esse centro fosse justo. De todo modo, nada impedia que um país se constituísse federalmente com “um testa coroadá” e, no Brasil, a monarquia constitucional seria encarada pelos “patriotas” como o caminho pelo qual chegariam sem perigos ao sistema federal. Borges não demoraria a avançar que o Brasil seria federal por natureza e já estaria assim caracterizado pela constituição, faltando apenas a expansão dos poderes das “Assembleias Provinciais”, o estabelecimento de tribunais em cada província e que se fizessem leis provinciais próprias, já “que todas [as províncias] variam em hábitos, usos, e costumes” (*O Republico*, n.ºs 15, 20/11/1830, 17, 27/11/1830, 21, 11/12/1830 e 24, 22/12/1830).

Desenvolvendo seu conceito de federação, diria que se tratava de um governo em que muitos estados formavam uma só nação. “É um governo de governos onde o governo parcial dos Estados está obrigado a respeitar e fazer respeitar as deliberações do governo geral”. Cada Estado teria seu “chefe”, seu corpo legislativo e sua constituição particular para o que diria respeito a seus negócios internos, e o cidadão poderia remediar seus males de forma mais fácil, “sem consumir toda a sua fortuna para poder alcançar alguma cousa, dando-a ou *a validos malvados*” ou “ímorais tiranos” de que “a história nos apresenta milhares de exemplos em quase todas as monarquias”. Cada um desses estados poderia cuidar de sua legislação e de seu “arranjo doméstico”, tendo limites marcados pela “Constituição Geral da Nação”, concorrendo para as nomeações e necessidades do governo geral (*O Republico*, n.º 22, 15/12/1830).

No seu entender, a federação, todavia, não se confundiria com repúblicas. Após merecer uma denúncia perante o júri por abuso da lei da imprensa, diria que a federação era necessária

para a própria salvação da monarquia. No melhor estilo escolástico, lançaria algumas *quaestio* que se propunha a responder para comprovar a necessidade e urgência da federação para o Brasil.<sup>74</sup> Como a constituição previa a possibilidade de reformas, ninguém seria criminoso ao apontar uma coisa digna de atenção, como a federação das províncias, por isso era constitucional a propalação dos princípios federais. Ademais, a federação não era oposta à monarquia, como mostraria o exemplo da Alemanha. Utilizando uma estratégia comum dos redatores, atribuíam aos brasileiros o desejo de uma federação monárquica — uma em que, em lugar de um presidente, houvesse um rei, pois que ambos seriam na prática a mesma coisa. Tudo no Brasil (seus hábitos, usos e costumes) indicariam a necessidade de um sistema federado monárquico, pois que um sistema unitário não poderia promover as necessidades das províncias e dos brasileiros, disseminados que estavam por uma imensa superfície. Com o sistema federal, cada província poderia prover adequadamente sua segurança. Já em 1824, o sistema unitário teria dado provas de sua ineficácia para prover a segurança das províncias, no episódio em que o imperador retirou a flotilha de Pernambuco para garantir a segurança da Corte ante os temores de uma invasão portuguesa. A federação também seria conveniente a cada uma das províncias, pois ficariam livres de que os governos unitários lhes mandassem presidentes de província despóticos. Mais que tudo, a federação seria benéfica ao próprio monarca, pois o sistema unitário, com tantos males que acarretava desde 1500, não duraria tanto. A federação seria o “sistema da natureza”, e se as províncias a fizessem por conta própria, não aceitariam “meia Constituição”, i.e., repudiariam as formas monárquicas. “Pelo que é mui conveniente fazer a federação com as formas monárquicas, por ser o único meio de eternizar-se entre nós a *cara* Dinastia do Imperador”. Por isso a urgência da reforma federativa - a natureza mesma teria constituído o Brasil federalmente, e se não se fizesse a federação monárquica, o Brasil se desmembraria em Sul, Norte e Centro, o que não conviria. O espírito brasileiro seria “Americano, isto é Democrata”. Um governo seria tão mais duradouro quanto mais chegado à natureza do povo e do lugar. Querer um sistema de unidade onde o povo seria “essencial e naturalmente republicano” seria acabar com a monarquia. Tendo tudo isso em conta, a Câmara deveria propor as reformas para federalizar o Brasil, e “O Povo” fitaria o

---

<sup>74</sup> As questões eram: 1. Se era constitucional propagar princípios federais; 2. Se a federação era oposta à monarquia; 3. Se era conveniente ao Brasil; 4. Se era conveniente a cada uma das províncias; 5. Se era conveniente ao Monarca; 6. Se naquelas circunstâncias era de urgente necessidade; 7. Se o Brasil poderia continuar a ser governado como estava por muito tempo; 8. Se se devia propor a reforma de federação na Câmara com esse fim; 9. Se os que chamavam os federalistas de demagogos e anarquistas eram amigos do Brasil; 10. Qual seria o caráter próprio dos unitários ou centralistas; 11. Se os que o acusavam de revolucionário procuravam o bem do povo, assim como ele, ou então tentavam ora fazer o gosto do rei, ora o do povo (*O Republico*, n.º 26, 01/01/1831).

“Filósofo Brasileiro o Nobre Deputado Dr. Antônio Ferreira França”, que deveria ressuscitar a indicação que apresentara à “Soberana Assembleia Constituinte” (*O Republico* n.ºs 26, 01/01/1831, 28, 08/01/1831).

Além de variadas polêmicas com as folhas governistas, como o *Patriota*, o *Brasileiro Imparcial* e o *Diario Fluminense*, suas proposições também despertariam a divergência dos liberais moderados, especialmente do periódico possivelmente mais representativo dessa tendência, a *Aurora Fluminense*.<sup>75</sup> Redigida por Evaristo Ferreira da Veiga,<sup>76</sup> a *Aurora* acompanharia praticamente toda a existência dos liberais moderados enquanto facção política e, junto à *Astréa*, dava a linha aos demais periódicos vinculados ao grupo e exercia considerável impacto na imprensa da Corte (BASILE, 2004, p. 25). Classificou as propostas de reforma federativa como imprudentes, intempestivas ou mesmo nocivas, posição majoritária das folhas moderadas.

Para a *Aurora*, a proposta de federação monárquica não parecia convincente. Não conviria ao Brasil arriscar em “ensaios infantis” a liberdade que já era possuída, o máximo de liberdade possível ante as circunstâncias nacionais. Apesar de ressaltar que não era crime propor alterações na constituição, como pintavam os jornais governistas, entendia que a federação apressada poderia aniquilar a monarquia e dividir as partes do Império em “reininhos” e “repúblicas” que ficariam à mercê de ataques estrangeiros e de famílias influentes. Ademais, não ouvia esse pedido vindo das províncias, mas de alguns “oficiosos procuradores” na Corte que, como por inspiração divina, lançavam o desejo de uma mudança cujo debate poderia incitar ambições e pôr em perigo a tranquilidade das províncias. A verdade é que os brasileiros não teriam a experiência de liberdade dos “Americanos do Norte” de forma debater questões delicadas sem comprometer a ordem pública, o que só poderia ser obtido pelo andamento regular das instituições já fixadas. A constituição sofreria as modificações necessárias somente à medida que a nação avançasse em luzes, modificação que dariam “aos

---

<sup>75</sup> A polêmica entre Borges da Fonseca e Evaristo da Veiga não dispensaria argumentos *ad hominem*. Fonseca diria que Evaristo assustava-se com as reformas por ser “pequenino e gordo e não poder dar passos grandes” (*O Republico*, n.º 32, 22/01/1831).

<sup>76</sup> Evaristo da Veiga estudara Filosofia Racional e Moral no seminário de São José. Abriu mão de ir a Coimbra para ajudar na livraria do pai, seguindo na profissão de livreiro (com livraria exclusiva a partir de 1827) e valendo-se do *métier* para seguir estudando como autodidata. Desde a juventude, compunha poesias de conteúdo político, exaltando a pátria e o constitucionalismo monárquico (é autor do hino de independência, por exemplo). O sucesso da *Aurora* (da qual será redator exclusivo a partir de 1829) abre-lhe as portas da política, de forma análoga a outros redatores do período, e sua livraria era conhecida como ponto de sociabilidade dos moderados. Eleito na segunda, terceira e quarta legislaturas por Minas (bastião moderado), onde contava com o apoio de figuras importantes (BASILE, 2004, p. 25-26).

Conselhos provinciais, ou *Assembleias*, como há por bem o nosso colega que se lhes chame, atribuições mais extensas, e afrouxarão os laços que prendem as províncias ao Governo central” (*Aurora Fluminense*, n.º 433, 05/01/1831, n.º 438, 17/01/1831, n.º 442, 26/01/1831).

Frente à oposição da *Aurora*, Borges da Fonseca avançaria uma proposta menos drástica que a anterior, apresentando a flexibilidade de sua noção de federação. Dizendo-se conhecedor do Brasil e do Norte, que suspiraria pela federação, e estudante da América, em oposição à velha Europa, listaria os artigos que deveriam ser reformados para a adoção da federação, conservando as bases do “edifício erguido em 1824” (*O Republico*, n.º 28, 08/01/1831). Pela sua proposta, os Conselhos Gerais de Província (criados no capítulo V da constituição) seriam transformados em Assembleias Provinciais. Essas Assembleias passariam a opinar, à Assembleia Geral, na alienação de bens nacionais, na fixação do orçamento geral, na autorização para entrada de forças estrangeiras, na criação de empregos, quando dissessem respeito às províncias, na criação de impostos. As Assembleias provinciais poderiam criar pesos e medidas e moedas diferentes para cada província. Suas resoluções seriam sancionadas pelo presidente em conselho (governativo) ou devolvidas com as razões da recusa, e seriam apreciadas pela Assembleia Geral, em cada Câmara, para verificar eventual ofensa à constituição. As Assembleias teriam a faculdade de nomear todos os empregados de sua província, com a aprovação do presidente em conselho. Todavia, a nomeação do presidente, comandante de armas, ministros (desembargadores) e bispos seria feita por listas tríplices oferecidas pelas Assembleias ao imperador. As Assembleias Provinciais poderiam suspender qualquer empregado público mediante queixa ou representação da Câmara Municipal “do lugar”, dando logo parte ao “Governo Supremo”, e marcariam o número de deputados que a província teria na Assembleia Geral, de acordo com a população e as finanças da província. Quanto à questão financeira, o inspetor ou administrador da fazenda pública de cada província elaboraria um balanço e orçamento anuais que seriam apreciados pela respectiva Assembleia Provincial, e o Governo Central não poderia sacar para as províncias (fazer dívidas a serem pagas com os fundos dos tesouros provinciais) senão após aprovado o balanço e a receita. A Assembleia Geral também ganharia novas atribuições — poderia decretar “anistia geral em caso urgente”, se assim aconselhassem “a humanidade e o bem do estado” e supervisionaria a celebração de tratados pelo executivo. A dissolução da Câmara, caso fosse julgada infundada pela Assembleia geral seguinte, daria causa à responsabilidade do Conselho de Estado e do ministro que referendasse o decreto (n.º 32, 22/01/1831). Não falava mais em constituições próprias de cada “Estado”, tampouco propunha a eleição provincial das maiores autoridades,

subordinando-o à escolha do governo geral, mediante listas tríplexes. Se a federação que propunha não era boa, que ficasse a constituição como estava e se fizessem duas Assembleias Gerais — uma no Norte, outra no Sul (n.º 34, 29/01/1831). Diria Borges da Fonseca que não queria nem “federação despótica” como a germânica, nem “democrática” como a da *Nova Luz*, em que os presidentes e comandantes de armas seriam nomeados nas províncias.

O jornal de Ezequiel Corrêa, assim como seu colega exaltado, também vinha propagando a federação. Desde julho de 1830 inseria no periódico elogios a federações estrangeiras. Diria que a federação argentina deveria ser “o baluarte inexpugnável da liberdade americana, assim como é no Norte a Federação de Wasington”, e elogiaria a “grande ideia Americana - federação dos Governos Representativos a Wasington [sic]” (*Nova Luz Brasileira*, n.º 62, 23/07/1830). Também elogiaria a “federação justa e necessária” que pretendia organizar o povo colombiano e faria referência demorada à confederação da Alemanha (n.ºs 77, 14/09/1830 e 88, 26/10/1830). Seria mais direto em finais de novembro. A “santa federação Constitucional” entre as províncias, como na Alemanha ou Países Baixos, seria o único meio de livrar o Brasil do “gabinete secreto” e introduziria justiça na divisão das rendas, especialmente para as províncias do Norte (n.º 96, 23/11/1830). Portugal também não deveria temer e aproveitar para se constituírem “à moda de Jeferson, Franklin, e Wasington [sic]”, de forma a ganhar respeito e glória semelhante às dos Estados Unidos (n.ºs 98, 30/11/1830, 102, 14/12/1830).

A federação, “em que já falou na Constituinte o muito honrado, e justo Patriota, o Senhor Deputado Antônio Ferreira França”, deveria ser discutida como um dos pontos de reforma da constituição, porque seria “doloroso” que uma província que fora sede “dos Déspotas em tempo de Colônia” dirigisse “com tirania a tantas Províncias longínquas, ricas, e poderosas”. Retrucava aos “carcundas” inimigos da federação que dizem que ela diminui as forças da nação, pois o perigo da propalada invasão de Portugal em 1824, e a guerra com a Argentina mostravam que a centralização não defendia à insultos estrangeiros. Pelo contrário, a federação tinha exemplo de grandes vitórias na Grécia, nas cidades Hanseáticas e nos Estados Unidos. As federações seriam ótimas para “debelar tiranos” e proveitosa para as províncias, “visto que elas devem saber o que lhes convêm, muito mais do que o Rio de Janeiro o pode saber com seus Cortesãos parasitas, dilapidadores, e servis” (n.º 100, 07/12/1830). *A Nova Luz* também faria uso da teorização de *Montesquieu* sobre a república federativa e enxergava a federação assaz adequada às circunstâncias do Brasil. “Se o espírito da monarquia, como bem diz Montesquieu,

é a guerra, o engrandecimento, e o despotismo, deve o Brasil lhe opor o espírito de Liberdade, e federação, que é a paz, e a Justiça” (n.º 118, 11/02/1831).

Responderia, porém, ao *Republico*, dizendo não querer “federação democrática”. Caso o povo ainda não estivesse constituído e não tivesse “poderes hereditários” e titulares, recomendaria uma federação como a dos Estados Unidos, “porque esse é o governo que aprovam os Publicistas todos de grande nomeada”, mas sabia que “o bom pode não chegar a todos”. Cumpriria a cada um contentar-se com o que tinha e, por isso, “desejando que o Brasil se aproxime do bem, quanto for possível”, sugeria uma federação que, conservado a monarquia, não fosse “ilusora, ou inútil, como essa de que fala o nosso Colega do Republico”. Se a nomeação fosse feita pelo governo da Boa Vista sem ao menos listas tríplices para os principais cargos provinciais, ter-se-ia “uma federação de peta, ficando expostos a fazer revolução para termos uma verdadeira federação”. Mas mesmo que lembrasse o governo dos Estados Unidos, ainda não estaria recomendando uma federação democrática. “Se nos não enganam os livros, que havemos lido, *o Governo dos Estados Unidos é uma monarquia eletiva, e federal, mas não democrática*” (grifo meu; n.º 110, 14/01/1831).

Essa afirmação quanto aos Estados Unidos parece inserir-se na estratégia, compartilhada com outras folhas exaltadas, de propaganda cautelosa da República via federação. Com efeito, se tanto a *o Republico* quanto a *Nova Luz* diziam, num primeiro momento, que a federação era necessária para salvaguardar a monarquia, era porque a encaravam a “monarquia federal” como caminho para a república que seria da natureza do Brasil (*Nova Luz Brasileira*, n.º 103, 17/12/1830, *o Republico*, n.ºs 26, 01/01/1831, 46, 12/03/1831). Nessa mesma estratégia está a crítica dos princípios monárquicos e dos “testas coroadas”, o destaque dado à posição do Brasil na América, lugar incompatível com a monarquia, e a oposição entre os sistemas “europeu” e “americano”. Enquanto a Europa aparecia associada à monarquia absoluta, ao despotismo e ao arcaico, a América aparecia ligada à República ou à democracia, à liberdade e ao progresso, no desenvolvimento de uma linguagem republicana, como sugerem Marcello Basile e Silvia Fonseca (2004, cap. 7; 2016). Tanto que, logo após a abdicação, a *Nova Luz* passaria a defender a adoção do que chamava uma “monarquia americana sui generis”, temporária e eletiva, e o *Republico* proporia o abandono da monarquia para que os brasileiros se tornassem “verdadeiramente americanos” (*Nova Luz Brasileira* n.º 134, 26/04/1831, *o Republico*, n.º 83, 07/07/1831).

A federação proposta por *Nova Luz* e *Republico* parece ter como eixo central a questão da eleição local das autoridades provinciais. Apesar de retrucar seu colega dizendo que não

gostaria de “federação democrática”, provavelmente em razão das circunstâncias,<sup>77</sup> a *Nova Luz* deixa claro que é necessário *ao menos* a escolha das autoridades por lista tríplice para ter uma federação que não fosse de “peta”, fajuta, e noutro momento frisa os benefícios de “eleições populares” para autoridades como bispos e magistrados (n.º 107, 4 de janeiro de 1831). O *Republico*, que num primeiro momento defenderia, conforme visto, a nomeação das autoridades por lista tríplice, após a abdicação dirá que as províncias queriam ter todos os seus empregos nomeados por seus eleitores (o *Republico*, n.º 69, 25/05/1831). Completariam o pacote a divisão de rendas, de forma que houvesse um rateio para custear o governo geral, e a criação das Assembleias Provinciais, para que cada província pudesse editar legislação que atendesse às suas características.

Os outros jornais exaltados da corte também aderiram à campanha federalista (BASILE, 2004, p. 211). *O Clarim da Liberdade* (n.º 7, 07/12/1831), redigido por José Luiz Ferreira, defendia que o Brasil, sendo parte componente da “GRANDE AMÉRICA”, deveria ver logo estabelecida a federação, que consistia na direção de todos os negócios interiores das províncias por suas próprias autoridades, que deveriam ser escolhidas por seus eleitores. Cada uma deveria ter sua própria “Câmara legislativa”, não só para legislar quando para tomar contas e responsabilizar as autoridades, e a província da capital da mesma forma. Na capital deveria haver uma “Câmara geral”, nomeada de dois em dois anos e composta de deputados das províncias na proporção de sua população, para tratarem dos negócios gerais, e o Senado e o Conselho de Estado deveriam ser extintos. Mesmo os “Ministros” do judiciário deveriam ser “nomeados popularmente”. O sistema de governo deveria ter base a ausência de inviolabilidades, distinções e “privilégios aristocratas”, sendo a lei e a nação soberanas, e havendo somente a distinção nas “virtudes, e conhecimentos”, confiando principalmente nos “filhos do País e não de Portugueses”.

*O Exaltado* (n.ºs 14, 15/12/1831, e 15, 23/12/1831), editado pelo padre Marcelino Ribeiro Duarte, natural do Espírito Santo, que em seus primeiros números tinha defendido um governo monárquico unitário, passaria a propor o governo federal, que classificava como “governo composto”, seria o único que poderia salvar o Brasil “da anarquia dos mandões”. Esse tipo de governo seria aquele em que as províncias gozariam de “autonomia”, ou seja, liberdade

---

<sup>77</sup> Ezequiel Corrêa deixa-o claro ao fechar o artigo, dizendo “Oh! Deus nos livre de querermos federações do demo, que alevantaria contra o nosso papelinho os Escritores de grande formato que formam na Corte uma espécie de aristocracia periodiqueira” (*Nova Luz Brasileira*, n.º 110, 14/01/1831). A intenção, parece então, era livrar-se da perseguição das folhas moderadas e áulicas, que formaria uma “aristocracia”, palavra de que tinha péssimo conceito (v. *Nova Luz Brasileira*, n.º 31, 26/03/1830).



de governo por leis particulares e “análogas aos seus interesses” e do direito de escolher seus empregados, mas unidas por uma confederação geral e permanente, debaixo de governo, constituição e soberania comuns, fazendo dos muitos “estados pequenos, e impotentes um só Estado poderosíssimo” contra invasões e outros incidentes. Em sua concepção, a federação não seria incompatível com qualquer forma de governo, fosse “Monárquico hereditário, Vitalício, temporário” ou “Democrático”. *A Matraca dos Farroupilhas* (n.º 10, 14/02/1832), de João Baptista de Queiroz, considerando a dificuldade que a reforma federativa encontraria para avançar na Assembleia Geral, advogava a imediata e revolucionária instauração da “federação do Equador”. Se fosse para esperar pelo corpo legislativo, “o tirano ainda reinaria”.

Era frequente a correspondência entre os redatores exaltados da corte e das províncias. *A Nova Luz Brasileira*, por sinal, adotaria a partir de seu n.º 164 (31/08/1831) a epígrafe do da folha pernambucana *Bussola da Liberdade*, redigida pelo padre João Barbosa Cordeiro. Fazendo campanha pela “federação já”, o periódico discutia o meio de fazer a reforma (n.ºs 31, 12/10/1831, 32, 16/10/1831). Considerando os recursos de províncias maiores e menores, propunha a divisão do Império em seis estados (os centros seriam Maranhão, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas). Para afastar ideias de “homens perversos”, frisava que federação não significava República — “pode haver República sem Federação, e Federação sem República”. Federação, na verdade, seria a “aliança ou liga entre estados, para fins de comum interesse”. Todavia, meses depois reproduziria, sem qualquer comentário, um artigo do *Observador Constitucional* que dizia ser a federação republicana a melhor a ser constituída (*Bussola da Liberdade*, n.º 91, 13/05/1832). Monárquica ou republicana, as vantagens da federação, para o redator da *Bussola*, seriam três — não se ter de ir à corte para requerer um emprego, ofício ou benefício; da mesma forma para queixar-se de alguma injustiça; ter em cada província uma “Assembleia, um Senado, um tribunal superior de Justiça, um Presidente, &c., e todos com poderes na respectiva Província, quantos na corte exercem o Imperador, a Assembleia geral, e o Supremo tribunal de Justiça” (*Bussola da Liberdade*, n.º 99, 10/06/1832).

O citado *Observador Constitucional* era o periódico exaltado de São Paulo que fora redigido por Líbero Badaró até seu assassinato em novembro de 1830 (SODRÉ, 1966, fl. 100-101). Elogiando o governo dos Estados Unidos, a folha esmiuçaria sua compreensão da palavra “federação” como um “complexo de pequenas Associações ligadas por um Governo Geral”, que admitiria graduação e se tornaria mais perfeito conforme as associações adquiriam maior número de atribuições. Uma nação que fosse dividida em províncias, mesmo que com

pouquíssimos direitos sobre si, já seria um governo federativo; por isso, o governo do Brasil já seria então federativo. Um governo até “já aperfeiçoado” em razão dos Conselhos Gerais. Esse governo seria melhorado conforme os direitos que constituíssem sua “Soberania interna” fossem subtraídos do governo geral, até que lhe restasse apenas sua “Soberania externa”. Essa seria a federação por excelência, com a reunião de muitas pequenas associações, que tinham seu governo particular, ligadas por um governo geral. Assim, as províncias tinham de receber mais direitos para que o governo do Brasil fosse aperfeiçoado (*O Observador Constitucional*, n.º 158, 27/06/1831).

A federação proposta pelos exaltados pode ser caracterizada como um sistema com ampla autonomia aos governos provinciais, que elegeriam todas as suas autoridades, decidiriam localmente todos os seus assuntos internos e gozariam de poder sobre suas rendas. Transmutando a ideia do governo misto, a federação seria o modelo adequado para conter os tiranos, fossem os déspotas ou a maioria. Essa seria a federação ideal, a causa maior dos exaltados. Opostos ao federalismo estavam o governo sem freios, o “despotismo” e a “tirania”. A federação exaltada buscava, mais uma vez, base nas ideias de Montesquieu e admirava o governo dos Estados Unidos, disfarçando um republicanismo, tal como a Confederação do Equador, a cuja memória aludiam. Todavia, sua concepção de federação comportava graus diferenciados de desenvolvimento. Mesmo o Brasil já poderia ser considerado, *in ovo*, um governo federal. Por outro lado, ao lado dessas ideias talvez modernas, chama atenção a vinculação dos exaltados ao argumento da federação “natural”, já utilizado pelos revolucionários de Pernambuco. Tal como os revolucionários de 1820, os exaltados procuravam embalar suas ideias num papel que as conectasse a uma ordem antiga. Se a federação não gozava de histórico no Brasil (argumento raramente utilizado), era a natureza que cumpria a função de conectá-la à ordem das coisas. As reformas eram necessárias porque ser uma federação era da *natureza* do Brasil, como país da América. Caramurus e os moderados esposavam visões distintas.

#### 4.3 OUTROS FEDERALISMOS — MODERADOS E CARAMURUS

Enquanto os caramurus, como iteração regencial dos áulicos, opuseram-se sempre a qualquer tipo de modificação na “constituição jurada”, os moderados adotaram uma atitude mais ambivalente sobre o tema. Em razão da formação heterogênea do grupo, havia periódicos moderados de todo tipo de posição. Em geral, adotavam uma posição de cautela, mas havia

periódico que apoiava as reformas até em sentido imediato, sem a apreciação do Senado (*O Sete d'Abril*, de Bernardo Pereira de Vasconcelos).

Os caramurus recusavam-se a toda e qualquer proposta de alteração do texto constitucional. Para esses críticos do 7 de abril e da Regência, o federalismo, em qualquer grau, deveria ser fortemente combatido. Retomando um argumento corrente, o federalismo seria próprio apenas de governos democráticos, como as repúblicas. O Brasil, ao contrário, teria sua maioria como aristocrática, e um governo que poderia ser considerado o melhor do mundo, com o contrabalanço entre os interesses dos governantes e dos governados (*O Caramuru*, n.ºs 22, 15/09/1832, 47, 31/12/1832). A educação, os hábitos e o estado de instrução do povo brasileiro repeliriam o federalismo. Ademais, todo estado federal acabaria tornando-se unitário, pois essa era a marcha da civilização - unidade e centralização. Dificultando a harmonia entre as autoridades legislativas particulares e o executivo central, o federalismo traria a anarquia (*O Carijó*, n.º 1, 10/01/1832, 2, 13/01/1832).

Em 1834, o deputado Francisco Montezuma, agora convertido à facção caramuru, publica um livro dedicado exclusivamente a combater o republicanismo. Tecendo duras críticas às repúblicas, que promoveria o desequilíbrio entre os poderes, abordaria também o federalismo. Montezuma opunha-se às reformas desde o início de sua discussão na Câmara e defenderia a centralização monárquica. A implantação do federalismo no Brasil, uma nação, segundo ele, cultural e politicamente homogênea, faria brotar facções intestinas e desordens típicas dos estados que o adotariam (MONTEZUMA, 1834, p. 2, 290 e ss.). Retomando os argumentos recorrentes no 1.º Reinado, para os caramurus, o federalismo era incompatível com a monarquia, e igualado à república, à democracia e daí à anarquia e à tirania das massas.

Como visto com o exemplo da *Aurora*, a regra para os moderados, antes da abdicação, era a crítica das propostas de reforma, que tachavam de excessos imprudentes. Todavia, o crescimento da popularidade dos exaltados e de sua plataforma durante os movimentos antes e após a abdicação — atestado também pela explosão de periódicos dessa linha — parece levar os moderados a reavaliarem o tema. Logo após a abdicação, a Câmara, de maioria moderada, instala uma comissão para avaliar as propostas de reforma. Na imprensa, os embates entre moderados, caramurus e exaltados cresceram à proporção do avanço das discussões parlamentares, tendo um ponto alto após a aprovação do projeto Miranda Ribeiro em outubro de 1831.

Em seu jornal, Evaristo da Veiga adotava agora uma postura ponderada. O projeto atenderia às manifestações de vontade vindas de todos os pontos do Brasil, e desenvolveria o

princípio “democrático”, talvez em prejuízo do “monárquico”, mas num plano adequado; resolveria o problema de “construir federalmente o edifício do Estado” sem que isso arruinasse a união das províncias e monarquia (*Aurora Fluminense*, n.º 506, 11/07/1831). *O Independente* (n.º 6, 20/05/1831), de Rodrigues Torres, deputado como Evaristo, assumiria um tom semelhante. As reformas seriam perigosas, mas se via uma tendência em todo o Brasil a seu favor. Os povos pediam o desenvolvimento do “princípio democrático” da constituição mediante a ampliação das atribuições das “representações provinciais”.

O periódico dirigido por Bernardo Pereira de Vasconcelos, o *Sete d’Abril*, será, dos moderados da corte, o mais pronunciado em favor das reformas. Em sua visão, elas completariam a revolução do dia 7. Defendia mesmo que elas ficassem inteiramente por conta da Câmara, sem a participação do atravancado Senado. Por vezes, adotaria uma retórica próxima a dos exaltados, falando que o Brasil chegaria ao estado que a “natureza” lhe reservava para prover adequadamente as províncias, em que reinava um “espírito de liberdade” próprio “de Americanos”. Não obstante, frisava que sua causa era que se ampliassem as atribuições dos Conselhos Gerais no que elas podiam fazer de melhor, sem prejuízo da união e sem erigir “as Províncias do Império em Estados Soberanos” (n.º 35, 23/03/1833, 67, 17/08/1833, 107, 04/01/1834).

Na opinião de Basile (2008), o fator responsável pela atitude incerta dos moderados quanto ao projeto de reforma era a federação, eis que as outras propostas do projeto, como a extinção do poder moderador, do Conselho de Estado e do Senado vitalício não lhes seriam estranhas. O federalismo, todavia, além de estar continuamente associado ao republicanismo, ainda poderia interferir na precária relação entre o centro e as províncias, gerando o risco de esfacelamento do Império. Por isso, *a Aurora*, jornal moderado mais influente, lançaria suas incertezas e apresentava desvantagens ao federalismo, e o *Independente*, que em alguns momentos chegou a defender até a eleição local dos presidentes de província, criticava as reformas como um golpe sobre o monarquia constitucional, enquanto publicava cartas de leitores favoráveis à federação. O posição dos moderados em relação às reformas na Assembleia, fazendo-as avançar, seria observada em razão do forte apoio popular aos projetos, dando capital político à facção exaltada. Os moderados teriam a esperança de, assumindo a condução das reformas, conseguirem guiá-las da forma que julgavam mais adequada, afastando a “federação já e já” (isto é, a reforma sem as formalidades constitucionais), tirando a principal bandeira dos exaltados e evitando a “anarquia”.

As reformas, posteriormente consubstanciadas no ato adicional, seriam apresentadas pelos moderados como obra sua. Após a aprovação das reformas na Câmara, a *Aurora* (n.º 639, 08/06/1832) diria que se tapava a boca dos partidos descontentes e dava-se tempo à opinião pública para seu desenvolvimento. Esse seria o único “meio de se tirar às facções uma arma poderosa”. Quando da aprovação do ato adicional, diria que a moderação, afastando os anárquicos e os retrógrados, cumprira a promessa da revolução de 7 de abril, dando às províncias a “expansão do elemento federativo” (*Aurora Fluminense*, n.º 989, 17/10/1834).

Seria recorrente a alusão, nas folhas moderadas, ao “princípio” ou “elemento” federal, que deveria ser expandido na medida adequada — moderada — para evitar a continuidade dos distúrbios nas províncias, o desmembramento do Império, a anarquia. Tal como a federação exaltada, a federação moderada também poderia ser escalonada. Mas seu ponto ideal não estava na plenitude, senão num equilíbrio, numa descentralização. Seu contrário era o centralismo, o unitarismo, não o despotismo. Tratava-se de um princípio, também dito “democrático”, que deveria ser equilibrado com o “aristocrático” no ideal de governo misto, para que se mantivesse a boa ordem.

Outro fator para os moderados apoiarem as reformas, também conforme Basile (2008), seria a ascensão dos caramurus. Enquanto, durante os primeiros anos da Regência, os exaltados perdiam a exclusividade de sua maior causa e tinham o apoio diminuído por seu envolvimento em movimentos e distúrbios de rua, os caramurus, que tinham forte base no Senado, começavam a despontar como oposição mais robusta. Em seus jornais, os moderados logo associariam os caramurus a um plano de restauração de d. Pedro I, mas também se acham compelidos a reforçar o apoio às reformas como forma de marcar posição.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A razão para Uruguai não encontrar ideias cartesianas (“fixas e claras”) sobre federação durante o final do 1.º Reinado e a Regência parece ter explicação. O federalismo, enquanto categoria constitucional, foi o objeto da disputa política mais aguerrida do final do período, contrapondo as três facções de então, articulando redes de sociabilidade ligando Corte e províncias e mobilizando instâncias da opinião pública como a imprensa, o parlamento e as ruas. Uma disputa política de índole constitucional, por tratar essencialmente dos temas da divisão de poder e do regime político e por ter lugar em arenas do processo constitucional. Uruguai, como operário do Regresso e, em sequência, prócer do partido conservador, era parte ativa nessa disputa. Décadas mais tarde, não se afastou muito de sua parcialidade na reconstituição do conflito. Reconstituição essa que, lembremos, inseria-se numa jogada de Uruguai dentro do debate sobre centralização e descentralização no 2.º Reinado.

Retomando a pergunta do visconde que nos guiou, o que é, ou que poderia ser, federalismo naquele momento? Podemos arriscar um esboço de percurso para essa categoria. No contexto do Império português, o federalismo se consubstancia no projeto levado pelos deputados paulistas às Cortes, depois encampado pelos demais deputados do Brasil, de uma monarquia dual, com dois centros de autoridade: América e Europa. Entendido sob a conceito clássico de confederação — aliança para fins ofensivos ou defensivos — e pressupondo uma liga de autoridades independentes ou autônomas, o projeto era radicalmente incompatível com a visão integracionista dos líderes do vintismo, baseada num ideal de unidade da nação. Seria esse o conceito que podemos dizer de “senso comum” naquele momento. Porque o sabiam conflitante com a visão da maioria, os deputados brasileiros esforçaram-se em argumentos para esquivar de seu projeto o rótulo de federalista.

Proposto expressamente na Assembleia Constituinte de 1823, o federalismo seria novamente rechaçado, agora associado ao “republicanismo” combatido pelo ministro José Bonifácio. Assim como nas Cortes, atacava-se o federalismo como indutor de separação; mas agora, também, uma separação do próprio tecido social, levando-o à democracia e à anarquia. Na outra ponta do espectro, por parte de seu principal proponente na imprensa, o radical Cipriano Barata, o federalismo é associado à liberdade e contraposto aos planos centralizadores do ministério do Rio. Inaugurou-se o tópico que marcaria várias fases da propaganda federalista a partir de então: o que equipara a centralização ao despotismo. Ao lado da visão “desagregadora” do federalismo, são esses, proponho, os dois limites retóricos em que a

categoria é manipulada no 1.º Reinado: o federalismo como anarquia ou o federalismo como liberdade.

A concepção federalista de Barata, todavia, não se distancia essencialmente da visão de senso comum, confederativa. É sua formulação que será seguida pelos partidários da Confederação do Equador, em que o federalismo fundamenta o autogoverno provincial, a partir da ideia de que a soberania residiria nas províncias. Verifica-se, todavia, uma abertura para defender a república e a democracia.

Tal abertura foi aproveitada plenamente na campanha exaltada de fins do primeiro reinado (e marcaria também a, embora muito distinta, campanha republicana de finais do Império). Na disputa que tomou o cenário político dos fins do 1.º Reinado e início da Regência, cada uma das facções lançou uma concepção própria de federalismo. Os caramurus insistiram em sua completa incompatibilidade com a monarquia, sua associação com a anarquia e com a desagregação do Império. Seriam, porém, os moderados que cunhariam (para seus fins políticos precisos) uma nova visão de federalismo — o federalismo como um princípio que poderia ser mais ou menos expandido, mas a que poderia ser dada uma justa medida para sua adequação à monarquia. Foi esse êxito (temporário e mitigado) do ato adicional de 1834.

Ao sugerir esse percurso, pudemos observar que, para além da flexibilidade que é ínsita a qualquer categoria, a maleabilidade da categoria de federalismo é potencializada pelo momento de instabilidade e transição na cultura juspolítica. Conforme a modernização ganha velocidade, a criação de um vocabulário liberal luso com pares como escravidão e liberdade, despotismo e governo constitucional, constitui uma janela de grande fluidez semântica, ampliando a possibilidade de disputas conceituais, como dá exemplo a “guerra das penas”. Outro fator para a flexibilidade da categoria de federalismo, inclusive de maior peso, é sua posição central nessas disputas, no processo constitucional em movimento do período. Como visto, a questão federal é presença quase constante na arena pública. Num plano mais alargado, retomando alguns dos pontos da introdução deste trabalho, talvez constitua uma das grandes lides da política oitocentista, junto à chamada questão do elemento servil.

É tal flexibilidade aumentada que possibilita a proposta dos moderados, original no debate, de um federalismo-princípio. Essa solução de compromisso permite acomodar o clamor popular pelo federalismo com os interesses estabelecidos das elites políticas moderadas por meio da adoção de uma determinada medida de federalismo que não ameaçasse a ordem social. Do ponto de vista prático, permite a capitalização política dos moderados como pais do ato

adicional. O movimento parece ter tal êxito que alça o ato à condição retórica de símbolo do federalismo que poderia ter sido mas não foi, eis que castrado pela lei de interpretação de 1840.

Ponto de crucial interesse para o objeto desta investigação diz respeito a como o debate federalista luso-brasileiro se encaixa no processo de modernização político-jurídica do séc. XIX. Em específico, a que tendências, arcaístas ou modernizantes, podemos filiar os grupos envolvidos no debate. Quem seriam os partidários da modernização — os que interpretavam o federalismo como indutor de anarquia ou os que o associavam à liberdade? A questão não é de fácil resposta, ainda mais quando consideramos que todos os participantes do debate se identificavam como liberais. Embora os envolvidos se acusassem de “absolutistas”, num extremo, e de “demagogos”, no outro, todos podem ser inseridos no espectro do liberalismo oitocentista, diferenciando-se apenas em colorações mais conservadoras ou mais progressistas.

Mas o que torna o ponto realmente nebuloso é a riqueza do debate político da época em elementos de diferentes matrizes e sua constante mescla por meio das estratégias argumentativas cotidianas. O intérprete não deve esperar qualquer “coerência teórica” no discurso dos personagens. Caramurus e, mais tarde, moderados, seriam partidários da centralização administrativa tão típica do liberalismo francês, identificando-a posteriormente no único caminho para a modernização nacional, como a obra de Uruguai patentearia. Já o liberalismo progressista dos exaltados defenderia o mesmo peso dos poderes locais que era característica destacada do Antigo Regime português. Por que razão? Pode-se aventar que o fariam baseando-se nos modernos princípios do federalismo estadunidense. Ou, de um ponto de vista de interesse mais imediatos, que esposavam a autonomia local na esperança de serem alçados aos novos cargos eletivos, apoiando-se na massa popular. Por fim, há a possibilidade de serem arcaístas de alma com uma roupagem moderna. À luz de seus discursos, qual das opções é mais provável? Parece-me que as três têm sua parcela de efeito sobre a conduta dos exaltados, com variações de acordo com as circunstâncias políticas de cada província.

Os redatores exaltados fazem reiterado uso, ademais, do tópico de ser o federalismo (e também o republicanismo) destino natural do Brasil, por força de sua posição na América (tópico, aliás, reproduzido posteriormente por Assis Brasil, como vimos na introdução). Seria tal uso prova de vinculação a uma concepção jusnaturalista (ou ao menos jusracionalista) do mundo, no que aponta para uma ordem do mundo que parte da natureza, ou mera estratégia retórica? Mesmo que se trate apenas do segundo, seu uso reiterado indica a validade de seu efeito sobre o público leitor jornais exaltados. Público esse que, se se encantava por um argumento de apelo pré-moderno, possivelmente compartilhava dessa visão de ordem natural.



É certo que, como já alertado, esta investigação presta-se mais a catalogar rastros e a sugerir caminhos para pesquisas futuras que a propor respostas estáveis para os problemas levantados. O debate sobre o federalismo no período, e o espectro semântico do termo, é rico em nuances provinciais, sociais e partidárias. Estes vieses demandam pesquisas mais profundas e cuidadas, que busquem estabelecer os contornos da categoria para os grupos políticos locais e sua articulação com o plano nacional. Além disso, para perceber com maior acuidade o que os personagens “estavam fazendo”, como diz Skinner, é necessário integrar à análise fontes que ofereçam mais respostas quanto a suas intenções e estratégias — fontes “privadas”, como correspondência e arquivos pessoais.

Fica desde já patente, de qualquer forma, a riqueza do debate, bem como sua continuidade no período analisado e sua presença em várias províncias brasileiras. Se o federalismo foi, de fato, uma das grandes questões políticas do Oitocentos brasileiro, é necessário, para além de investigar sua semântica, buscar suas relações com os outros grandes temas, como a já mencionada questão do elemento servil, e tentar estabelecer o que o torna tão premente em sucessivos momentos. Fazê-lo é um passo incontornável para a construção de uma história constitucional brasileira.

## REFERÊNCIAS

### Fontes

#### Periódicos:

*A Matraca dos Farroupilhas*, Rio de Janeiro, 1832.

*Aurora Fluminense*: Jornal Politico e Litterario, Rio de Janeiro, 1830-1834.

*Bussola da Liberdade*, Recife, 1831.

*Desengano aos brasileiros*, Recife, 1824.

*Dezenove de Dezembro*, Curitiba, 1888.

*Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 1823-1825.

*Diário de Pernambuco*, Recife, 1917.

*Imperio do Brazil*: Diario do Governo, Rio de Janeiro, 1824.

*Imperio do Brazil*: Diario Fluminense, Rio de Janeiro, 1825-1831.

*Nova Luz Brasileira*, Rio de Janeiro, 1830-1831.

*O Argos Pernambucano*, Recife, 1824.

*O Brasileiro Imparcial*, Rio de Janeiro, 1830.

*O Caramuru*, Rio de Janeiro, 1832.

*O Carijó*, Rio de Janeiro, 1832.

*O Clarim da Liberdade*, Rio de Janeiro, 1831.

*O Exaltado*, Rio de Janeiro, 1831.

*O Independente*, Rio de Janeiro, 1831.

*O Republico*, Rio de Janeiro, 1830-1831.

*O Observador Constitucional*, São Paulo, 1831.

*Sentinella da Liberdade na Guarita de Pernambuco*, Recife, 1823.

#### Outros:

BASTOS, Tavares. *A provincia: estudo sobre descentralização no Brazil*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1870.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario bibliographico brasileiro*. 7 v. Rio de Janeiro: Typographia Nacional; Imprensa Nacional, 1883-1902.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712-1728. 8 v.

BARATA, Cipriano. *Sentinela da liberdade e outros escritos* (1821-1835). Organização e edição de Marco Morel. São Paulo: Edusp, 2008.

BRASIL. *Annaes do parlamento brasileiro: Assembléa Constituinte 1823*. Rio de Janeiro: Typographia da Viuva Pinto & Filho, 1884. 6 tomos.

\_\_\_\_\_. *Anais da Câmara dos Deputados*. Disponível em:  
<[http://imagem.camara.gov.br/pesquisa\\_diario\\_basica.asp](http://imagem.camara.gov.br/pesquisa_diario_basica.asp)>.

\_\_\_\_\_. *Annaes do Senado do Império do Brazil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1888. livro 6.

\_\_\_\_\_. *Collecção das Decisões do Governo do Imperio do Brazil de 1822*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887.

\_\_\_\_\_. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Coordenação de Arquivo. *Inventário analítico do arquivo da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil, 1823*. 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 2015.

BRASIL, Joaquim Francisco de Assis. *A república federal*. São Paulo: Typographia King, 1885.

BRIOS FILHOS DE MARTE, panfleto manuscrito. [Recife, 1824]. AN, caixa 742, pacote 1.

CANECA, Frei Joaquim do Amor Divino. *Frei Joaquim do Amor Divino Caneca*. Organização e introdução de Evaldo Cabral de Mello. São Paulo: 34, 2001.

FIÉS BRAZILEIROS, panfleto manuscrito. [Recife, 1824]. AN, caixa 742, pacote 1.

FREIRE, Pascoal José de Melo. *Institutiones Iuris Civilis Lusitani cum publici tum privati*. Coimbra: Typis Academicis. Disponível em:  
<<https://books.google.com.br/books?id=MXcWAAAAYAAJ>>.

[GAMA, Miguel do Sacramento Lopes]. *Dialogo entre hum carcunda hum constitucional, e hum federativo do Equador*. Pernambuco: Typographia Nacional, 1825.

GARRAFADAS (Noites das). *Traslado do Processo aque deu motivo os Tumultos das Garrafadas do dia 13, 14, e 15 de Março de 1831*. BN (Divisão de Manuscritos), 6, 3, 12.

MONTEZUMA, Francisco. *A liberdade das republicas*. Rio de Janeiro: Typ. do Diario de N. L. Vianna, 1834.

PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da Lingua Brasileira*. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832.

REINO UNIDO DE PORTUGAL, BRASIL E ALGARVES. *Diario das Cortes Gerais e Extraordinarias da Nação Portuguesa* (DCGENP), Lisboa, 1821-1822. Disponível em: <<http://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/c1821>>.

SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro*. Lisboa: Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789.

SOUSA, Paulino José Soares de (Visconde do Uruguai). *Estudos práticos sobre a administração das províncias no Brasil*. 2 v. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1865.

\_\_\_\_\_. *Visconde do Uruguai*. Organização e introdução de José Murilo de Carvalho. São Paulo: 34, 2002.

## Bibliografia

ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do Império: questão colonial e questão nacional na crise do antigo regime português*. Porto: Afrontamento, 1993.

AQUINATIS, S. Thomas. *Summa Theologica Diligenter emendata Nicolai, Sylvii, Billuart et C.-J. Drioux*. Tomus Tertius Prima Secundae: XL-CXIV. ed. 16. Paris: Bloud et Barral, 1856.

ARARIPE, Pedro Jaime de Alencar. *A Confederação do Equador no Ceará para jovens*. Fortaleza: UECE, 2014.

ARRANZ NOTARIO, Luis. Neorromanos y liberales. O la libertada de los antiguos comparada con la de los modernos. In: MARTÍN DE LA GUARDIA, Ricardo; PÉREZ SÁNCHEZ, Guillermo A. (Org). *Los Derechos humanos sesenta años después (1948-2008) / Les Droits de l'Homme soixante ans après (1948-2008)*. VALLADOLID: Centro de Excelencia Jean Monet, 2009. p. 139-161.

ARISTÓTELES. *A política*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BARATA, Alexandre Mansur. *Maçonaria, sociabilidade ilustrada & independência do Brasil (1790-1822)*. Juiz de Fora: UFJF; São Paulo: Annablume, 2006.

BARMAN, Roderick. *Brazil: the forging of a nation, 1798-1852*. Stanford: Stanford University Press, 1988.

BASILE, Marcello O. N. C. *O Império em construção: projetos de Brasil e ação política na Corte regencial*. 2004. Tese (Doutorado em História Social) PPGHIS-UFRJ, Rio de Janeiro, 2004.

\_\_\_\_\_. *Ezequiel Corrêa dos Santos: um jacobino na corte imperial*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

\_\_\_\_\_. Unitários e federalistas: a “questão federal” na imprensa da Corte (1830-1834). In: LESSA, M. L.; FONSECA, S. C. P. B. (Orgs). *Entre a monarquia e a república: imprensa, pensamento político e historiografia (1822-1889)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008. p. 82-106.

BERBEL, Márcia Regina. *A nação como artefato: deputados do Brasil nas Cortes portuguesas, 1821-1822*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 1999.

BOXER, Charles R. *The Portuguese seaborne empire: 1415-1825*. Middlesex (Londres): Pelican Books, 1969.

BRITO, Lemos. *A gloriosa sotaina do primeiro Imperio* (Frei Caneca). São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1937.

CALDEIRA, Jorge. Introdução. In: SILVA, José Bonifácio de Andrada e. *José Bonifácio de Andrada e Silva*. Organização e introdução de Jorge Caldeira. São Paulo: 34, 2002. p. 9-40.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial*. 9 ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2014.

\_\_\_\_\_. Federalismo y centralización en el Imperio brasileño: historia y argumento. In: CARMAGNANI, Marcello (Org). *Federalismo latinoamericanos: México/Brasil/Argentina*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1993. p. 51-80.

\_\_\_\_\_. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. *Topoi*, Rio de Janeiro, n.º 1, p. 123-152, dez. 2000.

\_\_\_\_\_. Radicalismo e Republicanismo. In: \_\_\_\_\_. NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das (Org.). *Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

\_\_\_\_\_. República, democracia e federalismo: Brasil, 1870-1891. *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 27. n. 45, p. 141-157, jan. / jun. 2011.

CARVALHO, José Murilo; BASTOS, Lúcia; BASILE, Marcello. Introdução. In: \_\_\_\_\_. (Org). *Às armas, cidadãos! Panfletos manuscritos da independência do Brasil (1820-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2012. p. 7-32.

CHACON, Vamireh. Introdução. In: CANECA, Frei Joaquim do Amor Divino. *O Typhis Pernambucano*. Brasília: Senado Federal, 1984. p. 13-36.

CLAVERO, Bartolomé. Cádiz 1812: antropología e historiografia del individuo como sujeto de constitución. *Quaderni fiorentini per la storia del pensiero giuridico moderno*, v. 42, p. 201-279, 2013.

COSER, Ivo. *Visconde do Uruguai: centralização e federalismo no Brasil, 1823-1866*. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2008.

COSTA, Pietro. *Poucos, muitos, todos: lições de história da democracia*. Curitiba: UFPR, 2012.

DOLHNIKOFF, Miriam. *José Bonifácio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

\_\_\_\_\_. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Globo, 2005.

FARIA, Sheila de Castro. *Nicolau Pereira de Campos Vergueiro*. In: VAINFAS, Ronaldo (Dir). *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008. p. 550-552.

FERREIRA, Gabriela Nunes. *Centralização e descentralização no Império: o debate entre Tavares Bastos e visconde do Uruguai*. São Paulo: 34, 1999.

FIORAVANTI, Maurizio. *Costituzionalismo: percorsi della storia e tendenze attuali*. Bari: Laterza, 2009.

\_\_\_\_\_. *Constitución: de la antigüedad a nuestros días*. Madri: Trotta, 2001.

FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito. *A ideia de República no Império do Brasil: Rio de Janeiro e Pernambuco (1824-1834)*. Jundiaí: Paco, 2016.

\_\_\_\_\_. *Federação e república na imprensa baiana (1831-1836)*. In: LESSA, M. L.; FONSECA, S. C. P. B. (Orgs). *Entre a monarquia e a república: imprensa, pensamento político e historiografia (1822-1889)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008. p. 61-81.

FONSECA, Ricardo Marcelo. Os juristas e a cultura jurídica brasileira na segunda metade do século XIX. *Quaderni fiorentini per la storia del pensiero giuridico moderno*, v. 35, p. 339-369, 2006.

FRAGOSO, João. La guerre est finie: notas para investigação em História Social na América lusa entre os séculos XVI e XVIII. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (Org). *O Brasil colonial: volume 1 (1433-1580)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. Desenhando perspectivas e ampliando abordagens - De o *Antigo Regime nos trópicos* a *Na trama das redes*. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (Org). *Na trama das redes: política e negócios no Império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 11-40.

FRAGOSO, João; GUEDES, Roberto; KRAUSE, Thiago. *A América portuguesa e os sistemas atlânticos na Época Moderna*. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

GARRIGA, Carlos; LORENTE, Marta. *Cádiz, 1812: la constitución jurisdiccional*. Madri: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2007.

GHERVAS, Stella. *Réinventer la tradition: Alexandre Stourdza et l'Europe de la Sainte-Alliance*. Paris: Honoré Champion, 2008.

GINZBURG, Carlo. Sinais: Raízes de um paradigma indiciário. In: \_\_\_\_\_. *Mitos, Emblemas, Sinais*. 2. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2002. p. 143-179.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Francisco Gê de Acaiaba e Montezuma*. In: VAINFAS, Ronaldo (Dir). *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008. p. 291-292.

GRAHAM, Richard. Construindo uma nação no Brasil do século XIX: visões novas e antigas sobre classe, cultura e estado. *Diálogos*, DHI/UEM, v. 5, n. 1. p. 11-47, 2001.

FELDMAN, Ariel. Guerra aos extremos: polarização política em Pernambuco e a defesa do princípio de soberania nacional (1829-1831). *Almanack*, Guarulhos, n. 7, p. 39-58, 1.º semestre de 2014.

GRINBERG, Keila. *José Joaquim Carneiro de Campos*. In: VAINFAS, Ronaldo (Dir). *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008. p. 437-438.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. São Paulo: Unesp, 2014.

HAMILTON; MADISON; JAY. *The Federalist with letters of "Brutus"*. Cambridge: Cambridge University, 2003.

HESPANHA, António Manuel. *As vésperas do Leviathan: instituições e poder político; Portugal -- séc. XVII*. Coimbra: Almedina, 1994.

\_\_\_\_\_. Categorias -- um pouco de teoria da história do imaginário social. In: \_\_\_\_\_. *A política perdida: ordem e governo antes da modernidade*. Curitiba: Juruá, 2010. p. 15-41

\_\_\_\_\_. Depois do Leviathan. In: \_\_\_\_\_. *Caleidoscópio do Antigo Regime*. São Paulo: Alameda, 2012. p. 7-40.

\_\_\_\_\_. *Hércules confundido: sentidos improváveis e incertos do constitucionalismo oitocentista. O caso português*. Curitiba: Juruá, 2009.

\_\_\_\_\_. *O direito dos letrados no Império português*. Florianópolis: Boiteux, 2006.

HESPANHA, António Manuel; SUBTIL, José Manuel. Corporativismo e estado de polícia como modelos de governo das sociedades euro-americanas de antigo regime. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (Org). *O Brasil colonial: volume 1 (1433-1580)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015. p. 127-165.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Capítulos de história do Império*. Organização de Fernando A. Novais. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

JANCSÓ, István; MOREL, Marco. *Novas perspectivas sobre a presença francesa na Bahia em torno de 1798*. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 14, p. 206-232, jun. 2007.

KIRSCHNER, Tereza Cristina. *José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu: itinerários de um ilustrado luso-brasileiro*. São Paulo: Alameda; Belo Horizonte: PUC-Minas, 2009.

LARA, Silvia Hunold. *Fragmentos setecentistas: escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LEITE, Renato Lopes. *Republicanos e libertários: pensadores radicais no Rio de Janeiro (1822)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LOBO, Judá Leão. O que é opinião pública? Estudo de história constitucional brasileira. In: *Questio iuris*, v. 10, n. 1, 2017. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/quaestioiuris/article/view/22844>>.

LYRA, Maria de Lourdes Viana. *A utopia do poderoso Império*. Portugal e Brasil: bastidores da política 1798-1822. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.

LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MANIN, Bernard. *The principles of representative government*. Cambridge: Cambridge University, 1997.

MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MELLO, Evaldo Cabral de. Frei Caneca ou a outra Independência. In: CANECA, Frei Joaquim do Amor Divino. *Frei Joaquim do Amor Divino Caneca*. Organização e introdução de Evaldo Cabral de Mello. São Paulo: 34, 2001. p. 11-48.

\_\_\_\_\_. Introdução. In: GAMA, Padre Lopes. *O Carapuceiro*. Organizado por Evaldo Cabral de Mello. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 7-26.

\_\_\_\_\_. *Rubro veio: o imaginário da restauração pernambucana*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

\_\_\_\_\_. *A fronda dos mazombos: nobres contra mascates, Pernambuco, 1666-1715*. 3. ed. São Paulo: 34, 2012.

MONTESQUIEU. *De l'esprit de lois*. Paris: P. Pourrat F.res, 1831.

MOREIRA, Regina da Luz. BRASIL, Assis. In: *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2010. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joaquim-francisco-de-assis-brasil>>.

MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840)*. 2. ed. Jundiaí: Paco editorial, 2016.

\_\_\_\_\_. *Cipriano Barata na Sentinela da Liberdade*. Salvador: Academia de Letras da Bahia; Assembleia Legislativa da Bahia, 2001.

\_\_\_\_\_. *Frei Caneca: entre Marília e a pátria*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.



MOSHER, Jeffrey C. *Political Struggle, Ideology, and State Building: Pernambuco and the construction of Brazil, 1817-1850*. Lincoln: University of Nebraska, 2008.

NASCIMENTO, Washington Santos. “São Domingos, o grande São Domingos”: repercussões e representações da Revolução Haitiana no Brasil escravista (1791-1840). *Dimensões*, v. 21, 2008.

NEVES, Guilherme Pereira das. Rodrigo de Souza Coutinho. In: VAINFAS, Ronaldo (Dir). *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008. p. 659.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e constitucionais: a cultura política da independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Faperj; Revan, 2003.

\_\_\_\_\_. Antônio de Araújo de Azevedo. In: VAINFAS, Ronaldo (Dir). *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008a. p. 50-51.

\_\_\_\_\_. Antônio Carlos de Andrada. In: VAINFAS, Ronaldo (Dir). *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008b. p. 48-49.

\_\_\_\_\_. José Bonifácio de Andrada e Silva. In: VAINFAS, Ronaldo (Dir). *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008c. p. 424-426.

\_\_\_\_\_. José da Silva Lisboa. In: VAINFAS, Ronaldo (Dir). *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008d. p. 429-430.

OZOUF-MARIGNIER, Marie-Vic. *La formation des départements: la représentation du territoire français à la fin du 18e siècle*. Paris: EHESS, 1992.

PANDOLFI, Fernanda. *A viagem de D. Pedro I a Minas Gerais em 1831: embates políticos na formação da monarquia constitucional no Brasil*. Revista Brasileira de História, vol. 36, n.º 71, p. 35-55, 2016.

PAULA, Sergio Goes de. Introdução. In: COSTA, Hipólito José. *Hipólito José da Costa*. Organização e introdução de Sergio Goes de Paula. São Paulo: 34, 2001. p. 13-36.

PEIRCE, Charles Sanders. On the Logic of Drawing History from Ancient Documents Especially from Testimonies. In: \_\_\_\_\_. *The essential Peirce: selected philosophical writings*. Bloomington: IUP, 1998. p. 75-115.

PEREIRA, Luís Fernando Lopes. Circularidade da cultura jurídica colonial setecentista: hibridismos e tensões entre rústicos e letrados para dizer o direito. *Forum historiae iuris*, 2014. Disponível em: <<http://www.forhistiur.de/2014-06-lopes-pereira>>.

\_\_\_\_\_. Estruturas político-jurídicas na América Portuguesa: entre centro e periferia. In: CONGRESSO LATINO AMERICANO DE HISTÓRIA DO DIREITO, 1, 2008, Mexico. *Anais...*Puebla, 2008.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da argumentação: a nova Retórica*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

PILBEAM, Pamela. *The 1830 Revolution in France*. Londres: Palgrave Macmillan, 1991.

POCOCK, J. G. A. O conceito de linguagem e o *métier d'historien*. In: \_\_\_\_\_. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Edusp, 2013. p. 63-82.

RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: FAPERJ/Relume Dumará, 2002.

ROCHA, Antonio Penalves. Introdução. In: LISBOA, José da Silva. *José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu*. Organização e introdução de Antonio Penalves Rocha. São Paulo: 34, 2001. p. 9-50.

RUSSELL-WOOD, John. O atlântico português, 1415-1808. In: \_\_\_\_\_. *Histórias do atlântico português*. São Paulo: Unesp, 2014. p. 89-124.

SANTOS, Eugénio. *D. Pedro: imperador do Brasil e rei de Portugal*. São Paulo: Alameda, 2015.

SEELAENDER, Airtton Cerqueira-Leite. A “polícia” e as funções do estado - notas sobre a “polícia” do antigo regime. *Revista da Faculdade de Direito - UFPR*, Curitiba, n. 47, p. 29-64, 2008.

\_\_\_\_\_. “Economia civil” e “polícia” no ensino do “direito pátrio” em Coimbra: notas sobre as “prelecções” de Ricardo Raymundo Nogueira. *Tempo*, Niterói, v. 17, n. 31, p. 35-64, 2011.

SILVA, Alberto da Costa e. População e Sociedade. In: \_\_\_\_\_. (Org). *Crise Colonial e Independência*. História do Brasil Nação: 1808-2010. Direção de Lília Moritz Schwarcz. Rio de Janeiro: Fundação Mapfre; Objetiva, 2011. p. 35-73.

SKINNER, Quentin. Meaning and understanding in the history of ideas. *History and Theory*, v. 8, n. 3, 1969, p. 3-53.

\_\_\_\_\_. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

\_\_\_\_\_. *Hobbes e a liberdade republicana*. São Paulo: Unesp, 2010.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A história da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1966.

TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da sedição intentada na Bahia em 1798* (“a conspiração dos alfaiates”). São Paulo: Pioneira, 1975.

TAVARES, Francisco Muniz. *História da Revolução de Pernambuco em 1817*. Recife: Typ. Industrial, 1884.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *A democracia na América: leis e costumes, de certas leis e certos costumes políticos que foram naturalmente sugeridos aos americanos por seu estado social democrático*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

VILLEY, Michel. *A formação do pensamento jurídico moderno*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.